



RELATÓRIO

XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Mindelo, 15 e 16 de julho de 2019

1. Sessão de Abertura

As saudações de boas-vindas foram feitas pelo Presidente da Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC), António Alves Lopes, Ponto Focal de Cooperação do Cabo Verde (PFC CV). Agradecendo a presença de todos, o PFC CV recordou o caminho percorrido para se chegar à XXXIX RPFC e a importância da aprovação dos documentos que iriam ser discutidos para o futuro da Cooperação da CPLP. Agradeceu ainda o apoio do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) e da sua equipa.

Tomando a palavra, a Diretora Geral da CPLP (DG), Georgina Benrós de Mello, referiu que o processo de reflexão sobre o Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP tinha efetivamente reforçado o papel dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) e a rede de trabalho existente na Comunidade.

A lista de presenças da reunião encontra-se no **Anexo 1**.

2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa

Após inclusão dos pontos de informação sugeridos por Brasil, Portugal, Angola e Guiné Equatorial, a Agenda da reunião foi aprovada, conforme **Anexo 2**.

3. Breve informação sobre as Atividades em execução nos Estados-Membros

O Presidente da RPFC procedeu a uma breve apresentação do ponto de situação das atividades da presidência *pro tempore* cabo-verdiana, com destaque para as Reuniões Técnicas e Ministeriais já realizadas, o Seminário de Alcobça e as comemorações do 5 de maio - Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP.

O PFC GB indicou que o Projeto É Hora está a avançar, com resultados já visíveis e que se havia realizado o V Congresso de Educação Ambiental, nas ilhas Bijagós, com resultados muito positivos.

A PFC PT indicou que Portugal realizara uma reunião alargada com os Pontos Focais setoriais, onde se confirmou a necessidade do reforço do papel de coordenação dos PFC. Os PF Setoriais

partilharam preocupações, nomeadamente relativas aos recursos disponíveis para o financiamento das atividades aprovadas a nível sectorial.

A PFC BR prestou informações sobre o andamento das Atividades seguintes:

- PR57LIS13 - Recursos Hídricos nos Países da CPLP - 1ª Missão conjunta Presencial, capacitação sobre Planeamento de Bacias Hidrográficas e Rede Hidrometeorológica, realizada em Brasília, de 20 a 24 de maio, e demais ações planejadas para o segundo semestre de 2019;
- PR56LIS13 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Datas indicativas para as atividades finais do projeto, em Bissau (24-30 de outubro 2019) e Timor-Leste (1-10 de setembro 2019);
- PR49LIS12 - Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania - Documento de Projeto da II Fase, a ser implementada na Guiné-Bissau, está concluído. Será enviado ao SECPLP, para revisão e posterior circulação e aprovação eletrónica pelos pela RPFC; e.
- PR52MAP12 - RIPES - O procedimento será semelhante ao Documento de Projeto da II Fase do projeto "Capoeira". O documento da Fase II está concluído e será enviado ao SECPLP para revisão e posterior circulação e aprovação eletrónica pela RPFC.

O PFC ANG comentou a comunicação permanente do seu gabinete com os PF setoriais, elogiou a forma como decorreu a visita do Secretário Executivo da CPLP a Angola e indicou o sucesso da Reunião da Assembleia Parlamentar da CPLP, referindo que o processo de estruturação do seu Secretariado poderá servir como inspiração para captação de novas fontes de recursos financeiros. Destacou os Exercícios Felino, no âmbito da Reunião de Ministros da Defesa, como uma atividade de muita visibilidade na CPLP.

O PFC STP indicou que, no seguimento das recentes mudanças no governo, houve muitos pontos focais setoriais que não foram reconduzidos na sua função, pelo que haverá necessidade de o Gabinete da CPLP realizar uma nova ronda de reuniões com os pontos focais que forem apontados.

O PFC TL referiu a importância para Timor-Leste da realização dos Jogos Desportivos da CPLP, em 2020.

A PFC GE referiu-se à Missão de Acompanhamento do Programa de Adesão da GE à CPLP, indicando que tinha tido muito bons resultados para a GE, embora tenha havido alguns percalços na sua organização interna. A GE aproveitou a presença da Missão para elaborar um relatório com as atividades realizadas desde 2014.

A PFC GE relatou, ainda, a realização da 4ª Reunião da Rede de Mulheres Parlamentares da CPLP, realizada em Malabo, entre 13 e 14 de maio de 2019, com intenso cronograma de atividades e resultados muito produtivos.

O PFC CV concluiu este ponto, lembrando a importância do SECPLP receber o mais rapidamente possível as listas nacionais dos Pontos Focais setoriais dos países que ainda não enviaram, para que o diálogo com estes Pontos Focais seja mais efectivo.

4. Seguimento do Plano de Trabalho sobre o Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP: Apreciação de documentos de trabalho

O Diretor de Cooperação (DC) apresentou um Ponto de situação dos trabalhos realizados desde a XXXVIII RPFC, com base do Plano de Trabalho acordado durante o Seminário de Alcobaça.

Recordou que a revisão dos documentos havia sido proposta em duas etapas:

- 1ª etapa, até à presente Reunião, deveriam ser concluídos e aprovados três documentos:
 - Regimento da Reunião de Pontos Focais de Cooperação;
 - Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026;
 - Manual de Cooperação;

- 2ª etapa, entre julho de 2019 a julho de 2020, em que deverão ser concluídos:
 - Quadro Bienal de Cooperação 2020-2022; e
 - Regimento do Fundo Especial da CPLP.

O DC indicou que, no âmbito da preparação da presente Reunião, foram circulados os Relatórios da Consultora Joana Amaral.

O DC indicou ainda que o SECPLP cumpriu com rigor os prazos estipulados nesse Plano de Trabalho e que tinha sido possível o acolhimento de pronunciamentos favoráveis dos PFC, conforme quadro seguinte:

Regimento da RPFC	DEC 2020-2026	Manual de Cooperação
<ul style="list-style-type: none"> • Angola • Cabo Verde • Guiné-Bissau • Guiné-Equatorial • Moçambique • Portugal • São Tomé e Príncipe • Timor-Leste 	<ul style="list-style-type: none"> • Angola • Cabo Verde • Guiné-Bissau • Guiné-Equatorial • Moçambique • Portugal • São Tomé e Príncipe • Timor-Leste 	<ul style="list-style-type: none"> • Angola • Cabo Verde • Guiné-Bissau • Guiné-Equatorial • Moçambique • São Tomé e Príncipe • Timor-Leste

O DC alertou os PFC que, no final da semana anterior, já depois de circulados os documentos de apoio à reunião, o SECPLP havia recebido os contributos do Brasil para os três documentos e que esses haviam sido incorporados no texto que seria debatido pela Reunião e submetido a aprovação.

4.1 Regimento Interno da RPFC: conclusão e aprovação

4.2 Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026: conclusão e aprovação

4.3 Manual da Cooperação na CPLP: conclusão e aprovação

Foi efetuada a análise detalhada dos três documentos, apresentando as alterações propostas pelo Brasil e consolidando o texto final com as propostas de alteração que foram sendo sugeridas pelos restantes PFC.

Relativamente ao debate sobre os três documentos, destaca-se o posicionamento brasileiro relativo à substituição dos termos “igualdade de género e empoderamento das mulheres” pelos termos "igualdade entre mulheres e homens e fortalecimento dos direitos da mulher", tendo sido registado pela delegação brasileira que, para o governo brasileiro, a palavra género significa o sexo biológico feminino ou masculino. A delegação brasileira solicitou, igualmente, a inclusão de nota de rodapé aos documentos em apreço com o registro do entendimento do Brasil.

À luz de manifestações das outras delegações, no sentido de promover o consenso e dada a necessidade de aprovação dos documentos para submissão ao Conselho de Ministros, o Brasil, após recebimento de instruções de sua Capital, concordou que se mantivesse a redação da temática conforme o texto originalmente proposto.

As versões revistas dos documentos foram aprovadas, conforme textos anexos:

- Regimento Interno da RPFC (**Anexo 3**);
- Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026 (**Anexo 4**);
- Manual da Cooperação da CPLP (**Anexo 5**).

As versões aprovadas do Documento Estratégico de Cooperação e do Manual de Cooperação foram submetidas à aprovação da 226ª Reunião do CCP, tendo o Regimento Interno da RPFC sido remetido apenas para apreciação daquela mesma Reunião.

4.4 Quadro Bienal de Cooperação 2020-2022: ponto de situação

O DC esclareceu que a versão 0 do Quadro Bienal de Cooperação 2020-2022 foi enviado para recolha de contributos dos PFC no período decorrido entre o Seminário de Alcobaça e a presente reunião, tendo sido apenas recebidos os contributos de Timor-Leste.

Ficou decidido que a discussão deste documento específico deverá ser incluída no Cronograma de Trabalhos a ser implementado até à XL RPFC, a realizar-se em fevereiro de 2020.

4.5 Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP: ponto de situação

O ponto de situação do processo de revisão do Regimento do Fundo Especial foi apresentado pela DIRCOOP. Neste âmbito, recordou-se que o Grupo de Trabalho para a Revisão do Regimento do Fundo Especial (GT RFE) havia sido constituído para o efeito aquando do Seminário de Alcobaça, tendo como objetivo a revisão do referido Regimento até à XXV

Reunião de Conselho de Ministros, a realizar no âmbito da XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em julho de 2020.

O GT RFE reuniu duas vezes após o Seminário de Alcobaça e acordou na seguinte metodologia para a revisão deste documento:

1. Discussão dos principais pontos emanados do Seminário de Alcobaça (e encontros de reflexão anteriores), em reuniões presenciais do GT RFE, de forma a obter os consensos sobre os temas em discussão.
2. Redação do texto jurídico, com o apoio da Assessoria Jurídica do SECPLP, que faça refletir todos esses consensos.

Não havendo qualquer objeção apresentada pelos PFC, o documento que tem subsidiado o debate em sede de GT RFE foi exposto de forma sucinta, tendo os PFC acordado na metodologia e num cronograma para revisão da documentação que subsidia o exercício em curso.

4.6 Cronograma para revisão de documentação até à XL RPFC

Após proposta da DIRCOOP, foi acordado que o GT RFE ficaria responsável pela revisão dos seguintes documentos:

- Regimento do Fundo Especial;
- Quadro Bienal de Cooperação; e
- Grelha de Análise de Atividades (anexa ao Manual).

O calendário e metodologia para a revisão dos três documentos constam do Cronograma apresentado no **Anexo 6**.

5. Análise das Propostas de Resolução do pilar da Cooperação a serem submetidas ao Conselho de Ministros

5.1 Análise do Projeto de “Resolução sobre a Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP”

5.2 Análise do Projeto de “Resolução sobre a utilização do Fundo Especial da CPLP pelas Reuniões Ministeriais da CPLP”

Foram apresentadas as Propostas de Resolução a serem submetidas ao Conselho de Ministros, sobre os dois temas indicados, conforme versões incluídas nos **Anexos 7 e 8**.

6. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP

6.1 Seguimento das deliberações da XXXVIII RPFC

O DC reviu a Grelha de deliberações da XXXVIII concluindo que se tinham realizado todas as deliberações ali propostas, estando apenas em falta o envio dos nomes e contactos dos Pontos Focais setoriais de alguns EM.

6.2 Execução Financeira do Fundo Especial (junho de 2019)

Dada a ausência do DAF, a apresentação do Relatório de Execução Financeira do Fundo Especial foi feita pelo DC, de forma resumida, tendo como base documento elaborado pela DAF e oportunamente circulado aos PFC.

Destaca-se a reflexão tida no seguimento da apresentação do número de projetos (35) sem execução durante o ano de 2018 e primeiro semestre de 2019. Ficou esclarecido que, desse total, apenas 12 dos projetos estão incluídos no atual Plano Indicativo de Cooperação, seguido pela RPFC.

6.3 Quadro de Execução de Atividades no âmbito do Fundo Especial

A RPFC concordou que não deveria ser feita uma apresentação exaustiva do Quadro de Execução, mas que deveriam apenas ser apresentadas as linhas gerais do documento, uma vez que o documento havia circulado para todos os PFC.

O mesmo aconteceu no que se refere à apresentação do Relatório de Atividades da Direção de Cooperação.

Os PFC apresentaram as suas considerações aos documentos, tendo Portugal indicado a necessidade de pequenas correções aos textos, que se incluem no documento que agora se remete em Anexos 9 e 10.

Foi ainda indicado pela PFC BR que, após discussão com as entidades executoras, estavam finalmente concluídas as primeiras versões dos documentos de projeto referentes às fases II dos projetos PR49LIS12 “Capoeira” e PR52MAP12 “RIPES”. Indicou que o Brasil, em primeiro lugar, partilharia as versões revistas com o SECPLP, para revisão e eventuais melhorias, e, após conclusão do orçamento, as mesmas seriam circuladas para conhecimento e aprovação eletrónica dos demais PFC.

Este procedimento teve a concordância dos PFC, constando, por isso, na Grelha de Deliberações.

6.4 Proposta de reafectação de recursos de Atividades do Fundo Especial

O DC indicou o conjunto de atividades concluídas e com orçamento remanescente disponível, propondo que esse orçamento pudesse ser transferido para a reserva de Recursos Livres.

Neste contexto, a RPFC decidiu transferir para Recursos Livres o valor 5.806,15€, como somatório dos seguintes saldos remanescentes:

- AP45/LIS17 “Seminário reflexão RPFC”: 2.695,96€;
- AP49/LIS18 “Ação Formação Direito Humanitário”: 2.284,22€;
- JV200901 “VI Semana Cultural”: 702,80€; e
- I20141 “Livros comemorativos 18 anos”: 123,17€.

Foi ainda proposta a reafecção dos saldos remanescentes dos projetos Campanha Juntos contra a Fome (JcF) concluídos, para financiamento de novas iniciativas da Campanha JcF. Neste sentido, o SECPLP identificou os seguintes saldos remanescentes:

- H2014024 “Projeto AAN - Cabo Verde”: 4 356,78€; e
- H2014026 “Projeto HELPO – STP”: 862,75€.

Por sugestão do PFC BR, a RPFC decidiu pedir ao SECPLP que fosse averiguada a origem dos recursos alocados a cada projeto, no âmbito de decisões das RPFC anteriores. O remanescente deverá ser alocado a Recursos Livres ou reinvestido diretamente em projetos da Campanha Juntos contra a Fome, consoante a sua proveniência.

7. Propostas de Atividade

7.1 Atividades aprovadas com a categoria 4 na XXXVII RPFC (a aguardar alocação de recursos)

- 7.1.1 Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP**
- 7.1.2 Portal da Cultura da CPLP**
- 7.1.3 Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP**

No ponto da agenda 7.1, o DC recordou que este primeiro grupo de atividades havia sido aprovado pela XXXVII RPFC e que ainda se aguardava por uma deliberação que identificasse uma origem orçamental para alocação de financiamento. Esta foi a principal razão para voltarem a ser integrados na agenda de trabalhos.

7.2 Propostas de Atividade não apreciadas durante a XXXVIII

- 7.2.1 Proposta de projeto: Valorização e Conservação da Biodiversidade e das Paisagens na Bacia do Rio Corubal - IBAP**
- 7.2.2 Proposta de projeto: PROJETO TRINOVA - Inovação na gestão de soluções de engenharia natural em meio urbano no contexto da adaptação às mudanças climáticas - PPA**
- 7.2.3 Proposta de Projeto: LE-CPLP - Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2019/2021 para apoio à boa governação e construção sustentável - LNEC**

O DC indicou que as propostas apresentadas neste ponto já haviam sido levadas à consideração dos PFC na XXXVIII RPFC, sem que tivessem sido apreciadas tecnicamente. Por essa razão, foram trazidas novamente à Reunião para que se possa ponderar essa apreciação e eventual alocação de recursos.

7.3 Apresentação de Novas Propostas de Atividade

- 7.3.1 Proposta de Ação Pontual: Apoio para o Fórum “Clima/Variabilidade e Alterações Climáticas - Impactos na Economia na CPLP e em Africa”, Uni-CV, 24 a 26 de setembro de 2019 - CIICCLAA**
- 7.3.2 Proposta de Projeto: Apoio financeiro para os dois primeiros anos do arranque do Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e Africa (CIICLAA) - CIICCLAA**

Estas duas novas propostas foram circuladas pelo SECPLP para apreciação e conhecimento dos PFC. A primeira (7.3.1) diz respeito a um projeto já apresentado em sede de CCP, tendo sido considerado, por aquele órgão, que deveria ser apreciado em sede de RPFC.

O Eng.º José Pimenta Lima, Diretor Executivo do CIICLAA, fez a apresentação de ambas as atividades via Skype, indicando que a primeira se referia à realização de uma conferência no final de Setembro de 2019, enquanto a segunda dizia respeito ao lançamento do funcionamento normal do CIICLAA.

7.4 Deliberação sobre Propostas de Atividade

Sendo os PFC convidados a deliberar sobre as propostas de atividade indicadas nos pontos 7.2 e 7.3, a PFC PT defendeu que, dada a limitação de recursos disponíveis, não faria sentido discutir e aprovar atividades sem que se atribuísse o orçamento necessário para o seu arranque e pleno funcionamento.

Questionado sobre qual o valor disponível em Recursos Livres para alocação a financiamento de projetos, o SECPLP apurou o valor 59 236,49€, de acordo com os seguintes cálculos:

RECURSOS LIVRES		Valores em €
Recursos Livres apurados 2018		39.566,17
Juros Vencidos 2018		7.322,15
Juros Vencidos 2019		6.542,02
RL Disponíveis		53.430,34
REMANESCENTE DE PROJETOS/ Aps		
Seminário reflexão RPFC	AP45/LIS17	2.695,96
Ação Formação Direito Humanitário	AP49/LIS18	2.284,22
VI Semana Cultural	JV200901	702,80
Livros comemorativos 18 anos	I20141	123,17
Remanescente PR/AP Disponível		5.806,15
TOTAL DISPONÍVEL		59.236,49

Após análise sucinta das propostas de atividade, a RPFC decidiu aprovar tecnicamente, com Categoria de Decisão 2, a Ação Pontual apresentada no ponto 7.3.1. “Apoio para o Fórum “Clima/Variabilidade e Alterações Climáticas - Impactos na Economia na CPLP e em Africa”.

A Entidade Executora deverá, no entanto, rever o orçamento da atividade, de forma a acautelar o seguinte:

- Incorporar, como máximo, os valores das Ajudas de custo praticadas pelo SECPLP e corrigir os valores dos imprevistos orçamentados, por se considerarem desnecessários.
- Acertar, caso seja possível, o valor alocado à rubrica destinada a traduções, em face da campanha de angariação de fundos (*crowdfunding*) que se encontra aberta.

Verificando-se ainda a disponibilidade para o financiamento de mais uma atividade, a RPFC decidiu financiar a AP53SAL18 “Oficina de Capacitação para Boas Práticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP”, que havia sido aprovada com categoria de decisão 4 na XXXVII RPFC. Também no caso desta atividade, deverá ser contactada a Entidade Executora para rever o orçamento do projeto, de forma a integrar eventuais contribuições em espécie por parte do país que acolhe o evento.

Após o contacto com as Entidades Executoras, o SECPLP deverá circular os dois documentos de Atividade, com os orçamentos revistos, para conhecimento dos Pontos Focais de Cooperação.

8. Pontos de Informação:

8.1 Reuniões Ministeriais Setoriais previstas para 2019

A tabela indicativa das Reuniões Ministeriais Setoriais de 2019 e restantes atividades identificadas pela presidência poderá ser consultada no Anexo 11.

8.2 Reunião dos Estados-Membros com os Observadores Associados da CPLP

O DC informou sobre a 116ª Reunião Extraordinária do CCP, realizada a 2 de julho, na qual foram partilhadas as principais atividades que cada Observador Associado (OA) vem desenvolvendo com os EM da CPLP, foi apresentado o programa da presidência cabo-verdiana e a proposta da metodologia de trabalho na área da cooperação. Nesse âmbito, indicou que o SECPLP deverá agora receber a informação do lado dos OA sobre quem serão os pontos focais de contacto para que se possa calendarizar uma eventual reunião a realizar até ao final do corrente ano.

8.3 Reunião com os coordenadores das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP

Neste ponto, o DC referiu o dinamismo das Comissões Temáticas “Educação, Ciência e Tecnologia” e “Cultura”, bem como a realização da reunião conjunta entre as Comissões Temáticas “Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional” e “Ambiente, Cidades e Território” para discutir iniciativas de apoio de emergência às populações afetadas pela passagem do ciclone Idai, em Moçambique.

8.4 Atividades específicas DIRCOOP:

8.4.1 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP

8.4.1.1 Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis (FISAS), 17 e 21 de julho de 2019, Idanha-a-Nova, Portugal

O DC indicou que o FISAS está a ser organizado com o apoio da CPLP, no âmbito do trabalho que se vem desenvolvendo para implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. O Programa do evento consta do Anexo 12.

8.4.2 2019 – Ano da CPLP para a Juventude:

8.4.2.1 Conferência de Jovens sobre o Futuro do Trabalho - Lisboa, 24 de junho de 2019

A Conferência de Jovens sobre o Futuro do Trabalho realizou-se com muito sucesso, em Lisboa, podendo o relatório da Comissão Organizadora ser consultado no Anexo 13.

8.4.2.2 Escola de Jovens Líderes da CPLP - Vila Nova de Gaia, 23 a 27 de setembro de 2019

Informou-se que Escola da Jovens Líderes está a ser organizada com o apoio da Câmara Municipal de Gaia e do Fórum da Juventude da CPLP. A metodologia da escola será desenvolvida pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV), com base naquela que é habitualmente seguida para as edições da Academia Ubuntu. Esta atividade envolverá 2 a 3 jovens por cada Estado-Membro.

8.5 Atividades específicas DACLP:

8.5.1 Programa CPLP Audiovisual (2017-2019) (2.ª Edição) – DocTV CPLP III

A segunda edição do Programa CPLP Audiovisual - DOCTV CPLP III cumpre uma deliberação da Reunião Ministerial da Cultura e foca-se na produção de documentários que retratam a realidade social contemporânea dos contextos nacionais e está prevista para terminar em 2019. Neste momento, os 9 documentários encontram-se em fase de difusão nas televisões públicas de cada Estado-Membro, em cumprimento do cronograma estabelecido em 2017. Quanto à 3ª edição do PAV, a DG informou que está em curso o esforço de mobilização de recursos para o seu financiamento.

8.5.2 Comissão do Património Cultural da CPLP: Atlas do Património Cultural da CPLP

A segunda reunião desta Comissão constituída por deliberação da Reunião Ministerial da Cultura teve lugar em fevereiro de 2019 e estabeleceu dois projetos a implementar durante a presidência cabo-verdiana: o Atlas do Património Cultural da CPLP e a Rede de Museus da CPLP. No que toca à implementação do Atlas, estão no momento a ser identificados os peritos nacionais para o grupo de trabalho e está a avançar a recolha do relato sobre os normativos nacionais dos EM sobre estas matérias. As linhas gerais definidas pela Comissão em fevereiro consubstanciaram as orientações para a definição do cronograma e dos Termos de Referência que permitirão fazer o lançamento deste projeto ainda no decurso da presidência cabo-verdiana.

8.5.3 Feira do Livro dos Autores da CPLP, São Filipe, ilha do Fogo, 2019

8.5.4 Bienal de Artes e Indústrias Criativas da CPLP, Mindelo, ilha de São Vicente

Na XI Reunião Ministerial da Cultura foram apresentados dois projetos previstos para terem lugar durante a presidência cabo-verdiana, como contributo para a promoção da diversidade

cultural e da Língua Portuguesa: a Feira do Livro, prevista para 2019, na ilha do Fogo; e a Bienal de Arte e Cultura da CPLP, prevista ter lugar no dia 5 de maio de 2020, no Mindelo.

8.5.5 Alimentação Escolar: Curso de Educação à Distância (EAD) sobre Agricultura Familiar para os países da CPLP (DACLP/DIRCOOP) - 2019

Terá lugar ainda este ano um curso em regime de educação à distância sobre "Alimentação escolar", a ser dinamizado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do MEC-Brasil) em parceria com o PMA e a ABC. Esta atividade está plasmada no plano de trabalhos acordado na última Reunião dos Pontos Focais da Educação (sede da CPLP, outubro de 2018) e está a ser acompanhada tanto pela DACLP como pela DIRCOOP e pela FAO.

8.5.6 Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP: Lançamento da Coleção «Cadernos de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP»

Lançamento da coleção dos cadernos de ciência e tecnologia, em dois volumes, com os temas Mobilidade Académica e os Arquivos Históricos na preservação do legado histórico e cultural da CPLP. Está também em curso a participação da Comunidade no movimento internacional de promoção do acesso aberto.

8.5.7 Repositório Científico da CPLP

Com a confirmação do aporte financeiro do 3º EM, este projeto irá finalmente avançar. Os documentos estão em revisão e prevê-se o seu lançamento na próxima Reunião Ministerial da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

8.6 14ª Edição do Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Portuguesa (SILUSBA) - 25 anos construindo a comunidade da água na CPLP

O DC informou que a edição de 2019 do SILUSBA decorrerá na Praia, em Cabo Verde, entre 14 e 20 de setembro, numa realização conjunta entre a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), a Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), a Associação Caboverdiana de Recursos Hídricos (ACRH), a Associação Aquashare Moçambique. Indicou que o simpósio atribuía um enfoque particular a temas como a governança da água no quadro da CPLP, o papel das instituições públicas para mitigação da crise hídrica, água, agricultura e segurança alimentar, gestão integrada de águas superficiais e águas subterrâneas e riscos e desastres naturais. Informou ainda que, com o apoio da Agência Nacional de Águas do Brasil, por via do projeto "Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)" - Projeto 586RLA2001W, seria financiada a participação de 13 peritos e especialistas provenientes de instituições de quase todos os Estados-Membros da CPLP.

8.7 Diálogos sobre os desafios contemporâneos dos Ministérios Públicos da CPLP

O evento, a ser realizado em Brasília, no período de 05 a 09 de agosto próximo, constitui uma iniciativa conjunta da Procuradoria-Geral da República, da Escola Superior do Ministério Público da União e da ABC e tem como objetivo possibilitar a troca de experiências e o intercâmbio de conhecimentos, boas práticas e soluções estratégicas para os desafios partilhados. Pretende ainda capacitar os procuradores da CPLP, ao aprimorar sua atuação

em prol da justiça nos diferentes países. O evento pretende ainda apresentar e discutir os resultados dos projetos bilaterais de cooperação técnica e jurídica de capacitação de magistrados e promotores, promovidos desde 2012 entre os Ministérios Públicos do Brasil e de diversos Estados-Membros da CPLP.

8.8 Ponto de situação da assinatura do Memorando de Entendimento entre a CPLP e a OCDE

O DC informou que o documento se mantém em consulta no âmbito do Comité de Concertação Permanente da CPLP, esperando-se que seja possível conformar uma linguagem que gere consenso entre a CPLP e a OCDE e que permita a assinatura do MdE no melhor calendário possível.

8.9 Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular, outubro de 2019

A PFC PT apresentou o ponto, dizendo que a Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular (iniciativa que o Camões, I.P., tem vindo a promover, anualmente, com a Direção de Cooperação para o Desenvolvimento da OCDE) terá lugar dias 17 e 18 de outubro, em Lisboa, sendo esta a sua quinta edição. O encontro reunirá responsáveis de países, organizações internacionais e da sociedade civil envolvidos em Cooperação Triangular e pretende ser um momento de partilha de visões e experiências sobre a Cooperação Triangular e o seu papel na resposta aos desafios globais. Salientou que os PFC da CPLP serão convidados a participar no evento e que constituiria uma oportunidade de identificação de parceiros de cooperação, quer para a Organização, quer para os Estados-membros.

8.10 IV Reunião da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP, Malabo, 15 e 16 de maio de 2019

A PFC GE indicou que esta reunião se realizou com muito sucesso em Malabo que contou com um conjunto de iniciativas paralelas muito participadas.

8.11 VIII Conferência sobre as estatísticas da CPLP, Malabo, 15-17 julho de 2019

A PFC GE referiu a realização desta Conferência no decorrer da semana vigente, em Malabo, e a estreita colaboração entre o Instituto Nacional de Estatística de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial (INEGE). O DC lembrou que a GE tem vindo a participar desde há muito tempo no projeto promovido pelo INE, inclusivamente no desenho desta nova fase de implementação.

8.12 Informação sobre o Compacto Lusófono

Por solicitação do PFC AO, a PFC PT informou sobre as linhas gerais do Compacto Lusófono, celebrado entre Portugal e o BAfD, em novembro de 2018, que tem como objetivo promover a participação do setor privado em projetos de investimentos estruturantes nos PALOP, que beneficiará Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e que assenta em 4 pilares - mitigação do risco, financiamento direto, assistência técnica e disseminação de oportunidades de investimento. Portugal comprometeu uma garantia no valor de 420 milhões de euros para a implementação da iniciativa.

Antes de concluir a Reunião, os PFC concordaram que se fizesse refletir na Grelha de Deliberações a necessidade de os Relatórios das RPFC serem elaborados num formato mais simplificado.

9. Aprovação da Grelha de Deliberações

O DC apresentou a Grelha de Deliberações que foi debatida pelos PFC, conforme apresentada no **Anexo 14**.

Encerramento dos trabalhos

O Coordenador proferiu breves palavras para encerrar os dois dias de trabalhos que haviam decorrido na cidade do Mindelo. Congratulou a RPFC pelos resultados alcançados, sobretudo pela aprovação dos documentos.

Observou, em particular, o contributo do SECPLP e da sua equipa para o excelente esforço de preparação e revisão dos documentos.

Não havendo nada mais a declarar, deu-se por encerrada a Reunião.

Lista de Anexos:

1. Lista de Presenças
2. Agenda da XXXIX RPFC - versão final
3. Regimento da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação - versão aprovada
4. Documento Estratégico de Cooperação - versão aprovada
5. Manual de Cooperação - versão aprovada
6. Cronograma para revisão da Documentação - versão aprovada
7. Projeto de Resolução nº 3 - versão apreciada em sede da XXXIX RPFC
8. Projeto de Resolução nº 13 - versão apreciada em sede da XXXIX RPFC
9. Quadro de Execução de Atividades - versão corrigida
10. Relatório da Direção de Cooperação - versão corrigida
11. Calendário de Atividades 2018-2019 - versão corrigida
12. Programa FISAS
13. Conferência de Jovens sobre o Futuro do Trabalho
14. Grelha de Deliberações XXXIX RPFC - versão final

ANEXO 1

XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Mindelo, 15 e 16 de julho de 2019

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
 - Oliveira Francisco Encoge, Embaixador, Ponto Focal de Cooperação e Diretor do Gabinete da CPLP/PALOP do Ministério das Relações Exteriores;
 - Mário Augusto, Ministro Conselheiro, Missão de Angola junto da CPLP;
 - Celestino Lucas – 1.º Secretário da Embaixada de Angola em Cabo-Verde;
 - Dilma Katiuska Pires Esteves, Técnica Superior, Ministério das Relações Exteriores;
 - Gildo dos Santos – Técnico Superior do Gabinete do Gabinete da CPLP/PALOP, do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola.

- **BRASIL**
 - Alessandra Ambrósio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP da ABC e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores;
 - Maria Kallás, Secretária da Divisão de África II do Ministério das Relações Exteriores.

- **CABO VERDE**
 - António Alves Lopes, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;
 - Alcides de Barros, Coordenador do Secretariado Executivo da Parceria Especial CV/EU;
 - Sónia Martins, Conselheira da Embaixada de Cabo Verde em Portugal;
 - Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal;
 - Nádia Marçal, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;
 - José Carlos Mendonça, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;
 - Edna Barreto, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;
 - Osvaldo Monteiro, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;

- **GUINÉ-BISSAU**
 - Marcelo Pedro d’Almeida, Ponto Focal de Cooperação, Diretor Geral, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades.

- **GUINÉ EQUATORIAL**
 - Cristina Mangue Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros;



- Leandro Micha, Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP;
- Carolina Pereira, Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP;
- Roberto Rondo, Comissão Nacional para a CPLP.

- **MOÇAMBIQUE;**
 - Dionísio Macule, Embaixada de Moçambique em Lisboa.

- **PORTUGAL**
 - Paula Pereira, Chefe de Divisão de Assuntos Multilaterais, Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.;
 - Eduarda Cabral e Silva, Divisão dos Assuntos Multilaterais, Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
 - Esterline Género, Ponto Focal de Cooperação, Diretor do Gabinete da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
 - Nilson Lima, Embaixada de São Tomé e Príncipe em Lisboa;
 - Olímpia Lavres, Embaixada de São Tomé e Príncipe em Lisboa.

- **TIMOR-LESTE**
 - Júlio Martins, Ponto Focal de Cooperação adjunto, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
 - Andreia Pires, Missão de Timor-Leste junto da CPLP;
 - Gisela Tavares, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
 - Diva Magno, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

- **SECPLP**
 - Georgina Benrós de Mello, Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP;
 - Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação;
 - Mário Mendão, Assessor Jurídico;
 - António Ilharco, Assessor de Comunicação;
 - Ana Barbosa de Melo, Técnica de Cooperação;
 - Amália Martins, Técnica do Gabinete do Secretário Executivo.

ANEXO 2

XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Mindelo, 15 e 16 de julho de 2019

AGENDA

- 1. Sessão de Abertura**
- 2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa**
- 3. Breve informação sobre as Atividades em execução nos Estados-Membros**
- 4. Seguimento do Plano de Trabalho sobre o Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP: Apreciação de documentos de trabalho**
 - 4.1 Regimento Interno da RPFC: conclusão e aprovação
 - 4.2 Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026: conclusão e aprovação
 - 4.3 Manual da Cooperação na CPLP: conclusão e aprovação
 - 4.4 Quadro Bial de Cooperação 2020-2022: ponto de situação
 - 4.5 Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP: ponto de situação
 - 4.6 Cronograma para revisão de documentação até à XL RPFC
- 5. Análise de Propostas de Resolução do pilar da Cooperação a serem submetidas ao Conselho de Ministros**
 - 5.1 Análise do Projeto de “Resolução sobre a Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP”
 - 5.2 Análise do Projeto de “Resolução sobre a utilização do Fundo Especial da CPLP pelas Reuniões Ministeriais da CPLP”
- 6. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP**
 - 6.1 Seguimento das deliberações da XXXVIII RPFC
 - 6.2 Execução Financeira do Fundo Especial (junho de 2019)
 - 6.3 Quadro de Execução de Atividades no âmbito do Fundo Especial
 - 6.4 Proposta de reafectação de recursos de Atividades do Fundo Especial



7. Propostas de Atividade

- 7.1 Atividades aprovadas com a categoria 4 na XXXVII RPFC (a aguardar alocação de recursos)
 - 7.1.1 Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP
 - 7.1.2 Portal da Cultura da CPLP
 - 7.1.3 Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP
- 7.2 Propostas de Atividade não apreciadas durante a XXXVIII
 - 7.2.1 Proposta de projeto: Valorização e Conservação da Biodiversidade e das Paisagens na Bacia do Rio Corubal - IBAP
 - 7.2.2 Proposta de projeto: PROJETO TRINOVA - Inovação na gestão de soluções de engenharia natural em meio urbano no contexto da adaptação às mudanças climáticas - PPA
 - 7.2.3 Proposta de Projeto: LE-CPLP – Programa de Capacitação de Laboratórios de Engenharia da CPLP 2019/2021 para apoio à boa governação e construção sustentável - LNEC
- 7.3 Apresentação de Novas Propostas de Atividade
 - 7.3.1 Proposta de Ação Pontual: Apoio para o Fórum “Clima/Variabilidade e Alterações Climáticas - Impactos na Economia na CPLP e em Africa”, Uni-CV, 24 a 26 de setembro de 2019 - CIICCLAA
 - 7.3.2 Proposta de Projeto: Apoio financeiro para os dois primeiros anos do arranque do Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e Africa (CIICLAA) - CIICCLAA
- 7.4 Deliberação sobre Propostas de Atividade

8. Pontos de Informação:

- 8.1 Reuniões Ministeriais Setoriais previstas para 2019
- 8.2 Reunião dos Estados-Membros com os Observadores Associados da CPLP
- 8.3 Reunião com os coordenadores das Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP
- 8.4 Atividades específicas DIRCOOP:
 - 8.4.1 Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP
 - 8.4.1.1 Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis (FISAS), 17 e 21 de julho de 2019, Idanha-a-Nova, Portugal
 - 8.4.2 2019 - Ano da CPLP para a Juventude:

- 8.4.2.1 Conferência de Jovens sobre o Futuro do Trabalho - Lisboa, 24 de junho de 2019
- 8.4.2.2 Escola de Jovens Líderes da CPLP - Vila Nova de Gaia, 23 a 27 de setembro de 2019
- 8.5 Atividades específicas DACLP:
 - 8.5.1 Programa CPLP Audiovisual (2017-2019) (2.ª Edição) - DocTV CPLP III
 - 8.5.2 Comissão do Património Cultural da CPLP: Atlas do Património Cultural da CPLP
 - 8.5.3 Feira do Livro dos Autores da CPLP, São Filipe, ilha do Fogo, 2019
 - 8.5.4 Bienal de Artes e Indústrias Criativas da CPLP, Mindelo, ilha de São Vicente
 - 8.5.5 Alimentação Escolar: Curso de Educação a Distância (EAD) sobre Agricultura Familiar para os países da CPLP (DACLP/DIRCOOP) - 2019
 - 8.5.6 Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP: Lançamento da Coleção «Cadernos de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP»
 - 8.5.7 Repositório Científico da CPLP
- 8.6 14ª Edição do Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Portuguesa (SILUSBA) - 25 anos construindo a comunidade da água na CPLP
- 8.7 Diálogos sobre os desafios contemporâneos dos Ministérios Públicos da CPLP
- 8.8 Ponto de situação da assinatura do Memorando de Entendimento entre a CPLP e a OCDE
- 8.9 Reunião Internacional sobre Cooperação Triangular, outubro de 2019
- 8.10 IV Reunião da Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP, Malabo, 15 e 16 de maio de 2019
- 8.11 VIII Conferência sobre as estatísticas da CPLP, Malabo, 15-17 julho de 2019
- 8.12 Informação sobre o Compacto Lusófono

9. Aprovação da Grelha de Deliberações



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

Documento Estratégico de Cooperação da CPLP 2020 - 2026

16 de julho de 2019

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA DA COOPERAÇÃO DA CPLP 2020-2026	4
3. ÁREAS E SETORES DE INTERVENÇÃO DA COOPERAÇÃO DA CPLP 2020-2026.....	5
4. OPERACIONALIZAÇÃO DO DOCUMENTO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO 2020-2026	6
4.1. SETORES PRIORITÁRIOS DE INTERVENÇÃO DO DEC 2020-2026.....	7
4.2. OBJETIVOS DO DEC 2020-2026	9
4.2.1. <i>Objetivos Programáticos</i>	<i>9</i>
4.2.2. <i>Objetivos de Reforço Orgânico</i>	<i>9</i>
4.2.3. <i>Objetivos de Alargamento da Participação.....</i>	<i>10</i>
4.2.4. <i>Objetivos de Diversificação de Parcerias.....</i>	<i>10</i>
4.2.5. <i>Objetivos de Melhoria da Monitorização</i>	<i>10</i>

1. Introdução

A Nova Visão Estratégica da CPLP para o período de 2016 a 2026, adotada pela XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (Brasília, novembro de 2016), veio reforçar a convicção de que a Cooperação entre os Estados-Membros (EM) da CPLP e desta com distintos parceiros de desenvolvimento é um pilar estratégico da Organização que permite afirmar a identidade dos EM e reforçar os laços culturais, sociais, económicos e políticos entre estes.

Adicionalmente, a cooperação da CPLP contribui para o desenvolvimento sustentável dos EM, a consolidação política, económica e social da Comunidade e para a sua projeção enquanto Organização Internacional.

Dito isso, reforçar a Cooperação da CPLP e dotá-la de uma visão de conjunto permitirá melhor comunicar os sucessos alcançados e o contributo coletivo dos EM da CPLP para a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para os Objetivos por ela definidos.

2. Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP 2020-2026

A Cooperação da CPLP assume-se como transversal, uma vez que promove a interligação entre várias áreas e setores e está alinhada com os compromissos expressos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A cooperação da CPLP é organizada de forma integrada, coordenada e harmonizada, com base nos seguintes elementos:

- Prioridades definidas pelos seus EM;
- Iniciativas programadas pelos seus órgãos estatutários decorrentes da sua Visão Estratégica;
- Estratégias aprovadas sectorialmente, e
- Prioridades definidas pelas presidências *pro tempore*.

A principal orientação para a formulação do Documento Estratégico de Cooperação da CPLP (DEC) para o período 2020-2026 resulta da Visão Estratégica da CPLP. É esse documento que orienta o caminho da Comunidade sobre a política de cooperação e identifica a forma de se estabelecerem sinergias e diálogos com diferentes parceiros de desenvolvimento.

A adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, constitui um marco para a cooperação para o desenvolvimento e, em particular para as organizações intergovernamentais, como a CPLP.

Esse quadro de referência oferece uma oportunidade para que se redinamize o planeamento e se sistematizem intervenções pluridisciplinares em setores que, pela sua transversalidade possuem a capacidade de fomentar intervenções sinérgicas, buscando níveis acrescidos de coerência, harmonização e coordenação.

Além disso, a cooperação da CPLP também deve explorar complementaridades e sinergias que potenciem mais-valias no quadro das dinâmicas de cooperação que vêm sendo geradas e protagonizadas por distintos atores setoriais.

A transversalidade e os desafios inerentes à promoção do desenvolvimento sustentável e à Visão Estratégica da CPLP recomendam o crescente aprimoramento dos mecanismos de concertação e articulação entre os atores envolvidos em atividades de cooperação na CPLP.

Será necessário fomentar a crescente ligação entre as deliberações resultantes das Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS), expressas nos respetivos Planos de Ação (PAT) e Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET), e as deliberações que resultam das Reuniões de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) da CPLP.

O DEC 2020-2026 tem, assim, como instrumentos orientadores:

- i. A Visão Estratégica da CPLP 2016-2026;
- ii. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nela inscritos;
- iii. As deliberações de órgãos da CPLP: Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CCEG), Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (ROCM), Comité de Concertação Permanente (CCP), Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) e RPFC.

Por outro lado, pretende valorizar e fomentar a coerência e articulação entre os documentos de cooperação sectorial:

- i. Os Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET) aprovados nas respetivas Reuniões Ministeriais;
- ii. Os Planos de Ação das Reuniões Ministeriais Setoriais (PAT).

3. Áreas e Setores de Intervenção da Cooperação da CPLP 2020-2026

Os últimos anos da cooperação da CPLP ficam marcados na agenda comunitária pelo reforço e visibilidade de temáticas como:

- Saúde;
- Segurança Alimentar e Nutricional;
- Ambiente, na componente dos recursos hídricos;

- Comunicações, entre outros, na componente da Agenda Digital e Governação Eletrónica, e
- Assuntos Sociais, destacando as componentes do combate ao Trabalho Infantil e do diálogo social tripartido.

Igualmente se registaram avanços assinaláveis nos seguintes domínios:

- Juventude e Desportos;
- Género e Empoderamento da Mulher;
- Ensino Superior, Ciência e Tecnologia;
- Cultura;
- Educação;
- Boa Governação e Direitos humanos;
- Defesa;
- Mares;
- Energia;
- Ambiente;
- Turismo e
- Educação para o desenvolvimento.

Mais recentemente, foi também reforçada a dimensão da cooperação económica, financeira e empresarial da CPLP, criando oportunidades e estímulos ao futuro da Comunidade.

A tipologia de atividades em todos estes domínios tem sido baseada em atuações que promovem a troca e partilha de práticas, a capacitação e o reforço institucional.

4. Operacionalização do Documento Estratégico de Cooperação 2020-2026

O DEC estabelece um quadro orientador, que define as opções estratégicas da cooperação da CPLP para o médio prazo em consonância com:

- Os compromissos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos por ela assumidos, e

- Os princípios assumidos pela Visão Estratégica da CPLP, documento que ilustra a ação e o posicionamento estratégico da Organização a médio prazo.

O DEC contribui, ainda, para a articulação e harmonização das intenções e prioridades manifestadas nos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET), resultantes das Reuniões Ministeriais, sistematizando posicionamentos comuns entre as deliberações provenientes dessas áreas temáticas e as orientações resultantes das decisões emanadas da RPF C.

Na sua implementação o DEC deve também observar as orientações das presidências *pro tempore* bem como dos órgãos decisórios da CPLP.

O DEC contribui para assegurar uma maior coerência no pilar de cooperação da CPLP com o propósito de:

- Definir atividades coerentes e alinhadas com as prioridades de atuação definidas e otimizando os recursos existentes;
- Incrementar um maior grau de eficácia e eficiência na execução das atividades de cooperação planeadas e aprovadas, na lógica da obtenção de resultados, e
- Promover uma harmonização global de toda a cooperação da e na CPLP, articulando os diferentes tipos de atores, melhorando a comunicação, imagem, monitorização e conseqüente avaliação de resultados.

4.1. Setores Prioritários de Intervenção do DEC 2020-2026

A implementação dos compromissos decorrentes do endosso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹ obriga ao planeamento e sistematização de intervenções pluridisciplinares em setores que, pela sua transversalidade possuem a capacidade de fomentar intervenções sinérgicas, buscando níveis acrescidos de coerência e eficácia.

¹ A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o resultado do trabalho conjunto entre governos e cidadãos de todo o mundo para criar um quadro global de apoio à implementação de um novo conceito de desenvolvimento – económico, social e ambiental. Integra 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que abrangem áreas muito diversas, mas interligadas que visam alcançar um futuro melhor, mais próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras, não deixando ninguém para trás e alcançando os mais vulneráveis primeiro.

No quadro da cooperação da CPLP, as estratégias setoriais, refletidas nos PECSET, foram sendo construídas tendo em conta que potenciam o trabalho em rede e a transversalidade. Esta abordagem tem permitido o alargamento da colaboração entre as diferentes áreas técnicas de cooperação da CPLP e o estabelecimento de diferentes plataformas de diálogo com diversos parceiros de desenvolvimento. Urge agora compatibilizar e harmonizar as dinâmicas da cooperação setorial com as necessidades de focalização, coordenação e alinhamento, identificadas por órgãos da CPLP, particularmente pela RPFPC.

Considerando os objetivos plasmados na Visão Estratégica da CPLP 2016-2026, o estágio de desenvolvimento dos seus EM, os respetivos Planos e Estratégias Nacionais de Desenvolvimento e o potencial de influência estratégica da cooperação da CPLP, o DEC 2020-2026 deverá apostar sectorialmente nas seguintes áreas temáticas:

- i. Ambiente e Alterações Climáticas;
- ii. Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- iii. Cultura;
- iv. Direitos Humanos e Boa Governança;
- v. Educação;
- vi. Energia;
- vii. Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher;
- viii. Juventude e Desportos;
- ix. Saúde;
- x. Segurança Alimentar e Nutricional, e
- xi. Turismo.

Espera-se que o DEC 2020-2026 venha ser operacionalizado com recurso a três Quadros Bienais de Cooperação (QBC):

- QBC 2020-2022;
- QBC 2022-2024, e
- QBC 2024-2026.

O QBC é o instrumento que planifica, para cada biénio, as atividades de cooperação da CPLP, através do diálogo com os diferentes atores.

4.2. Objetivos do DEC 2020-2026

No período de 2020 a 2026 o DEC promoverá o alcance de vários objetivos que se podem sistematizar nas seguintes tipologias:

- Programáticos, procurando gerar resultados concretos alinhados com os setores prioritários de intervenção;
- Reforço orgânico, com o propósito de melhor o diálogo e o alinhamento entre as estruturas protagonistas da cooperação da CPLP;
- Alargamento da participação de atores, chamando à cooperação da CPLP outros parceiros relevantes para o alcance dos objetivos programáticos;
- Diversificação de Parcerias e identificação de fontes de financiamento adicionais, promovendo o trabalho conjunto com outros atores e procurando o aumento dos recursos disponíveis para a cooperação da CPLP, e
- Melhoria da monitorização, com o intuito de incrementar a eficácia e a eficiência com que são utilizados os recursos colocados ao serviço da cooperação da CPLP.

4.2.1. Objetivos Programáticos

- Incrementar a Cooperação em todos os sectores considerados prioritários, mantendo o foco na capacitação e no reforço institucional;
- Promover ativamente a inclusão de temas transversais como a promoção dos direitos humanos, a igualdade de género e o empoderamento das mulheres; e
- Promover Atividades que contribuam para a visibilidade da Comunidade e promovem o sentimento de pertença e união no seio da Comunidade.

4.2.2. Objetivos de Reforço Orgânico

- Reforçar do diálogo entre as RMS, a RPFC e o SECPLP e harmonizar as dinâmicas da cooperação setorial com as necessidades de focalização, coordenação e alinhamento, identificadas por órgãos da CPLP, particularmente pela RPFC;
- Incrementar os níveis de eficácia da cooperação da CPLP;
- Rever os PECSET e os PAT em vigor e promover o seu alinhamento com a Agenda 2030, conforme disposto no Manual de Cooperação e no DEC;
- Rever Regimento do Fundo Especial da CPLP e promover a sua aplicação, e

- Introduzir na dinâmica de trabalho e orgânica das RMS os novos instrumentos do ecossistema de cooperação da CPLP: Manual de Cooperação, DEC, QBC e FECPLP.

4.2.3. Objetivos de Alargamento da Participação

- Promover a partilha de responsabilidades financeiras entre os EM da Comunidade na contribuição para o Fundo Especial da CPLP;
- Fortalecer o diálogo com a sociedade civil, por intermédio dos Observadores Consultivos, Fórum da Sociedade Civil e Fundações, para assegurar uma maior participação destes atores nas atividades de cooperação da CPLP e na formulação das políticas sectoriais, e
- Operacionalizar o potencial de parceria e cooperação com o Observadores Associados da CPLP.

4.2.4. Objetivos de Diversificação de Parcerias

- A identificação de parcerias com outros atores de desenvolvimento – de agências de cooperação de países terceiros a organizações internacionais – conforme definido na Agenda de Ação de Adis Abeba, que partilhem a visão e os princípios dos EM da CPLP sobre o desenvolvimento sustentável, para a implementação de atividades de cooperação, e
- A mobilização efetiva de fontes de financiamento adicionais, de origem pública e privada, para o Fundo Especial da CPLP, para a implementação de atividades de cooperação.

4.2.5. Objetivos de Melhoria da Monitorização

- Consolidar as atividades de monitorização e avaliação do QBC, de acordo com o previsto no Manual de Cooperação da CPLP:
 - A cada 6 meses, reportando à RPFC, e
 - Anualmente, com recurso a visitas ao terreno nas quais serão envolvidas as entidades executoras, o Ponto Focal de Cooperação e os Pontos Focais Setoriais dos países envolvidos na parceria.

MANUAL DA COOPERAÇÃO DA CPLP

16 de Julho de 2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. IDENTIDADE DA COOPERAÇÃO DA CPLP.....	5
2.1. COOPERAÇÃO DA CPLP E COOPERAÇÃO NO ESPAÇO DA CPLP	5
3. HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO DA CPLP	7
4. ORGÂNICA DA COOPERAÇÃO DA CPLP.....	8
4.1. REUNIÃO DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO	8
4.2. REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS.....	9
4.3. SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP	10
4.4. COMITÉ DE CONCERTAÇÃO PERMANENTE.....	11
4.5. CONSELHO DE MINISTROS	11
5. ATORES E PARCEIROS DA COOPERAÇÃO DA CPLP.....	11
5.1. ESTADOS-MEMBROS DA CPLP	12
5.2. OBSERVADORES ASSOCIADOS	13
5.3. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	13
5.4. SOCIEDADE CIVIL.....	13
5.5. REDES E PLATAFORMAS	15
5.6. SETOR PRIVADO	15
6. ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO.....	15
6.1. VISÃO ESTRATÉGICA DA COMUNIDADE	16
6.2. DOCUMENTO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO	16
6.3. PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO SETORIAL - PECSET.....	18
6.4. PROGRAMA DA PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE.....	19
7. INSTRUMENTOS OPERACIONAIS DE COOPERAÇÃO	20
7.1. QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO	20
7.2. FUNDO ESPECIAL DA CPLP	21
7.3. FLUXOS DE COMUNICAÇÃO	23
8. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA.....	24
9. VISIBILIDADE.....	25

LISTA DE ACRÓNIMOS

CCEG	Conferência de Chefes de Estado e de Governo
CCP	Comité de Concertação Permanente
CM	Conselho de Ministros
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DEC	Documento Estratégico de Cooperação
EE	Entidade Executora
EM	Estado(s)-Membro(s)
FSC	Fórum da Sociedade Civil
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
OA	Observadores Associados
OC	Observadores Consultivos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGD	Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento
PAT	Plano de Ação/ Trabalho
PECSET	Plano Estratégico de Cooperação Setorial
PFC	Pontos Focais de Cooperação
PFS	Pontos Focais Setoriais
QBC	Quadro Bienal de Cooperação
RMS	Reunião Ministerial Setorial
ROCM	Reunião Ordinária do Conselho de Ministros
RPFC	Reunião de Pontos Focais de Cooperação
SECPLP	Secretariado Executivo da CPLP

1. INTRODUÇÃO

A Cooperação entre Estados-Membros da CPLP e desta com distintos parceiros de desenvolvimento é um dos objetivos estatutários e um pilar estratégico da Comunidade, que permite afirmar a sua identidade, fortalecer a cidadania e reforçar os laços culturais, sociais, económicos e políticos.

Este desiderato requer a existência de instrumentos orientadores da cooperação da CPLP, tanto a nível estratégico como a nível metodológico, e de procedimentos que promovam a eficácia, a coordenação, a harmonização e a monitorização das ações de cooperação da Comunidade.

Recordando os marcos institucionais e instrumentos político-diplomáticos estabelecidos ao longo do tempo pela CPLP, observa-se uma evolução da cooperação ao longo do tempo e do seu reconhecimento político e institucional. O processo de estruturação das Reuniões Ministeriais Setoriais, por exemplo, permitiu uma maior interação entre os ministérios das diversas áreas temáticas e trouxe novos atores e dinâmicas para cooperação da CPLP.

É possível afirmar que a cooperação comunitária é transversal e procura interligar todas as áreas temáticas que estrategicamente foram sendo fortalecidas ao longo dos anos. Tal representa um grande desafio de coordenação, mas, ao mesmo tempo, representa uma excelente oportunidade para promover melhorias na coerência da cooperação da CPLP.

A diversidade de realidades institucionais dos diversos Estados-Membros da CPLP reforça a necessidade da solidariedade, da partilha e do reforço estratégico dos instrumentos de cooperação da CPLP.

A estratégia de cooperação da CPLP pretende estar permanentemente alinhada com a visão estratégica de médio prazo e com a agenda internacional vigente. Prevê-se, portanto, que autoridades dos Estados-Membros (EM), os gestores e dirigentes invistam de forma permanente e contínua nas áreas setoriais de maior impacto para a agenda comunitária e que, ao mesmo tempo, convirjam com as prioridades nacionais dos EM.

No âmbito do processo de reflexão sobre o reforço do enquadramento estratégico da Cooperação da CPLP, que teve lugar entre 2016 e 2019, foi identificada a necessidade de criar um Manual que informasse sobre a estrutura e a orgânica da Cooperação da CPLP, os seus atores, os instrumentos estratégicos e operacionais utilizados, as bases legais e os procedimentos de gestão a ela associados.

2. IDENTIDADE DA COOPERAÇÃO DA CPLP

Os laços histórico-culturais e a língua são elementos fundamentais da constituição da CPLP e constituem vantagens comparativas na implementação das atividades de cooperação da Organização.

A presença dos nove EM em quatro continentes diferentes potencia o envolvimento nas organizações regionais onde estes se inserem, o que aumenta o espaço de influência da Comunidade em diversas regiões do mundo e aumenta a sua relevância.

Sob o primado do respeito e valorização das especificidades nacionais, procura-se, em todas as Atividades, o envolvimento do maior número possível de EM e a atuação coordenada entre os países envolvidos.

Entende-se por Cooperação todas as atividades que buscam o desenvolvimento inclusivo e sustentável dos seus Estados-Membros, alinhados com os ODS e obedecendo a princípios de solidariedade e parceria.

2.1. COOPERAÇÃO DA CPLP E COOPERAÇÃO NO ESPAÇO DA CPLP

Importa distinguir as Atividades de cooperação da CPLP das Atividades de cooperação que se realizam no espaço da CPLP, ou seja, diretamente pelos Estados-Membros e com o envolvimento de um ou mais países que integram a CPLP.

Entende-se por Cooperação da CPLP todas as Atividades financiadas e/ou executadas pelos seus órgãos institucionais e/ou pelo seu Secretariado Executivo e/ou outros eventuais financiadores, que se baseiam no diálogo político e diplomático tido no âmbito da atividade regular da CPLP, nomeadamente o que resulta da execução da sua Visão Estratégica atual.

Por seu lado, a cooperação no espaço da CPLP caracteriza-se por uma multiplicidade de ações de intercâmbio, capacitação, troca de experiências e boas práticas, mobilidade académica, acordos interuniversitários, negociações empresariais, encontros culturais, entre muitos outros, que não decorrem da decisão, programação e dos recursos da CPLP, enquanto organização. Estas ações contribuem para o aproveitamento sinérgico da multiplicidade de atores de cooperação. Além disso, simbolizam a riqueza e a diversidade presente e reforçam o sentimento de pertença à Comunidade.

Por seu lado, a cooperação entre os EM da CPLP, a nível bilateral, também deve ser considerada no âmbito do mesmo conceito, uma vez que possibilita a ampliação do papel da Organização, gerando potenciais sinergias com a atividade comunitária.

Este Manual recai sobre as Atividades no âmbito da Cooperação da CPLP.

3. HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO DA CPLP

Ano	Documento	Resumo
1996	Estatutos da CPLP	Consagra os princípios de promoção do desenvolvimento e cooperação entre os seus membros com o objetivo de "promover as práticas democráticas, boa governação e respeito pelos Direitos Humanos".
2005	Resolução sobre a Coordenação das Reuniões Ministeriais	Recomenda que as Reuniões Ministeriais se dotem de mecanismos permanentes de coordenação e acompanhamento que assegurem a preparação e a organização das reuniões, assim como o seguimento das deliberações em ligação com o SECPLP.
2006	Estratégia Geral de Cooperação na CPLP	Reconhece o grau de complexidade da cooperação internacional e recomenda o alinhamento da cooperação da CPLP com os ODM.
2009	Cooperação na CPLP - Uma visão Estratégica de Cooperação pós-Bissau	Aponta para o reforço dos instrumentos orientadores da Cooperação da CPLP e para a adoção de Planos Estratégicos de Cooperação.
	Quadro Orientador das Reuniões Ministeriais da CPLP	Recomenda a harmonização dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais com os Estatutos e práticas da CPLP, para melhor articulação entre as Reuniões Ministeriais e os restantes Órgãos da CPLP.
2011	Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP	Instrumento dedicado ao apoio financeiro das atividades que promovam os objetivos gerais da Comunidade, em conformidade com os seus Estatutos, que é construído por contribuições voluntárias, públicas e privadas.
2012	Resolução sobre a Coordenação entre STP das Reuniões Setoriais e Órgãos Políticos e Executivos da CPLP	Recomenda a apresentação regular de relatórios de atividades dos Secretariados Técnicos Permanentes ao CCP.
2013	Agenda do Desenvolvimento pós-2015	Incita ao debate e à concertação entre os EM da CPLP, sobre o processo negocial para a definição do que viria a ser a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
	Resolução sobre o Reforço da Concertação entre a CPLP e Agências Internacionais de Desenvolvimento	Reforço do diálogo e partilha de boas práticas sobre políticas globais de desenvolvimento com organizações multilaterais, com as quais esse diálogo ainda não tenha sido formalizado.
2014	Planos Estratégicos de Cooperação Setorial da CPLP	Reconhece a necessidade de contínuo aprimoramento da capacidade técnica das diferentes estruturas de acompanhamento e monitorização dos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial, nomeadamente dos STP das Reuniões Ministeriais Setoriais, para o reforço no grau de implementação das atividades deles decorrentes.
2015	Cooperação na CPLP - Uma visão Estratégica no pós-2015	Consubstanciou a contribuição dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP e do Secretariado Executivo para as atividades do "Grupo de Trabalho Visão Estratégica da CPLP".
2016	Nova Visão Estratégica da CPLP	Projeta a atividade da Organização no sentido de a tornar mais integrada e sistémica, por um período de 10 anos.
	A CPLP e a Agenda 2013 para o Desenvolvimento Sustentável	Aprofunda a cooperação no âmbito da CPLP com vista a apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
2018	Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP	Reconhece a necessidade de reforçar a harmonização e articulação global do pilar da Cooperação.

4. ORGÂNICA DA COOPERAÇÃO DA CPLP

A governação da cooperação na CPLP assenta no trabalho conjunto e em rede entre todos os órgãos que nela atuam diretamente: a Reunião de Pontos Focais de Cooperação, o Comité de Concertação Permanente, as Reuniões Ministeriais Setoriais e o Secretariado Executivo da CPLP. Todos estes órgãos têm competência e capacidade para propor Atividades de cooperação da CPLP.

As principais funções de cada órgão encontram-se resumidas nos subcapítulos seguintes, bem como o papel que desempenham na governação da cooperação na CPLP.

4.1. REUNIÃO DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO

A Reunião de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) é o órgão da CPLP responsável por coordenar a cooperação no âmbito da CPLP, por assessorar os demais órgãos da Comunidade em todos os assuntos relativos à cooperação da CPLP, e por criar sinergias entre diversos atores envolvidos.

A RPFC congrega as instituições ou unidades orgânicas dos EM que são responsáveis pela coordenação nacional da cooperação e rege-se por um Regimento Interno próprio.

A presidência da RPFC é exercida pelo representante do EM que detém a presidência *pro tempore* da CPLP.

A RPFC tem lugar ordinariamente duas vezes por ano, e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos EM.

As atribuições dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) são de natureza política e técnica, conforme segue:

- _ Promoção e divulgação da cooperação da CPLP;
- _ Elo entre a CPLP e as instituições nacionais;
- _ Elaboração de Documentos da cooperação;

- _ Identificação de atividades;
- _ Análise e deliberação sobre as atividades de cooperação submetidas à RPFC;
- _ Identificação de fontes de financiamento para as atividades; e
- _ Monitorização e Avaliação

A RPFC dá a conhecer as deliberações resultantes das suas Reuniões Ordinárias ao Comité de Concertação Permanente (CCP) e ao Conselho de Ministros.

4.2. REUNIÕES MINISTERIAIS SETORIAIS

As Reuniões Ministeriais Setoriais (RMS) são órgãos da CPLP constituídos pelos Ministros e/ou Secretários de Estado dos diferentes setores governamentais de todos os EM.

Estes órgãos são responsáveis pela definição de uma visão de cooperação setorial e pela elaboração dos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET) e respetivos Planos de Ação/ Trabalho (PAT) sectoriais, e a sua apresentação ao Conselho de Ministros, bem como pela sua implementação e monitorização.

Estes planos, por sua vez, constituem subsídios para a elaboração do DEC e composição do QBC, conforme explicado nos capítulos 6 e 7.

O quadro orientador para a elaboração dos regimentos internos das Reuniões Ministeriais, aprovado em 2009, indica que todas as Reuniões de Ministros devem ser assessoradas por uma Reunião Técnica, formada por Pontos Focais Setoriais e por um Secretariado Técnico Permanente:

- _ **PONTOS FOCAIS SETORIAIS:** Representantes designados pelos responsáveis governamentais dos diferentes setores de cada Estado-Membro, a quem compete preparar as Reuniões de Ministros e garantir a execução das decisões nelas aprovadas¹.

¹ O detalhamento destas referências consta no documento “Quadro Orientador para a Elaboração dos Regimentos Internos das Reuniões Ministeriais da CPLP”

- **SECRETARIADO TÉCNICO PERMANENTE OU ESTRUTURA EQUIVALENTE:** O Secretariado Técnico Permanente (STP) é constituído por um triunvirato formado pelo Ponto Focal do Estado-Membro que detém a presidência da Reunião de Ministros, pelo Ponto Focal do EM que deteve a presidência no ciclo anterior e pelo Ponto Focal do EM que irá previsivelmente assumir a presidência no ciclo subsequente. Em casos excepcionais, as funções do STP poderão ser assumidas por uma entidade distinta, quando assim determinado pela Reunião Ministerial em causa. O STP ou estrutura equivalente é responsável por assegurar o seguimento das decisões, iniciativas e Atividades que resultem de deliberações da Reunião de Ministros e por apoiar a preparação das Reuniões de Ministros e Reuniões Técnicas. O STP deve funcionar em estreita articulação com o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP).

As RMS devem promover a implementação de políticas comunitárias por elas definidas através da apresentação de atividades concretas à RPFC e da busca ativa de recursos financeiros.

4.3. SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP

Enquanto principal órgão executivo da CPLP, o SECPLP é responsável por implementar decisões dos órgãos da CPLP e por planificar e assegurar a execução dos programas aprovados superiormente. Tal traduz-se no apoio à elaboração do DEC e do QBC, dos PECSET e PAT e ainda no acompanhamento da sua execução.

Cabe também ao SECPLP o apoio na preparação e no desenho de atividades que sejam consideradas para financiamento pelo Fundo Especial da CPLP (FECPLP), bem como no acompanhamento e monitorização de atividades que recebam financiamento do FECPLP.

O SECPLP integra a RPFC no âmbito das suas competências estatutárias e é a ele que compete a preparação das Reuniões, a organização da documentação e o seguimento das suas deliberações.

O SECPLP desempenha um papel fundamental de apoio à coordenação entre os restantes órgãos, assegurando a transmissão de informação e partilhando a visão de conjunto, que lhe é possibilitada pela sua articulação direta com todos os outros órgãos e parceiros.

Cabe-lhe ainda apoiar os STP das RMS no seguimento e monitorização dos Planos e Atividades aprovados nas áreas setoriais da cooperação.

4.4. COMITÉ DE CONCERTAÇÃO PERMANENTE

O Comité de Concertação Permanente (CCP) é o órgão formado pelos Representantes Permanentes dos EM junto da CPLP. Compete a este órgão acompanhar o cumprimento pelo SECPLP das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP, bem como acompanhar, de forma regular, a Cooperação da CPLP.

4.5. CONSELHO DE MINISTROS

No que se refere à Cooperação, compete ao Conselho de Ministros da CPLP definir, adotar e implementar as políticas e os programas de ação da CPLP.

5. ATORES E PARCEIROS DA COOPERAÇÃO DA CPLP

No âmbito da Cooperação, a CPLP trabalha com um leque amplo de organizações, estatais e não estatais.

Enquanto as organizações estatais e governamentais se fazem representar através dos órgãos estatutários da Comunidade, as organizações da sociedade civil (não estatais) como ONG, Associações, Institutos, Fundações, Redes, Plataformas de Cooperação, etc, interagem com a CPLP no contexto dos mecanismos existentes na Comunidade para esse fim.

Descrevem-se, de seguida, os principais atores e parceiros da cooperação da CPLP.

5.1. ESTADOS-MEMBROS DA CPLP

Os Estados-Membros e as instâncias governamentais através dos quais se fazem representar compõem os órgãos da estrutura de governação da cooperação na CPLP e são, por isso, os principais atores da cooperação na comunidade. São eles os responsáveis pela definição, implementação e acompanhamento da Estratégia de Cooperação (Documento Estratégico de Cooperação, Quadro Bienal de Cooperação) e pelos Planos Estratégicos e Planos de Ação Setoriais, entre outros.

São ainda os atores prioritários no financiamento das Atividades, quer através do FECPLP quer por meio de execução direta.

Instituto Internacional da Língua Portuguesa

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) é uma instituição da CPLP vocacionada para a gestão comum da Língua Portuguesa e promoção e execução de uma política linguística consensualizada. O IILP é composto por todos os EM da CPLP e é dotado de autonomia científica, administrativa e patrimonial. As suas atividades são planeadas conforme orientações gerais do Conselho Científico, formado pelas Comissões Nacionais dos Estados-Membros, bem como do Comité de CCP da CPLP. A Direção Executiva e a Presidência do Conselho Científico do IILP têm carácter rotativo, permitindo que todos os países ocupem esses cargos.

Assembleia Parlamentar da CPLP

A Assembleia Parlamentar da CPLP (APCPLP) é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídos na base dos resultados das eleições legislativas dos respetivos EM.

A APCPLP é um parceiro de cooperação na CPLP uma vez que lhe compete a organização de ações de cooperação e solidariedade entre os Parlamentos Nacionais dos Estados-Membros da Comunidade, nomeadamente em matéria da promoção e defesa dos direitos humanos, nomeadamente o direito das crianças, adolescentes e idosos, a igualdade e equidade do género e combater todas as formas de xenofobia e racismo, bem como examinar questões de interesse comum com o propósito de intensificar a cooperação cultural, educativa, económica, ambiental, científica e tecnológica.

5.2. OBSERVADORES ASSOCIADOS

Os Observadores Associados (OA) são os Estados que, embora não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, partilham os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e que prossigam através dos seus programas de governo objetivos idênticos aos da Organização.

Podem ser aceites como OA, as Organizações internacionais, universais ou regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos que cumpram os mesmos critérios referidos na alínea anterior.

Os Observadores Associados são parceiros da cooperação na CPLP, na medida em que podem participar de programas e projetos de cooperação desenvolvidos nas diferentes áreas setoriais da Comunidade, no intercâmbio de experiências, no cofinanciamento e na construção de posicionamentos políticos comuns em instâncias internacionais.

5.3. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

A CPLP coopera também com Organizações Internacionais de Desenvolvimento, como por exemplo organizações especializadas do Sistema das Nações Unidas. A cooperação com estes organismos faz-se por meio de memorandos de entendimento ou Atividades concretas, que reforcem o diálogo e partilha de boas práticas sobre políticas globais de desenvolvimento.

5.4. SOCIEDADE CIVIL

As organizações da Sociedade Civil são atores importantes da Cooperação da CPLP, quer enquanto participantes nos processos consultivos da CPLP e membros nas plataformas e redes de cooperação, quer enquanto entidades executoras de Atividades.

As organizações da Sociedade Civil fazem-se representar no Fórum da Sociedade Civil da CPLP e podem também requerer o estatuto de Observador Consultivo, conforme indicado de seguida.

Fórum da Sociedade Civil da CPLP

O Fórum da Sociedade Civil da CPLP (FSC-CPLP) é uma plataforma de representação da sociedade civil com regulamento próprio, que foi reconhecida pelo Conselho de Ministros e que promove a concertação, articulação, participação, parceria e diálogo político, social e cultural da sociedade civil com os Estados-Membros da CPLP.

O FSC-CPLP atua com independência, transparência e sustentabilidade no diálogo com todas as estruturas interessadas. O FSC-CPLP é independente de toda e qualquer forma de controlo estatal, partidário, ideológico, religioso e étnico.

Observadores Consultivos

A categoria de Observador Consultivo (OC) é um reconhecimento atribuído a entidades interessadas na promoção dos objetivos preconizados pela CPLP. A concessão desta categoria é atribuída a pedido da entidade, sendo o processo de atribuição tramitado mediante o cumprimento de um conjunto de normas, previstas em regulamento próprio. A cooperação entre a CPLP e os OC pode consistir na troca de informações; parceria na implementação de Atividades no âmbito da CPLP; cofinanciamento de programas, ações e projetos.

Os OC organizam-se em Comissões Temáticas de acordo com a sua área de intervenção e preferência. No âmbito das Comissões que integram, os OC podem ser convidados para participar nas Reuniões Ministeriais Setoriais respetivas e para colaborar na elaboração de estratégias setoriais ou programas de cooperação específicos em que a sua competência se revele uma mais-valia para a Organização.

5.5. REDES E PLATAFORMAS

No âmbito da CPLP existe uma série de Redes e Plataformas especializadas, que incluem órgãos/instituições estatais dos EM, Organizações da Sociedade Civil e/ou a Academia e que colaboram ou podem vir a ser consultadas e a colaborar na execução da agenda de cooperação da CPLP, mas que, pela sua natureza, não se enquadram como órgãos estatutários. Algumas destas plataformas são mais antigas do que a própria CPLP e funcionam de forma autónoma.

São potenciais parceiras da cooperação da CPLP, em especial no intercâmbio de experiências nas temáticas sobre as quais dialogam e nas respetivas Reuniões Ministeriais Setoriais.

5.6. SETOR PRIVADO

As entidades do setor privado podem desempenhar um papel relevante enquanto parceiros para o desenvolvimento internacional.

Concretamente, a nível da CPLP, podem contribuir quer para a implementação e financiamento das Atividades da CPLP, quer para a partilha de conhecimentos e práticas que enriqueçam o debate em determinados setores de cooperação e que gerem sinergias com entidades estatais ou da sociedade civil. Quando considerado relevante pelos EM, o sector privado pode participar em processos de construção política de cooperação da CPLP.²

6. ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO

A cooperação na CPLP é orientada pelo:

1. O Documento Estratégico de Cooperação, com vigência de 6 anos, indica as orientações políticas e as prioridades temáticas de intervenção.

² Acontece no sector na implementação da Estratégia Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), através do Mecanismo de Facilitação da Participação do Setor Privado.

2. O Programa da Presidência, apresentado aquando do início de um ciclo presidencial da CPLP

A figura abaixo representa esquematicamente a estrutura institucional da cooperação da CPLP, dispondo os órgãos e as orientações oriundas de cada instrumento.



6.1. VISÃO ESTRATÉGICA DA COMUNIDADE

A Visão Estratégica da CPLP projeta a atividade da Organização no sentido de a tornar mais integrada e sistémica, por um período de 10 anos.

O seu texto projeta a orientação política a médio prazo a ser desenvolvida pela CPLP relativa aos três objetivos estatutários da Organização: i) Concertação Político-diplomática; ii) Cooperação; e iii) Promoção e Difusão da Língua Portuguesa.

6.2. DOCUMENTO ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO

O Documento Estratégico de Cooperação (DEC) é o instrumento orientador de médio prazo da Cooperação da CPLP que identifica prioridades temáticas e rumos para a cooperação, materializando a Visão Estratégica da CPLP e os Planos

Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET) e alinhando essas prioridades de cooperação com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O DEC contribui para assegurar uma maior coerência no pilar de cooperação seguindo, para isso, os seguintes princípios orientadores:

- Complementaridade – promover sinergias, articulação, coordenação e o diálogo permanente entre todos os atores protagonistas de cooperação da CPLP, evitando sobreposições das ações e melhorando a comunicação e a imagem;
- Eficácia – procurar a apropriação, a harmonização e o alinhamento das Atividades de cooperação da CPLP com as estratégias de desenvolvimento dos EM;
- Eficiência – melhorar os níveis de execução de Atividades (programas, projetos e ações pontuais) de cooperação, o seu impacto junto dos beneficiários e a sustentabilidade dos resultados atingidos. Apoiar os processos de monitorização, avaliação de resultados e prestação de contas, numa lógica da melhoria da execução técnica;
- Inovação e dinamização – procurar soluções inovadoras para os desafios de desenvolvimento, com base nas experiências dos próprios países;
- Previsibilidade de recursos – identificar as fontes de financiamento disponíveis e a sustentabilidade financeira das atividades

Além disso, ao definir objetivos concretos e temáticas prioritárias, o DEC constitui um instrumento de apoio ao diálogo com diferentes atores internacionais e potenciais parceiros nas Atividades de Cooperação e no seu financiamento.

A priorização temática de áreas de intervenção do DEC é feita com base no cruzamento de informações provenientes:

- a. Da Visão Estratégica da CPLP de médio prazo
- b. Da Agenda internacional vigente
- c. Dos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial aprovados nas respetivas Reuniões Ministeriais e
- d. Das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento dos Estados-Membros da CPLP

O DEC é formulado a cada seis anos, pela Reunião de Pontos Focais de Cooperação, com o apoio do Secretariado Executivo da CPLP. É posteriormente dado a conhecer ao Comité de Concertação Permanente para apreciação e encaminhamento ao Conselho de Ministros, para aprovação.

O DEC visa, por isso, ser o instrumento de continuidade dos objetivos estratégicos para a cooperação da CPLP entre as presidências da organização (que são bienais).

A cada dois anos, é definido e aprovado um Quadro Bienal de Cooperação (QBC), que pretende ser um instrumento operacional da Cooperação e que se baseia nas definições estratégicas do DEC. Assim, cada DEC é operacionalizado em três QBC, elaborados conforme indicado no capítulo 7.

6.3. PLANOS ESTRATÉGICOS DE COOPERAÇÃO SETORIAL - PECSET

Os Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET) são elaborados no contexto das Reuniões de Ministros Setoriais da CPLP e a sua execução é monitorizada em cada EM pelo Ponto Focal Setorial da respetiva Reunião Ministerial e pelo Ponto Focal de Cooperação.

Além dos PECSET, a Reunião Ministerial deverá ainda elaborar Planos de Ação/ Trabalho (PAT), que devem estar alinhados com PECSET que os concretizem.

A longevidade dos PECSET e respetivos Planos de Ação/ Trabalho é definida na Reunião Ministerial respetiva.

O SECPLP, enquanto estrutura guardiã do acervo geral e histórico das decisões do Conselho de Ministros e das Reuniões Ministeriais Setoriais, pode apoiar na identificação dos pressupostos que orientem a idealização dos PECSET. O SECPLP acompanha tecnicamente a elaboração dos PECSET e dos Planos de Ação/ Trabalho, bem como a execução das atividades neles previstas e a sua monitorização.

Os PECSET são definidos em sede da Reunião Ministerial respetiva e são elaborados em concertação com a RPFC.

Princípios para a elaboração de um PECSET e Planos de Ação/ Trabalho (PAT)

No âmbito da elaboração de um Plano Estratégico deverão ser tidas em conta as seguintes considerações:

- Reconhecimento de Planos Estratégicos prévios e relatórios de execução existentes;
- Alinhamento com a Visão Estratégica da CPLP e com agenda da presidência *pro tempore*;
- Alinhamento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- Promoção da transversalidade e atividades sinérgicas com outras áreas temáticas acompanhadas pela CPLP;
- Alinhamento com os princípios internacionais de promoção da igualdade de género e respeito pelos direitos humanos;
- Definição de objetivo geral, objetivos específicos e resultados, estratégia de implementação do PECSET, estratégia de financiamento e mecanismos de monitorização e avaliação, de acordo com as minutas próprias;
- Definição de metas realistas e alcançáveis, tendo em conta a longevidade do PECSET;
- Quando considerado pertinente, envolvimento de agências especializadas das Nações Unidas, ou de outros parceiros de desenvolvimento, na elaboração do Plano;
- Quando considerado pertinente, consulta aos observadores consultivos, entidades assessoras ou demais entidades da sociedade civil.

6.4. PROGRAMA DA PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE

A cada dois anos, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo elege, de entre os seus membros, um Presidente. Cabe à Presidência, no âmbito das suas competências, desenvolver “iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização.”

Segundo esta prerrogativa estatutária, o Estado que assume a Presidência pode apresentar um documento, em formato de programa, que define as linhas estratégicas que pretende desenvolver durante o seu mandato.

7. INSTRUMENTOS OPERACIONAIS DE COOPERAÇÃO

7.1. QUADRO BIENAL DE COOPERAÇÃO

O Quadro Bienal de Cooperação (QBC) é o instrumento operacional que reflete a coerência estratégica da cooperação da CPLP e que permite a implementação de ações de acordo com as áreas prioritárias identificadas no DEC.

O QBC inclui as Atividades que resultam do diálogo entre os interesses e disponibilidades identificadas pelos atores de cooperação (estatais e não estatais) e as orientações estratégicas da Comunidade.

Ao contribuir para a visibilidade e comunicação da abrangência da cooperação da CPLP, o QBC permite um maior escrutínio da cooperação da CPLP e possibilita níveis acrescidos de monitorização e avaliação, bem como melhorias ao nível do controlo da execução técnica e financeira e auditoria.

O QBC é elaborado a cada dos anos e atualizado na primeira RPFC do ano, sendo os seus resultados apresentados na Conferência de Chefes de Estado e de Governo seguinte.

Assim, o QBC reúne todas as atividades da Cooperação, incluindo as que estão em execução, bem como as que apenas existem conceptualmente e têm previsão orçamental.

As atividades incluídas no QBC são divididas em três categorias diferentes:

- **Atividades de setores prioritários no DEC:** atividades em execução ou propostas por setores que o DEC em vigor identifica como prioritários.
- **Atividades de setores não prioritários:** atividades em execução ou propostas por setores que o DEC não identifica como prioritários
- **Outras Atividades:** onde se incluem todas as atividades em execução que são realizadas no âmbito da cooperação da CPLP e que não têm um alinhamento setorial específico.

A avaliação e reformulação bienal do QBC permite:

- Reconhecer os resultados e o impacto das ações desenvolvidas;
- Adequar o ciclo seguinte de programação com base no conhecimento sistemático do fluxo dos recursos entre as Atividades dos setores prioritários de intervenção;
- Aprimorar a programação e alocação dos Recursos Livres do Fundo Especial da CPLP; e
- Possibilitar a previsão de um ciclo financeiro para a aplicação dos recursos dos EM nas Atividades dos setores prioritários de intervenção.

7.2. FUNDO ESPECIAL DA CPLP

O Fundo Especial da CPLP é o instrumento primordial ao financiamento das Atividades da CPLP. A administração e gestão do Fundo são feitas pelo SECPLP, em conformidade com o seu Regimento.

O Fundo Especial tem como finalidade apoiar as Atividades que promovam os objetivos da Comunidade e é constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas. Por sua vez, essas contribuições podem ser livres ou consignadas a atividades específicas.

Para que o financiamento pelo Fundo Especial seja aprovado, a Atividade deverá estar formalmente constituída numa de três tipologias diferentes:

1. **Ação Pontual:** ação de curta duração, destinada à produção de um resultado único.
2. **Projeto:** ação de longa duração, que consiste num conjunto de atividades articuladas entre si para produzir produtos, que visam alcançar um objetivo ou mais objetivos específicos.
3. **Programa:** grupo de ações pontuais ou projetos que visam um objetivo ou um conjunto de objetivos, que incentivem alterações estruturais sustentadas

Requerendo o financiamento total ou parcial da Atividade, a Entidade Executora da Atividade deverá apresentar ao órgão decisório o Documento de Atividade devidamente preenchido, bem como o orçamento e o cronograma de atividades, segundo minutas e regras do Regimento do Fundo Especial.

Por fim, é importante notar que o Fundo Especial pode receber contribuições de qualquer entidade pública, organismos internacionais, entidades do setor privado e da sociedade civil em geral. Todas as contribuições recebidas pelo Fundo Especial deverão passar a seguir as regras de utilização previstas no seu Regimento.

A análise de uma proposta de Atividade de Cooperação, cronograma e orçamento deve obedecer a um conjunto de critérios, explanados e detalhados numa Grelha de análise de projetos

OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

As Atividades de Cooperação podem ser parcial ou totalmente financiadas, por meio de das instituições envolvidas ou de instituições externas (EM ou outro ator da Cooperação), relevante nos processos de cooperação entre as áreas técnicas das Reuniões Ministeriais.

As instituições envolvidas deverão ainda oferecer contrapartidas no âmbito da execução das Atividades aprovadas.

Em ambos os casos, as contribuições devem estar claramente identificadas e distinguidas na proposta de atividade e de orçamento apresentada pela EE.

A mobilização de outras fontes de financiamento para a cooperação da CPLP é um objetivo da RPFPC e do SECPLP, segundo os princípios da Agenda de Ação de Adis Abeba: a procura destes recursos deverá ser feita através do estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas e com outros parceiros de desenvolvimento.

Tipologia das Entidades Executoras de Atividades

As Entidade Executoras de Atividades da CPLP financiadas pelo Fundo Especial podem ser de uma das seguintes categorias:

- Entidades governamentais/ estatais dos EM da CPLP
- Atores da Cooperação da CPLP, designadamente:
 - Entidades da Sociedade Civil
 - Redes e Plataformas da CPLP

- Organizações Internacionais
- Secretariado Executivo da CPLP

Não se admite, portanto, ao Fundo Especial o financiamento a entidades com fins lucrativos (sector privado) ou a entidades estatais sediadas em países terceiros.

7.3. FLUXOS DE COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO A NÍVEL NACIONAL

A Resolução sobre o Fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (XXII Reunião de Conselho de Ministros, em Brasília, a 20 de julho de 2017) encoraja a constituição ou reformulação dos Gabinetes de Coordenação Nacional CPLP, sediados nos MNE/MRE, e cuja função é coordenar com os diversos atores nacionais: governamentais, da sociedade civil, representantes de organizações ou agências internacionais, entre outros.

A interação entre os Pontos Focais de Cooperação e os Pontos Focais Setoriais deve acontecer de forma regular nos EM. O formato desta interação pode passar pela realização de encontros individuais ou por encontros mais alargados, que visam a coordenação multilateral entre áreas temáticas e responsáveis pela cooperação sempre que isso for considerado pertinente.

Neste caso, destacam-se dois momentos concretos em que estes encontros devem ocorrer:

- _ Por ocasião de cada Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, que marca o início da presidência *pro tempore*. É a ocasião propícia para a realização de uma reunião ampliada no país que detém a presidência, da qual participam os Pontos Focais de Cooperação, o Secretariado Executivo, e os Pontos Focais Setoriais do país. A reunião tem por objetivo dar a conhecer a estrutura de governação e gestão da cooperação, as expectativas relacionadas ao papel dos diversos atores, bem como aspetos operacionais e de cronograma relacionados à organização das reuniões ministeriais e eventuais atividades que estejam já previstas de acordo com o Programa da Presidência;

- _ Por ocasião das Reuniões Ministeriais Setoriais, é aconselhável a realização de um momento preparatório, no qual se reúnem o Secretariado Técnico Permanente, o Ponto Focal de Cooperação do país que detém a presidência e o Secretariado Executivo da CPLP.

COMUNICAÇÃO COM O SECPLP

O canal de comunicação formal entre os Estados-Membros e o Secretariado Executivo dá-se através dos canais diplomáticos dos Estados-Membros.

Por esta razão, é aconselhável que os contactos, formais ou informais, tidos entre o SECPLP os Pontos Focais de Cooperação sejam conhecidos pelos representantes das missões diplomáticas designados para acompanhar as questões da cooperação.

O mesmo acontece com os contactos tidos com os Pontos Focais Setoriais: apesar de haver liberdade para estes comunicarem autonomamente com o SECPLP, sugere-se a que as conversações sejam conhecidas quer pelos representantes das missões diplomáticas designados quer pelos Pontos Focais de Cooperação, numa lógica de transparência, coerência do trabalho realizado e apoio à coordenação da atividade da CPLP.

8. MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

Os PFC são responsáveis pelo acompanhamento da execução e avaliação dos resultados das Atividades em curso no seu país, como um todo, devendo reportar periodicamente à RPFC sobre o seu grau de implementação.

Por seu lado, os Pontos Focais Setoriais são responsáveis pelo acompanhamento e implementação das Atividades dos PECSET e PAT das suas áreas, devendo reportar regularmente ao PFC.

Complementarmente, o SECPLP, em articulação com a RPFC, é responsável pela monitorização de Atividades de Cooperação que integrem os QBC e que sejam

financiadas pelo Fundo Especial. Neste sentido, o SECPLP deve realizar, uma vez por ano, visitas ao terreno, nas quais são envolvidas as EE, o PFC e os PFS.

Todos os anos, a RPFC decide qual(is) o(s) país(es) e Atividades que serão visitados para efeitos de monitorização e o SECPLP deverá cumprir essas missões, utilizando os recursos específicos para a monitorização previstos no Regimento do Fundo Especial da CPLP.

Assim, o acompanhamento das Atividades é feito com base em reuniões com os atores envolvidos no terreno e receção dos relatórios produzidos pelas EE, tentando, com isto, confirmar o grau de implementação das atividades previstas e identificar os desafios e avanços obtidos em cada situação.

Os relatórios das visitas de campo são submetidos à apreciação da RPFC, que faz a análise crítica das atividades e apresenta sugestões e encaminhamentos.

O processo de Auditoria às contas do Fundo Especial está previsto no Regimento do Fundo Especial.

9. VISIBILIDADE

As atividades financiadas com recursos do FECPLP devem obedecer ao cumprimento das regras de visibilidade da CPLP, conforme elencadas no “Guia de Visibilidade para Atividades com o Apoio Institucional da CPLP”.

O cumprimento das regras de visibilidade da CPLP permite reforçar os níveis de relevância, de qualidade, de eficácia e eficiência das atividades beneficiárias da cooperação da CPLP.

Para o efeito, estas devem identificar de forma clara e inequívoca a inserção e utilização da marca CPLP em todas as ferramentas de comunicação relacionados com a Atividade, incluindo os objetivos, âmbito e dimensão desta e obedecendo às normas gráficas fixadas.

Regimento da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Preâmbulo

Reconhecendo a importância da cooperação como pilar essencial e estratégico da política externa dos Estados-Membros e da CPLP na prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

Realçando que um dos objetivos estatutários da CPLP é a cooperação em todos os domínios, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros, a consolidação da Comunidade e a sua projeção enquanto Organização Internacional;

Considerando as recomendações dos órgãos superiores da CPLP à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) para o desenvolvimento de esforços de coordenação, sistematização e especialização das políticas de cooperação, para uma maior eficácia das ações desenvolvidas no espaço comunitário;

Considerando, ainda, que a RPFC foi reconhecida como órgão da Comunidade nos Estatutos da CPLP através do seu art.º 20º, que refere que a RPFC “*congrega as unidades responsáveis, nos Estados-Membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP*” e é competente para “*assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade*”;

Recordando, ainda, as atribuições específicas da RPFC, tal como plasmadas nas decisões e consensos obtidos pelas VI e VII Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação, realizadas, respetivamente, em fevereiro e julho de 2003;

Dando cumprimento à “**Resolução sobre o Reforço da Capacidade de Atuação dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP**”, aprovada pela XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Brasília, em julho de 2017, que mandata a RPFC “*a dar continuidade ao trabalho de coordenação de esforços para uma maior eficácia das ações de cooperação desenvolvidas no espaço comunitário*”, nomeadamente por via da aprovação de um Regimento Interno que regule o seu funcionamento;

A XXXIX RPFC aprova, nos termos do art.º 24º dos Estatutos da CPLP, o presente Regimento Interno.

CAPÍTULO I

Da Reunião

Artigo 1º

(Constituição)

1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a seguir designada por “RPFC”, é o órgão da CPLP que congrega as unidades responsáveis, nos Estados-Membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP, conforme previsto no nº 1 do art.º 20º dos Estatutos da CPLP.
2. Os Estados-Membros informarão o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) e a Presidência, por nota diplomática, sobre qualquer alteração que se verifique na instituição ou unidade orgânica nacional que assegure as responsabilidades de Ponto Focal de Cooperação junto da CPLP, bem como dos respetivos titulares ou representantes.

Artigo 2º

(Periodicidade e Local)

A RPFC realiza-se ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados-Membros:

- a. A primeira reunião anual realiza-se, preferencialmente, na primeira quinzena do mês de fevereiro, na sede da CPLP;
- b. A segunda reunião realiza-se em antecipação da Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP e no mesmo local.

Artigo 3º

(Objetivo)

A RPFC tem por objetivo coordenar a cooperação no âmbito da CPLP e assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento na Comunidade, conforme previsto no art.º 20º dos Estatutos da CPLP.

Artigo 4º

(Atribuições)

Competem à RPFC as seguintes atribuições:

- a. Discutir temáticas relevantes para a Cooperação na CPLP e procurar concertação sobre as

- mesmas para a tomada de posições conjuntas da CPLP noutros *fora* internacionais;
- b. Apoiar a elaboração de documentos orientadores da cooperação da CPLP, recomendando-os, quando pertinente, às Reuniões Ministeriais Setoriais, ao Comité de Concertação Permanente e, por meio deste, ao Conselho de Ministros da CPLP;
 - c. Apoiar a identificação de atividades de cooperação que implementem as políticas e diretrizes emanadas dos órgãos de direção da CPLP, conforme prioridades definidas pelo Documento Estratégico da Cooperação (DEC);
 - d. Acompanhar e monitorizar a execução dos Planos Estratégicos de Cooperação aprovados pelas Reuniões Ministeriais Setoriais, em articulação com os respetivos Pontos Focais Setoriais e com os Secretariados Técnicos Permanentes ou estruturas equivalentes;
 - e. Promover a coordenação e diálogo entre os diferentes atores e parceiros de cooperação da CPLP;
 - f. Analisar e deliberar sobre as propostas de Atividades, inclusive sobre a sua integração no Quadro Bienal de Cooperação (QBC);
 - g. Apoiar a identificação de fontes de financiamento para as atividades de cooperação, em complemento aos esforços desenvolvidos pelo Secretariado Executivo da CPLP e pelas Reuniões Ministeriais Setoriais;
 - h. Acompanhar a execução técnica e financeira das Atividades aprovadas em sede de RPFC e avaliar os seus resultados;
 - i. Propor atualizações periódicas dos documentos programáticos e normativos da CPLP pertinentes à cooperação, particularmente ao Documento Estratégico de Cooperação da CPLP;
 - j. Promover a visibilidade e a divulgação dos resultados das Atividades da cooperação realizadas pela CPLP.

CAPÍTULO II

Do Funcionamento

Artigo 5º

(Presidência da Reunião)

A RPFC é presidida pelo representante do Estado-Membro que detém a Presidência da CPLP, conforme previsão do nº2 do art.º 20º dos Estatutos da CPLP.

Artigo 6º

(Organização da Reunião)

1. Em concertação com a Presidência, o SECPLP convoca a RPFC e circula aos Estados-Membros a proposta de agenda, para recolha de contributos e comentários, com antecedência de 45 dias da data prevista para a sua realização.
2. Propostas para inclusão na agenda que exijam tomada de decisão devem ser encaminhadas ao SECPLP com antecedência de 30 dias da data prevista para realização da RPFC.
3. As reuniões realizadas na Sede da CPLP são organizadas pelo SECPLP e as reuniões realizadas nos Estados-Membros são organizadas pela instituição ou unidade orgânica nacional que assegura as responsabilidades de Ponto Focal de Cooperação junto da CPLP, com o apoio do SECPLP, conforme art.º 7º do presente Regimento.
4. São pontos fixos da agenda:
 - a. o seguimento das deliberações da RPFC anterior;
 - b. a análise da execução financeira das Atividades suportadas pelo Fundo Especial, por via de documento específico, preparado pelo SECPLP;
 - c. o acompanhamento da execução técnica das Atividades financiadas pelo Fundo Especial que integrem o QBC;
 - d. a análise de propostas de Atividades que tenham sido objeto de parecer do SECPLP, nos termos previstos no Manual de Cooperação e no Regimento do Fundo Especial;
 - e. a análise do Quadro Bienal de Cooperação e deliberação sobre a integração de novas Atividades;
 - f. a aprovação de Grelha de Deliberações da RPFC;
 - g. o agendamento da RPFC subsequente.
5. Todos os documentos de apoio à agenda são produzidos e circulados em forma eletrónica, sendo a RPFC “livre de papel”.

Artigo 7º

(Secretariado da Reunião)

1. O SECPLP participa na RPFC, no quadro das competências previstas na alínea c) do art.º 17º e da al. f) do art.º 18º dos Estatutos da CPLP, bem como das obrigações decorrentes da sua qualidade de gestor do Fundo Especial da CPLP, previstas no respetivo Regimento.

2. No âmbito das competências referidas no número anterior, o SECPLP encarregar-se de:
 - a. remeter aos Pontos Focais de Cooperação toda a documentação necessária para a RPFC, incluindo cópias eletrónicas das propostas de atividades e respetiva ficha de avaliação prévia, até 30 dias antes da realização da RPFC;
 - b. organizar as reuniões, em articulação com a Presidência;
 - c. registar as conclusões e recomendações consensualizadas, em Relatório e Grelha de Deliberações, conforme previsto no art.º 8º;
 - d. submeter a Grelha de Deliberações aprovada na RPFC ao Comité de Concertação Permanente (CCP).

Artigo 8º

(Validação de Atividades)

1. As propostas de Atividades que solicitem recursos do Fundo Especial são discutidas e avaliadas nas RPFC, tendo em consideração os respetivos pareceres técnicos e em conformidade com os critérios constantes do Manual de Cooperação e do Regimento do Fundo Especial.
2. A RPFC, ao pronunciar-se sobre as propostas de Atividade submetidas à sua consideração, poderá decidir por uma das seguintes soluções:
 - a. Aprovação técnica e financeira;
 - b. Aprovação condicionada, por deliberação específica da RPFC, sujeita a revisão técnica e/ou obtenção de financiamento;
 - c. Reprovação por critérios técnicos e/ou financeiros e ou por se considerar que não se enquadra nas prioridades /objetivos da CPLP.

Artigo 9º

(Integração de atividades no Quadro Bienal de Cooperação)

A RPFC decide sobre a integração de Atividades aprovadas por si ou por outros órgãos no QBC, tendo em consideração os pareceres técnicos e em conformidade com os critérios constantes do Manual de Cooperação da CPLP.

Artigo 10º

(Relatório e Grelha de Deliberações)

1. No desempenho das funções de secretariar a RPFC, o SECPLP é responsável por registar as deliberações e recomendações desta.

2. No final de cada RPFC, é apresentada uma proposta de Grelha de Deliberações, resumindo as conclusões e deliberações da RPFC, a ser aprovada na mesma reunião, e posteriormente encaminhada para endosso e autorização subsequente de despesa pelo CCP.
3. Os Relatórios da RPFC são aprovados por procedimento de consulta eletrónica, nos termos previstos no Manual de Cooperação anexo a este Regimento, de acordo com a seguinte metodologia:
 - a. O Secretariado Executivo remete eletronicamente proposta de Relatório aos PFC, nos 25 dias subsequentes à realização da RPFC;
 - b. Os PFC dispõem de 7 dias para apresentação de comentários ou sugestões;
 - c. Eventuais comentários são incorporados e versão revista remetida a todos os PFC nos 5 dias úteis seguintes;
 - d. Na ausência de comentários ou sugestões de alteração até ao 8º dia subsequente à circulação eletrónica do Relatório, este é considerado aprovado por procedimento de silêncio;
 - e. O Relatório aprovado é circulado aos PFC, e por Nota Verbal do Secretariado, às representações dos Estados-Membros junto da CPLP.

Artigo 11º

(Monitorização e Avaliação de atividades)

1. A RPFC faz a monitorização das Atividades que integrem o QBC, por meio de análise da execução financeira e técnica dessas Atividades.
2. Além da Monitorização acima referida, poderão ser realizadas visitas de campo, para acompanhamento *in situ* das atividades desenvolvidas nos Estados-Membros, agendadas de comum acordo com o Estado-Membro a ser visitado.
3. A RPFC decide, anualmente, qual/quais o(s) Estado(s)Membro(s) a visitar para efeito de monitorização de Atividades, por forma a reportar sobre a sua execução técnica e para avaliação de resultados.
4. A RPFC poderá, mediante solicitação do SECPLP, promover medidas para apoiar no terreno as atividades de monitorização das atividades implementadas ou em curso, em estreita articulação com o ponto focal do país visitado.

Artigo 12º

(Articulação com outros Órgãos da Comunidade)

1. A estrutura de governação da cooperação na CPLP assenta no trabalho conjunto e em rede entre os órgãos estatutários competentes: Conselho de Ministros, Reuniões Ministeriais Setoriais, Comité de Concertação Permanente, Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e Secretariado Executivo da CPLP.
2. Na prossecução do seu objetivo, a RPFC:
 - a. procurará reforçar a sua capacidade técnica de acompanhamento e monitorização dos Planos Estratégicos Setoriais de Cooperação (PECSET), implementando mecanismos permanentes de diálogo e articulação com os órgãos estatutários competentes;
 - b. harmonizará a sua agenda e o DEC com a visão estratégica da CPLP, com os Programas das Presidências e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Artigo 13º

(Interpretação, aplicação e Integração)

A resolução de dúvidas de interpretação e aplicação do presente Regimento, bem como a solução para casos omissos, cabe à RPFC.

Artigo 14º

(Revisão)

1. Este Regimento pode ser alterado pela RPFC, sob proposta de qualquer Estado-Membro.
2. O Estado-Membro interessado na alteração do presente Regimento deve enviar a respetiva proposta, por escrito, ao Secretariado Executivo, que articulará com a Presidência a sua integração na agenda de trabalhos da RPFC, para discussão e eventual decisão.

Artigo 15º

(Produção de efeitos)

O presente Regimento produz efeitos a partir da data da sua aprovação pela RPFC.

Feito na cidade do Mindelo, a 16 de julho de 2019



XXIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Mindelo, 19 de julho de 2019

Projeto de Resolução sobre a Orientação Estratégica da Cooperação da CPLP

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido na cidade do Mindelo, na sua XXIV Reunião Ordinária, no dia 19 de julho de 2019;

Considerando que um dos objetivos estatutários da CPLP é a cooperação em todos os domínios;

Observando que a Visão Estratégica da CPLP para o período de 2016 a 2026 veio reforçar a convicção de que a cooperação entre os Estados-Membros e a cooperação da Comunidade com distintos parceiros de desenvolvimento é um pilar estratégico da CPLP;

Considerando que a cooperação da CPLP contribui para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros, a consolidação política, económica e social da Comunidade e para a sua projeção enquanto Organização Internacional;

Constatando que a cooperação da CPLP se assume como transversal, promovendo a interligação entre várias áreas e setores e que está alinhada com os compromissos expressos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

Tendo presente a importância de consolidar e fomentar a participação e a visibilidade da Comunidade no sistema internacional, e *reconhecendo* a necessidade de melhorar a atuação estratégica e operacional da cooperação da CPLP;

Observando que o reforço do enquadramento estratégico da cooperação da CPLP permitirá melhor comunicar os sucessos alcançados e o contributo coletivo dos Estados-Membros para a prossecução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

Atentando na necessidade de prosseguir os esforços que vêm sendo desenvolvidos para incrementar a harmonização e o reforço global do pilar de cooperação, reforçando níveis acrescidos de eficácia e eficiência na execução das atividades de cooperação planeadas e aprovadas pelos diferentes órgãos da Comunidade;

DECIDE:

1. *Congratular* a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) pelos resultados do Seminário “Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP” (Alcobaça, Portugal, 22 a 24 de abril de 2019), realizado no quadro do processo de reflexão para o reforço do pilar de cooperação e da capacidade de atuação dos Pontos Focais de Cooperação;

2. *Aprovar* o Documento Estratégico de Cooperação da CPLP - 2020 - 2026 e o Manual de Cooperação da CPLP, endossados pela XXXIX RPFC (Mindelo, 15 e 16 de julho de 2019), em anexo;
3. *Saudar* a aprovação pela XXXIX RPFC do Regimento da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em anexo;
4. *Tomar boa nota*, das atividades em curso visando a preparação do “Quadro Bienal de Cooperação - 2020-2022”, recomendando esforços para a sua conclusão e entrada em vigor até março de 2020;
5. *Registrar* a proposta de calendário dos trabalhos de “Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP”, cujo resultado deverá ser comunicado ao Comité de Concertação Permanente, que decidirá sobre a sua submissão ao Conselho de Ministros, para aprovação, *encorajando* a sua conclusão até à XXV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP (Luanda, julho de 2020).

Feita na cidade do Mindelo, a 19 de julho de 2019.



XXIV-ROCM/PR13/2019
Rev.1 GT-MIN_09.07.2019

**XXIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Mindelo, 19 de julho de 2019

Projeto de Resolução sobre a utilização do Fundo Especial da CPLP pelas Reuniões Ministeriais da CPLP

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido na cidade do Mindelo, na sua XXIV Reunião Ordinária, no dia 19 de julho de 2019;

Considerando que a CPLP conta com um Fundo Especial, dedicado ao apoio financeiro das atividades que promovam os objetivos gerais da Comunidade, em conformidade com os seus Estatutos, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por Regimento próprio, aprovado pela XVI Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Luanda, a 22 de julho de 2011;

Recordando a aprovação do Quadro Orientador das Reuniões Ministeriais da CPLP, pelo XIV Conselho de Ministros da CPLP, realizado na cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009, e o contributo que este instrumento emprestou para uma maior coordenação entre as reuniões ministeriais setoriais e outros órgãos da CPLP, como a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFCC), de que a crescente aprovação de planos estratégicos de cooperação setorial tem sido exemplo;

Tomando boa nota da Resolução n.º 5/2018, aprovada pela XI Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (CMJD), realizada em São Tomé e Príncipe, a 20 de julho de 2018, que expressa a sua disposição para, através da sua Secretária-Geral, trabalhar em conjunto com o Secretariado Executivo da CPLP “no sentido do estabelecimento de um regime específico para utilização, de forma estável e continuada, do Fundo Especial da CPLP, que permita ultrapassar os constrangimentos de ordem prática decorrentes do enquadramento jurídico da CMJD”;

Recordando, ainda, as Resoluções adotadas pela XXIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Santa Maria, no dia 16 de julho de 2018, sobre o Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP e sobre a Revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP;

Vendo como pertinente que o processo de revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP em curso seja desenvolvido de forma articulada com as próprias Ministeriais Setoriais, respondendo assim às necessidades específicas destes órgãos da CPLP e, conseqüentemente, contribuindo para aumentar a sua capacidade em promover a Cooperação no seio da Comunidade;

DECIDE:

1. *Solicitar* ao Secretariado Executivo da CPLP que elabore, em articulação com a Secretaria Geral da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, uma proposta de regime específico e provisório, para utilização do Fundo Especial da CPLP pelas Ministeriais Setoriais, para aprovação do Comité de Concertação Permanente. O Secretariado Executivo da CPLP procurará contar com contribuições dos demais órgãos da CPLP, inclusive da Reunião de Pontos Focais de Cooperação, na elaboração das referidas propostas;

2. *Delegar* ao Comité de Concertação Permanente a competência para aprovação do regime específico, que será experimental e assim limitado, no seu âmbito, somente quanto à Conferência de Ministros da Juventude e Desportos e, na sua duração, que não poderá ultrapassar a realização da XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em 2020, momento em que se prevê a aprovação de um novo Regimento do Fundo Especial da CPLP, na sua fonte de financiamento, que deverá ser circunscrita a novos aportes, específicos para a implementação de ações da referida Conferência de Ministros. O regime especial deverá ater-se às regras atualmente em vigor quanto aos limites de consignação e taxas administrativas constantes do atual Regimento do Fundo Especial;
3. *Mandar* o Comité de Concertação Permanente para, com base em relatório a produzir pelo Secretariado Executivo, avaliar o sucesso do regime provisório e, em conformidade, integrar as alterações pertinentes nas propostas de revisão do Regimento do Fundo Especial a submeter à posterior aprovação da XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em 2020.

Comentado [FC1]: Para consulta BR

Feita na cidade do Mindelo, a 19 de julho de 2019.



Secretariado Executivo

Quadro de Execução de Atividades do PIC no âmbito do Fundo Especial da CPLP

Ponto de Situação em junho de 2019

(valores de 30 de junho de 2019)

Corrigido após XXXIX RPFC, 16 de julho de 2019

Índice

1. Resumo dos Projetos em Curso	5
2. Quadro de Execução de Projetos em Curso	7
2.1. Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III - PR41/LB/11.....	7
2.2. Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – Pr49/LIS/12	9
2.3. Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - Pr52/MAP/12.....	11
2.4. Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento - Pr53/MAP/12	13
2.5. Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP - Pr56/LIS/13 ...	15
2.6. Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP - Pr57/LIS/13	17
2.7. Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP - Pr66/DIL/15.....	18
2.8. Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP - Pr69/DIL/15.....	20
2.9. Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional – Pr70/DIL/15	22
2.10. TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa – Pr71/DIL/15	24
2.11. PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar (2ª Fase) – Pr73/BRA/16.....	26
2.13. Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – 2016-2107 (Fase VIII) – Pr75/BRA/16	28
2.14. Plano de Ética no Desporto na CPLP – Pr76/LIS/17	30
2.15. Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto “É Hora” – Pr77/LIS/17.....	32
2.16. 4ª fase do Projeto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção” – Pr78/LIS/18	33
2.18. Rede de Jornalismo Jovem Digital – Portal Conexão Lusófona – Fase 3 – Consolidação e Expansão - Pr79/LIS/18	35

2.19.	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa – 2019-2022 – Pr80/LIS/19.....	37
2.20.	Plataforma SKAN CPLP – Organização de Evento SKAN 2019 – Pr81/LIS/19	39
2.21.	Portal da Cultura da CPLP – Pr82/SAL/18	40
2.23.	Campanha “Juntos contra a Fome”: Projecto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela – H2014027	41
2.24.	Campanha “Juntos contra a Fome”: Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro-pecuários e empreendedorismo- H2014028	42
2.25.	Campanha “Juntos contra a Fome”: Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento - H2014029	43
3.	Resumo das Ações Pontuais em Curso	44
4.	Quadro de Execução das Ações Pontuais em Curso	45
4.1.	Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP - Ap06/LB/06	45
4.2.	2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil – AP42/DIL/15	46
4.3.	Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP – Ap47/BRA/17.....	48
4.4.	6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes - Ap48/LIS/18	50
4.5.	V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa – AP 50/LIS/18	51
4.6.	CPLP por um Mar Limpo II - Ap51/LIS/19	53
4.7.	Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP - Ap52/SAL/18	54
4.8.	Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP - Ap53/SAL/18.....	55
5.	Memória de Projetos Concluídos (2001-2019)	56
6.	Memória de Ações Pontuais Concluídas (2001-2019)	58
7.	Grandes Agregados do PIC	59

Introdução

A cooperação da CPLP tem vindo a assumir-se cada vez mais como transversal, promovendo a interligação entre várias áreas e setores, e alinhada os compromissos expressos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os últimos meses de trabalho ficam claramente marcados pela consolidação das atividades em torno do reforço do enquadramento estratégico da cooperação da CPLP.

Um melhor enquadramento estratégico terá como consequência uma maior integração e articulação da cooperação da CPLP. A iniciativa de desenhar esse quadro de referência, a ser expresso sob a forma de um possível “Documento Estratégico de Cooperação (DEC) da CPLP”, poderá abrir portas a novos diálogos com diferentes parceiros de desenvolvimento e conferir uma maior visibilidade aos esforços empreendidos pela CPLP para dotar o seu pilar de cooperação com níveis acrescidos de coerência.

A realização, em abril de 2019, em Alcobaça, do Seminário “Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP” constituiu um contributo acrescido no reforço do pilar de cooperação e da capacidade de atuação dos Pontos Focais de Cooperação.

Neste momento do processo, é já possível concluir que se devem prosseguir os esforços já realizados para incrementar a harmonização e o reforço global do pilar de cooperação, fortalecendo níveis acrescidos de eficácia e eficiência na execução das atividades de cooperação planeadas e aprovadas pelos diferentes órgãos da Comunidade.

Em termos setoriais, é possível constatar uma maior visibilidade na atuação em domínios de cooperação como a Segurança Alimentar e Nutricional, Juventude e Desportos, Saúde e Direitos Humanos.

Quanto à execução das atividades apoiadas pelo Fundo Especial da CPLP, estas demonstram que, apesar de se verificar alguma falta de harmonização com a agenda da CPLP como um todo, existe uma dinâmica positiva e um reforço da importância estratégica associada à cooperação da CPLP enquanto ferramenta propiciadora do diálogo político e diplomático no seio da Comunidade.

Espera-se que o novo enquadramento estratégico da cooperação da CPLP contribua para os desígnios acima identificados bem como para o reforço da capacidade de intervenção dos Pontos Focais de Cooperação (PFC) na agenda comunitária.

1. Resumo dos Projetos em Curso

Codificação	Identificação da atividade	Entidade Financiadora	Entidade Executora	Montantes solicitados ao FE (€)	Montantes consignado ao FE (€)	Montante Executado (30/06/2019)	Saldo Atual (30/06/2019)
PR41/LB/11	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III	ABC	Instituto Mazal	727.309,00	775.555,72	753.156,63	22.399,09
Pr49/LIS/12	Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania	ABC	Instituto Raízes do Brasil	536.221,80	486.667,83	310.294,89	176.372,94
Pr52/MAP/12	Projeto "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)"	ABC/ MRE/ UNILAB	UNILAB	2.280.000,00	1.376.299,81	536.148,40	840.151,41
Pr53/MAP/12	Base de Dados Jurídica da CPLP - Fase IV - Prolongamento	Camões	Ecosphere	111.230,00	194.484,66	191.201,47	3.283,19
Pr56/LIS/13	Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	ABC	Secretaria de Dtos. Humanos (Presidência da República do Brasil)	213.839,04	92.455,14	94.440,88	98.014,26
Pr57/LIS/13	Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP	ABC	Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA)	418.060,20	424.254,92	16.459,64	407.795,28
Pr66/DIL/15	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	FE	SECPLP - DACLP	15.000,00	26.344,05	10.053,15	16.290,90
Pr69/DIL/15	Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	FE	SECPLP - DACLP	110.000,00	63.966,65	-	63.966,64
Pr70/DIL/15	Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional	FE	INEP - GB	63.052,91	76.573,38	72.808,26	3.765,12
Pr71/DIL/15	TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	FE	IILP	129.936,00	129.936,00	31.964,67	97.971,33
Pr73/BRA/16	PLATAFORMA SKAN CPLP - mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar (2ª Fase)	Camões	INOVISA	110.000,00	110.000,00	109.241,51	758,49

Codificação	Identificação da atividade	Entidade Financiadora	Entidade Executora	Montantes solicitados ao FE (€)	Montantes consignado ao FE (€)	Montante Executado (30/06/2019)	Saldo Atual (30/06/2019)
Pr75/BRA/16	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VII	Camões	LNEC - PT	187.048,91	220.796,85	148.863,88	71.932,97
Pr76/LIS/17	Plano de Ética no Desporto na CPLP	FE	IPDJ - PT	59.360,00	59.360,00	55.164,57	4.195,43
Pr77/LIS/17	Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora"	FE	REMOE-GB-UEMOA	300.136,37	35.000,00	15.900,00	19.100,00
Pr78/LIS/18	Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase	FE + Camões + Angola	ACEP	110.400,00	110.400,00	95.650,81	14.749,19
Pr79/LIS/18	Portal da Conexão Lusófona – Rede de Jornalismo Jovem Digital – Fase 3	FE + Camões	Conexão Lusófona	96.330,15	96.330,15	82.568,70	13.761,45
Pr80/LIS/19	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa – 2019-2022	Camões	INE, I.P.- PT	547.800,49	547.800,49	-	547.800,49
Pr81/LIS/19	Plataforma SKAN CPLP – Organização de Evento SKAN 2019	Camões	INOVISA	56.929,63	56.929,63	-	56.929,63
Pr82/SAL/18	Portal da Cultura da CPLP	-	-	37.008,25	-	-	-
H2014027	Projecto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela	FE	AKKV - MOZ	36.117,28	36.117,28	-	-
H2014028	Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro-pecuários e empreendedorismo	FE	Plataforma das ONG de Cabo Verde	36.888,00	36.888,00	-	-
H2014029	Campanha "Juntos contra a Fome": Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento	FE	COAJQ	37.061,80	37.061,80	-	-
TOTAL				6.219.729,83	5.093.222,36	2.523.917,46	2.459.237,81

2. Quadro de Execução de Projetos em Curso

2.1. Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III - PR41/LB/11

Código		Título do Projeto					
PR41/LB/11		Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe por meio da geração de emprego e renda no segmento de artesanato</p> <p>Objetivos específicos: 1) Capacitar empreendedores aprendizes (jovens e mulheres) e profissionais santomenses (artesãos e estilistas) em empreendedorismo social, bem como transferir aos empreendedores conhecimentos de produção em papel artesanal, tingimento vegetal, bordado, modelagem corte e costura (vestuário masculino e feminino), marcenaria e escultura (madeira, chifre, coco, bambu e fibras naturais); 2) Elaborar manual de procedimentos para desenvolvimento de produtos e aprimoramento dos conhecimentos técnicos na aplicação da qualidade sequenciada para confecção de produtos artesanais; 3) Criar e manter estrutura física e de gestão, criando bases sustentáveis para as atividades desenvolvidas no Projeto; 4) Criar novos canais de distribuição e de comercialização dos produtos artesanais e fortalecer os mecanismos de comunicação e divulgação da marca do artesanato santomense; 5) Monitorar e avaliar o Projeto para o alcance dos resultados.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Empreendedores aprendizes (jovens e mulheres) e profissionais santomenses (artesãos e estilistas) capacitados em empreendedorismo social, e aprendizes capacitados em conhecimentos de produção em papel artesanal, tingimento vegetal, bordado, modelagem corte e costura (vestuário masculino e feminino), marcenaria e escultura (madeira, chifre, coco, bambu e fibras naturais; R2) Manual de procedimentos elaborado para o desenvolvimento de produtos e aprimoramento dos conhecimentos técnicos na aplicação da qualidade sequenciada para confecção de produtos artesanais; R3) Estrutura física e de gestão criadas e mantidas para a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no Projeto; R4) Novos canais de distribuição e de comercialização dos produtos artesanais criados e mecanismos de comunicação e divulgação da marca do artesanato santomense fortalecidos; R5) Projeto monitorado e avaliado.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
ABC, Brasil	Instituto Mazal; Brasil; Inst. Juventude (Sec. Est. Juv e Desp. STP)	EM da CPLP Fase 1 – S. Tomé e Príncipe	EUR 982.909,00	EUR 727.309,00	EUR 775.555,72	EUR 753.156,2	EUR 22.399,52
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> Entre 3 e 4 de abril de 2017, foi realizada uma missão da ABC e do Instituto Mazal ao SECPLP, com o intuito de finalizar o processo de prestação de contas. Teve, igualmente, lugar de 6 a 12 de abril de 2017, uma missão do Instituto Mazal a São Tomé e Príncipe com o objetivo a consolidação das bases para a sustentabilidade e o Desenvolvimento do Projeto de Manutenção. A visita à Cooperativa Uê Tela/STP procurou avaliar eixos: produto; gestão, mercado, comunicação e sustentabilidade. 					

Código	Título do Projeto
PR41/LB/11	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III
	<ul style="list-style-type: none"> • A pesquisa levantou dados referentes aos cinco eixos, com foco nas necessidades pujantes de aperfeiçoamento técnico, especialmente no refinamento da qualidade dos produtos e o fortalecimento do eixo de marketing. Também foi observado o atual aprimoramento comportamental, especialmente quanto à liderança e ao alcance de objetivos comuns. • Na XXXVI RPFC o SECPLP informou que o projeto já fora executado, tendo sido atingidos os objetivos e resultados esperados e que estava em curso um processo de auditoria interna e que apenas após a conclusão da mesma haveria possibilidade de fazer um ponto de situação relativamente aos recursos remanescentes. Notou que havia decorrido uma missão do SECPLP a STP que, acompanhada pelo Ponto Focal de São Tomé e Príncipe, aproveitara para visitar a cooperativa Uê Tela, criada no âmbito do projeto, tendo sido constatado um decréscimo na qualidade dos produtos que vinham sendo produzidos. Recordou que se tratava de um projeto apoiado pela RPFC, enquanto projeto-piloto, para uma eventual expansão a outros EM. Neste contexto, o PFC de STP solicitou à Cooperativa Uê Tela um relatório de avaliação do projeto para um futuro pronunciamento. • O PFC do Brasil na XXXVIII RPFC recordou a missão do Instituto Mazal, em abril de 2017, a STP, na qual foi elaborado um diagnóstico com base numa pesquisa de avaliação de resultados atuais do projeto na qual foram recomendadas ações para o seguimento. Pediu o aprimoramento e atualização da informação. Informou, ainda, que, tão logo que seja possível ultrapassar o constrangimento com a prestação de contas, poderão utilizar o saldo existente no projeto para ações complementares e de fortalecimento da Cooperativa da Uê Tela. O relatório da Missão do Instituto Mazal foi circulado por Nota Verbal (Ref.ª NV/874/GSE/CPLP/17).
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXII RPFC, de Março de 2011 em Lisboa, o Protocolo de Cooperação entre o Brasil e a CPLP foi assinado a 3 de Março de 2011 e o projeto teve o seu início em Julho de 2011 • O SECPLP realizou quatro missões de monitorização (Agosto de 2011, Março de 2012, Dezembro de 2012 e Novembro de 2013). Durante esses exercícios, constatou-se o bom andamento das atividades e o seu efeito multiplicador em Santa Catarina e Portalegre relativamente aos bordados e a costura, bem como a recolha de algumas peças de artesanato com o objetivo de levar a cabo uma pequena exposição na sede do SECPLP. • O SECPLP recebeu em Maio de 2012 os relatórios técnicos-financeiros das atividades realizadas entre Junho de 2011 e Fevereiro de 2012. • Em Fevereiro de 2013, o SECPLP recebeu o Relatório Geral de Execução da 1ª, 2ª e 3ª Etapas – 3 semestres. • Em Julho de 2014, foram apresentados os relatórios finais de prestação de contas: Execução técnica e financeira. • Esta iniciativa, quando aprovada, tinha um carácter pioneiro, esperando-se que os resultados do projeto permitissem obter informações pertinentes que justificassem o seu alargamento a outros EM. Nesse contexto, Angola, Cabo Verde e Moçambique, manifestaram o seu interesse no alargamento do projeto aos respetivos países. • Em Julho de 2013 teve início a última fase do projeto, a 4ª Etapa, que contemplou as atividades como a) Supervisão local de todas as áreas do projeto; b) Consultoria em bordado; c) Design de moda e decoração; d) Desenho do portal do projeto e realização de ações de formação para três coordenadores locais de STP Coordenação geral sobre design e estilo; e) Gestão Executiva do Projeto. • Realizou-se no dia 9 de Novembro de 2013, no Centro Cultural do Brasil, em São Tomé, o evento de encerramento do projeto tendo a DIRCOOP aproveitado para realizar a última monitorização do projeto. • O projeto demonstrou uma boa capacidade de apropriação pelos beneficiários, nomeadamente através do processo em curso para a criação da cooperativa de artesãos. • O relatório final de execução técnica e financeira do projeto e os termos de referência para a missão a Lisboa, à sede da CPLP, do responsável financeiro do Instituto Mazal com o objetivo de se finalizar a prestação de contas, foram em tempo aprovados e tal missão realizou-se em Julho de 2014. • A XXVIII RPFC, de Fevereiro de 2014, aprovou a utilização do saldo remanescente das atividades “Salas verdes” (Euros 77.059,23) e “Rio +20” (Euros 5.844,32) para atividades especificamente orientadas no reforço da capacidade da Cooperativa UêTela, criada no âmbito do projeto de Artesanato em STP.

2.2. Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania – Pr49/LIS/12

Código		Título do Projeto					
Pr49/LIS/12		Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo: Promover a inclusão social, a cidadania e a melhoria da autoestima e da qualidade de vida de jovens e crianças santomenses por meio da disseminação da técnica e dos fundamentos da capoeira.</p> <p>Objetivo específico: Compartilhar conhecimento técnico-metodológico e teórico sobre a arte e a prática esportiva da capoeira, assim como sobre sua utilização como recurso pedagógico, artístico e cultural.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <p>R1. Alunos formados e graduados em nível básico e intermediário. R2. Oficinas temáticas e de confecção de instrumentos realizadas. R3. Eventos destinados ao exame de graduação, formação e batizado de capoeiristas realizados. R4. Divulgação das ações, por meio da participação dos professores/instrutores santomenses de capoeira em eventos internacionais para intercâmbio de experiências, viabilizada. R5. Monitoramento e avaliação da execução do projeto e do desempenho dos alunos realizado.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
ABC	Instituto Raízes do Brasil	S. Tomé e Príncipe (1ª fase)	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			568.901,88	536.221,80	486.667,83	310.294,89	176.372,94
Grau de Implementação		<p>Em termos técnicos, a evolução do projeto pode ser reportada do seguinte modo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 8 Trimestres de aulas realizadas; ▪ Aproximadamente 540 alunos (superando já o objetivo inicial de 400); ▪ 18 Graduados; 12 alunos com o grau de instrutores; 5 alunos formados e um professor; ▪ Encontram-se instalados núcleos em seis localidades: Uba Budo, Praia Melão, São João da Vargem, Praia Santana, Trindade, Ribamato e Parque Popular. ▪ Foram realizadas diversas palestras sobre temas ligados à cidadania, educação cívica, empreendedorismo, combate às drogas e ao alcoolismo, nutrição, bem-estar físico e psicológico. ▪ Participação de instrutores e professores santomenses (6) nos três últimos Encontros Mundiais de Cultura e Capoeira. ▪ 8 visitas de monitoramento pela Coordenação do projeto. • O último trimestre de aulas teve lugar entre Outubro de 2014 e Janeiro de 2015. • A Missão de Finalização do Projeto teve lugar de 25 a 30 de julho de 2016, em São Tomé, compreendendo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitas a todos os núcleos; ▪ Avaliação do desempenho dos multiplicadores; ▪ Promoção de articulações para garantia de apoio ao desenvolvimento da capoeira pós-projeto; e ▪ Organização dos eventos finais, que mobilizaram aproximadamente quatrocentos alunos. • O projeto encontra-se inativo desde julho de 2016, aguardando-se o envio do relatório final de execução técnica e financeira para a conclusão do projeto. 					

Código	Título do Projeto
Pr49/LIS/12	Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXIV RPFC, de Fevereiro/Março de 2012, em Lisboa. • O projeto veio dar continuidade às atividades de Capoeira que já haviam sido iniciadas pela Associação Raízes do Brasil, constituindo-se como uma nova fase do projeto inicial. <p><u>Nota Técnica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Foram levadas a cabo três Missões de monitorização por parte do Diretor de Cooperação e de um técnico da Direção de Cooperação do Secretariado Executivo, tendo sido presenciados importantes momentos tais como apresentações públicas e cerimónias de batizados e realização de palestras e oficinas temáticas. • Os Relatórios da entidade executora permitiram acompanhar a evolução do projeto e observar os benefícios trazidos pela prática da capoeira tais como: diminuição da evasão escolar, diminuição do consumo de álcool, melhoria dos princípios da cidadania, maior inclusão social, entre outros. Estes relatórios destacam ainda as mudanças de comportamento verificadas nos beneficiários. • Durante o trimestre de Fevereiro a Maio de 2013 as aulas foram ministradas por uma professora, o que produziu um impacto positivo no incremento da participação de mulheres nas aulas e contribuiu para o reforço da sua valorização pessoal. • 5 Santomenses graduados pelo projeto foram selecionados para participar no evento internacional - 22º Noite de Artes Marciais do Gabão, que decorreu em Libreville, entre 17 e 20 de Maio de 2013. • Em Maio de 2014 foi realizada uma ação de prospeção parte do Instituto Elos, tendo em vista o apoio na criação de uma estrutura nacional de raiz e de base local, tendo ainda como propósito a identificação de possibilidades de espaço através de modelos de recuperação de estruturas. • Durante a XXVIII RPFC, de Fevereiro de 2014, o Brasil informou sobre o reforço do projeto em Euros 300.000,00 com o objetivo da sua consolidação em São Tomé e Príncipe e início do processo de alargamento da atividade para a Guiné-Bissau. • Na XXXIV RPFC, de outubro de 2016, foi decidido que os Estados Membros que estivessem interessados no acolhimento do projeto deveriam previamente identificar uma instituição de acolhimento que estivesse em condições de acompanhar o projeto e avaliassem internamente a identificação de contrapartidas que permitissem viabilizar a execução do projeto no terreno, assegurando a sua sustentabilidade futura. • A Guiné-Bissau comunicou, em junho de 2017, a sua disponibilidade em apoiar a implementação do projeto no seu país, identificando uma instituição como parceira nacional do projeto na Guiné-Bissau. • Na XXXV RPFC o PFC da Guiné-Bissau reiterou o interesse do seu país em desenvolver o Projeto de Capoeira, indicando que haveria condições para garantir a sua sustentabilidade através do Ministério da educação e da Escola de Educação Física. • Assim, o PFC do Brasil indicou que, considerando o teor da comunicação recebida do Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação Científica da Guiné-Bissau, a demanda é de que o eventual projeto se deverá dedicar ao ensino formal de Professores de Educação Física, fazendo uso dos recursos remanescentes no projeto original. Para tal, precisam de conhecer melhor o parceiro local para desenvolverem esse projeto e reavaliar a capacidade técnica da Associação Raízes do Brasil para implementar o projeto, dada a característica da demanda apresentada. • Na XXXVIII RPFC, o PFC de Angola recordou que gostaria de acolher esta atividade. • O PFC do Brasil salientou que, em Brasília, em julho de 2017, tendo em conta o saldo disponível, e, não sendo possível dar resposta às duas demandas, acordaram, dar prioridade à GB. • Em julho de 2018 realizou-se uma missão da UNILAB à Escola Nacional de Educação Física e Desportos da GB que apresentou as suas demandas. Essas demandas estão a ser trabalhadas na perspetiva da reformulação do projeto, a ser posteriormente circulado para aprovação. • Aguarda-se o envio do relatório final técnico e financeiro.

2.3. Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - Pr52/MAP/12

Código		Título do Projeto					
Pr52/MAP/12		Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Constituir uma Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) nos países da CPLP</p> <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <p>R1) Rede de Instituições Públicas de Educação Superior de cooperação para o desenvolvimento da CPLP constituída.</p> <p>R2) Sistema de mobilidade constituído.</p> <p>R3) Centros de Educação à Distância constituídos e fortalecidos, com cursos desenvolvidos e até 3.000 pessoas formadas.</p> <p>R4) Estratégia de Comunicação Social e Científica criada e em funcionamento.</p> <p>R5) Estado da Arte da Educação Superior nos PALOPs e Timor Leste produzida, publicada e distribuída.</p> <p>R6) Estratégia de financiamento elaborada a partir da articulação com atores públicos e privados.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
UNILAB ABC/MRE	UNILAB	Todos os EM	EUR 2.280.000,00	EUR 2.280.000,00	EUR 1.376.299,81	EUR 536.148,40	EUR 840.151,41
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> Abril 2013: consolidação e publicação dos TdR para implantação de um escritório da UNILAB na CPLP e contratação de técnicos afetos à equipa de gestão do projeto. Outubro e Novembro 2013: realização de visitas da UNILAB e da ABC a Moçambique, Portugal, Angola e Cabo Verde para identificar os interlocutores permanentes Abril 2014: realização de uma oficina, em Redenção, com o objetivo de dar a conhecer, no Brasil, o projeto RIPES; Maio 2014: Realização da 1ª Reunião Técnica Internacional da RIPES, em Fortaleza, que propiciou um debate entre representantes de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) do Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; Dezembro 2014: realização da 1ª Reunião Técnica Internacional dos Pontos Focais da RIPES, na sede da CPLP. Esta reunião teve como objetivo ampliar e reforçar o diálogo entre a UNILAB, os reitores de universidades dos PALOPs e de Timor-Leste e demais autoridades. A Reunião Técnica aprofundou os temas já trabalhados durante a oficina de Redenção e estabeleceu propostas para discussão conjunta; Início 2015: alterações na direção da UNILAB (saída do Vice-Reitor e da Reitora da UNILAB Profª Drª Nilma Lino Gomes), com consequências no ritmo das acções. Março 2015: Toma posse o novo Reitor, o Prof. Dr. Tomaz Mota Santos, que convida o Prof. Dr. Edson Borges para assumir a Pró-Reitoria de Relações Institucionais (PROINST) da UNILAB. Em 2015 destacam-se: (1) Processo de licitação da empresa que construirá a Plataforma Virtual da RIPES; (2) Envio para os Pontos Focais da RIPES de dois documentos do Relatório da 1ª Reunião Internacional dos Pontos Focais da RIPES (para ser avaliado e acrescido de suas observações) e da proposta inicial de um Curso de Ensino a Distância (EaD) de Desenvolvimento Rural (também para ser avaliada e acrescida de suas observações). Em 2016: Iniciada uma revisão do projeto, tornando-o mais objetivo, sustentável e alinhado com as decisões e prioridades definidas pelos órgãos superiores da CPLP, nomeadamente com o Plano Estratégico para o Ensino Superior na CPLP, no seguimento de uma reunião entre o SECPLP e a Coordenação Geral da RIPES. A revisão do 					

Código	Título do Projeto
Pr52/MAP/12	Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
	<p>Projeto RIPES para 2016-2017 foi apresentada ao SECPLP, pretendendo focar-se na obtenção de 3 resultados: constituir, operacionalizar e consolidar a RIPES; criação de um sistema de mobilidade; e constituir uma estratégia de comunicação social e científica eficiente e integrada entre as instituições parceiras e o público em geral. No entanto, esta proposta não chegou a ser devidamente fundamentada e, por isso, não foi apresentada aos PFC.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Durante 2016 realizaram-se Missões de prospeção e de networking a Timor-Leste, São Tomé e Príncipe e Angola, que permitiram sedimentar os contactos feitos com os Pontos Focais de cada país e efetivar contactos com outras instituições. Realizaram-se também os primeiros contactos para a prospeção da estruturação de uma Plataforma Virtual para a RIPES, que deverá ser integrada no Portal da CPLP. • Março 2017: realização da II Reunião de PF do Projeto RIPES, com os seguintes resultados: (1) revisitação da proposta de revisão do projeto; (2) elaboração dos Estatutos da RIPES e respetivo Regimento; (3) revisão do Plano Estratégico para 2017-2018; e apresentação de proposta de Plataforma virtual para o RIPES. • Maio 2018: Reunião de Planeamento da Fase II do Projeto Redes de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES), na sede do SECPLP, em Lisboa. Participaram nesta reunião representantes da ABC, da UNILAB e do SECPLP e foram cumpridos os seguintes pontos de agenda: (1) discussão e aprovação do Relatório Final da 2ª Reunião Técnica dos Pontos Focais da RIPES e do Relatório de Atividades da Fase I; (2) discussão de estratégia de implementação das edições das revistas científicas, do repositório científico e do Portal da RIPES (e eventuais interações com o Plano Estratégico de Cooperação em Ensino Superior, C&T); (3) Discussão e definição da estratégia de implementação do projeto "Fortalecimento do Ensino, Pesquisa e Extensão para a Soberania e SAN na CPLP e na UNILAB" e sinergia com o RIPES e ações da ESAN/CPLP; (4) discussão das ações de curto prazo propostas pela UNILAB; e (4) discussão e aprimoramento da proposta de projeto RIPES – Fase II e respetivo Plano de Trabalho • Julho 2018: participação dos responsáveis da RIPES na XXXVII RPFC e apresentação do planeamento, cronograma e o orçamento previsto para a II Fase do projeto RIPES, observando que o ano de 2018 seria de preparação e o de 2019 de execução e o alinhamento com as deliberações da Ministerial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, numa lógica de coerência, melhoria da eficácia e obtenção de resultados sustentáveis. • Julho 2018: Entretanto, a RIPES realizou missões a Cabo Verde e Guiné-Bissau, com o objetivo de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Renovar Acordos de Cooperação da RIPES/UNILAB e estabelecer acordos de Adesão à RIPES com instituições de ensino superior; ▪ Apresentar o Projeto RIPES Fase II e discutir as ações da RIPES adaptadas ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP; ▪ Apresentar e procurar apoio para ações previstas para o Plano de Trabalho 2018-2020 Projeto RIPES; ▪ Fazer levantamento das condições para eventual alargamento do Projeto Capoeira, em parceria com a Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD, em Guiné Bissau. • Durante essa missão foi possível proceder ao mapeamento, articulação e divulgação da RIPES e da Fase II do projeto junto das instituições parceiras e outras estruturas pertinentes, nomeadamente no âmbito de estratégias relativas a processos de Ensino à Distância e mobilidade académica.
Observações	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXV RPFC, de Julho de 2012, em Maputo. • O Protocolo de Cooperação entre a ABC, a UNILAB e ABC foi assinado em Maputo, em Julho de 2012, após a aprovação pelos PF, e as atividades tiveram o seu início em Abril de 2013. • Desde março de 2017 que o projeto funciona sem um Gestor, estando as tarefas apenas ao projeto da responsabilidade e execução direta do Coordenador do Projeto, Prof. Edson Borges. • Prof. Edson Borges foi substituído como reitor PROINST da UNILAB pelo Prof. Max Araújo e a coordenação do projeto foi assumida pela Prof Artemisa Monteiro.

2.4. Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento - Pr53/MAP/12

Código		Título do Projeto					
Pr53/MAP/12		Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Reforçar a sustentabilidade do projeto Legis-PALOP assegurando que o sistema se mantém atualizado nos cinco países de forma completa, contínua e uniforme</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Assegurar o desempenho pleno das funções da Unidade Técnica Operacional e de Gestão Regional (UTOG-R); – Reforçar a autonomização das Unidades Técnicas Operacionais e de Gestão (UTO-G) nacionais, nomeadamente a nível da gestão do sistema e na sua divulgação e marketing; – Contribuir para a autossustentação financeira do sistema; – Consolidar a cooperação entre os países (sul-sul); – Manutenção das condições propícias ao alargamento progressivo a Timor-Leste. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <p>R1) Sistema atualizado através da articulação entre as diversas entidades que compõe as UTO-G nacionais;</p> <p>R2). UTO-G nacionais capacitadas para proceder à efetiva atualização do sistema com a frequência, rigor e qualidade com que este foi desenvolvido;</p> <p>R3) UTO-G nacionais capacitadas para a implementação das ferramentas de comunicação e marketing desenvolvidas e aprovadas no III Encontro Anual;</p> <p>R4) UTOG-R em operação e articulação com as UTO-G nacionais de acordo com o Regulamento de Gestão Regional;</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Camões, Portugal	Ecosphere – Consultores em ambiente e desenvolvimento, Lda	PALOP e Timor Leste	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			194.484,66	194.484,66	190.250,00 *4.234,66	191.201,47	3.283,19
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • O projeto teve o seu início em Janeiro de 2012 dando continuidade às atividades das fases precedentes como sejam: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistência técnica permanente às UTO-G na manutenção e atualização do sistema; ▪ Formação presencial das UTO-G nas vertentes de inserção, classificação e gestão; ▪ Apoio ao desenvolvimento e implementação das ferramentas de gestão e marketing das UTO-G nacionais, nomeadamente com a promoção de uma reunião à distância com todos os elementos que compõe as UTO-G nacionais para definição de abordagens aos grupos alvo e prioridades de ação e subsequente acompanhamento/assistência das atividades desenvolvidas pelas UTO-G nacionais; ▪ Elaboração dos principais instrumentos de divulgação e marketing; ▪ Monitorização do trabalho desenvolvido pelas UTO-G nacionais de modo a garantir a qualidade e harmonização de processos no sistema; ▪ Divulgação e marketing a nível regional; ▪ Manutenção e otimização do sistema informático. • No final de 2016, foi retomada ação tendo em vista o reforço da consolidação da Fase IV, vista como necessária para assegurar o desempenho pleno das funções da Unidade Técnica Operacional e de Gestão Regional (UTOG-R), 					

Código	Título do Projeto
Pr53/MAP/12	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento
	<p>fortalecendo a capacidade de intervenção da UTOG-R para que esta pudesse ganhar maior autonomia e promovesse a cooperação entre as unidades técnicas nacionais, cimentando a cooperação entre os países (sul-sul) e avançando para a auto-sustentação financeira do sistema.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Durante o ano de 2017 foi possível obter o aval político de Timor-Leste para a plena integração deste Estado-Membro na plataforma, • Foi concretizada a entrada de Timor-Leste na Base de Dados, passando a designar-se LegisPALOP+TL, numa cerimónia oficial no dia 14 de junho de 2018 na Sede da CPLP. Nesta data foi lançado também um novo website com novas funcionalidades e grafismo. • A execução do projeto tem sido em parte dificultada por dificuldades de articulação com a Unidade Técnica da Guiné-Bissau que não tem remetido informação nos últimos 4 anos.
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • A pertinência e o mérito da atividade foram validados pela 142ª Sessão Ordinária do Comité de Concertação Permanente da CPLP, realizada a 28 de Abril de 2011, conforme previsto no Regimento do Fundo Especial, tendo o projeto sido aprovado nesse momento. • A Entidade Financiadora, IPAD, solicitou então que o projeto pudesse ser enquadrado no PIC da CPLP. • O Camões, Instituto para a Cooperação e Língua, comunicou, o financiamento para continuidade da Fase IV do Legis-PALOP, tendo em vista consolidar e assegurar a sustentabilidade da base de dados jurídica, prolongando a atividade até maio de 2019, no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) nos PALOP e Timor-Leste. <p><u>Futuro:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Através de uma contribuição de Portugal, foi possível estender o período de execução da atividade até final de 2019, consolidando as atividades em curso. • A questão da sustentabilidade da plataforma encontra-se perto de estar assegurada, subsistindo os desafios de que a plataforma possa desenvolver-se no sentido de oferecer acesso gratuito à Legislação nacional (ou parte desta) no território de cada Estado Membro e que concomitantemente se possa alargar para os restantes EM (BR, GE e PT) e passar a designar-se Legis-CPLP (o que necessitará de uma apropriação formal pelas estruturas superiores da Organização). • Perspetiva-se, pois que o Legis-PALOP+TL possa deixar ser um projeto da CPLP mas continue funcionando como Plataforma da CPLP, sob coordenação da Organização. • Encontra-se prevista para os dias 15 e 16 de julho um Encontro de Coordenadores Nacionais que, entre outros, se irá debruçar e eventualmente aprovar, uma revisão do Regulamento de Gestão Operacional do Legis-PALOP+TL. <p>*O saldo 4.234,66€ é remanescente do projeto anterior, com objetivo semelhante e mesma Entidade Executora (Pr46/LIS/11)</p>

2.5. Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP - Pr56/LIS/13

Código		Título do Projeto					
Pr56/LIS/13		Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Fortalecer a capacidade institucional governamental com vista à formulação e execução de políticas nacionais para promoção dos direitos da pessoa com deficiência, capacitando agentes públicos e representantes da sociedade para promover os direitos das pessoas com deficiência e desenvolver estratégias de inclusão desse segmento nas políticas sociais do Estado.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <p>R1) Cursos e materiais de capacitação elaborados para duas modalidades de capacitação, bem como instrumento de monitoramento e avaliação do projeto;</p> <p>R2) Agentes governamentais capacitados para garantir e promover os direitos das pessoas com deficiência nas políticas públicas nacionais de cada país, pela perspectiva dos direitos humanos e estruturadas em eixos temáticos intersectoriais como saúde, educação, emprego, acessibilidade, participação política, lazer e previdência social.</p> <p>R3) Mobilização para a criação de conselhos de direito, nos âmbitos local e nacional, que possibilitem o encaminhamento de demandas e a o diálogo social.</p> <p>R4) Agentes sociais não-governamentais capacitados e mobilizados para atuar como multiplicadores, promotores e defensores dos direitos humanos, com foco na pessoa com deficiência, para a valorização do seu protagonismo e a transformação de sua realidade.</p> <p>R5) Mobilização para a constituição e fortalecimento de redes sociais representativas dos interesses das pessoas com deficiência.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
ABC, Brasil	Sec. de DH da Presidência da República do Brasil	Todos os EM	EUR 213.839,04	EUR 213.839,04	EUR 192.455,14	EUR 94.440,88	EUR 98.014,26
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> Dando seguimento à missão de prospeção realizada em Moçambique em novembro de 2014, realizou-se entre 18 e 22 de maio de 2015, realizou-se uma atividade capacitação em Maputo, Moçambique, no Ministério do Género, Criança e Ação Social e visitas de campo a dois infantários. A atividade capacitação abrangeu 24 técnicos oriundos de distintas estruturas ministeriais e 21 pessoas da sociedade civil moçambicana, oriundas de 10 ONG. <ul style="list-style-type: none"> A atividade teve por objetivo fortalecer a capacidade política e institucional dos representantes governamentais e não-governamentais, fomentando o diálogo, troca de experiências e boas práticas; Os temas abordados versaram: a) Direitos das Pessoas com Deficiência; b) educação inclusiva, acessibilidade, saúde e trabalho; c) direito a comunicação e acessibilidade; d) Construção de estratégias de empoderamento e inclusão social. Em Junho de 2015 foram realizadas missões de prospeção a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, com o objetivo de desenvolver contactos com representantes de entidades de direitos que defendem os interesses das pessoas com 					

Código	Título do Projeto
Pr56/LIS/13	Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP
	<p>deficiência com o objetivo de realizar um diagnóstico para avaliar o cumprimento da agenda da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e poder desenhar programas de capacitação.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A missão a S. Tomé e Príncipe teve lugar de 16 a 18 de junho de 2015 ▪ A missão a Cabo Verde realizou-se de 19 a 23 de junho de 2015. <ul style="list-style-type: none"> • A execução da atividade foi retomada no final de 2018 com a realização de uma missão a Angola;
Observações	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi apreciado na XXVI RPFC, de Março de 2013, em Lisboa, com a categoria de Decisão 4, mas salvaguardando um prazo de 30 dias de calendário, após circulação de uma Nota Verbal propondo um procedimento de aprovação. • Findo esse processo, e não havendo objeções, a atividade foi aprovada eletronicamente. • O projeto arrancou em Novembro de 2014 com a primeira missão de prospeção realizada em Moçambique. • Aguarda-se indicação por parte da entidade executora sobre a realização das restantes missões (Guiné-Bissau e Timor-Leste) bem como sobre eventuais seguimentos a dar à iniciativa, fruto dos trabalhos desenvolvidos e da rede de contactos estabelecida.

2.6. Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP - Pr57/LIS/13

Código		Título do Projeto					
Pr57/LIS/13		Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Apoiar os Governos de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste na gestão e monitoramento dos recursos hídricos locais:</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Transferência de tecnologia sobre redes e sistemas locais de monitoramento hidrológico; R2) Capacitar quadros de funcionários locais em gestão de recursos hídricos; R3) Promover intercâmbio de experiências para o desenvolvimento de marcos legais, e R4) Monitorar e avaliar o projeto</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
ABC, Brasil	Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA)	Todos os EM	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			873.035,26	418.060,20	424.254,92	16.459,64	407.795,28
<ul style="list-style-type: none"> Grau de Implementação 		<ul style="list-style-type: none"> O projeto mereceu apreciação de categoria 4, pela XXVI RPFC, março de 2013, e aprovação, em julho de 2015, pela XXXI RPFC. O Protocolo de Financiamento foi assinado entre o SECPLP e a Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA), em dezembro de 2016, tendo a ANA-Brasil, nessa ocasião, se proposto a viabilizar uma participação concertada da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água de 2018, "CPLP Rumo à Brasília"; realizaram-se duas reuniões preparatórias (julho e dezembro de 2017, em Lisboa e em Brasília, respetivamente); durante este processo, identificou-se necessidade de atualização do documento de projeto; A 30 e 31 de julho de 2018 realizou-se na sede da CPLP a reunião fundadora da Reunião dos Diretores de Recursos Hídricos da CPLP. Nesta reunião foram produzidas recomendações ao documento de projeto, integradas depois pela ANA-Brasil e ABC-Brasil; a versão revista do projeto circulou pelos EM a 10 janeiro de 2019; O projeto iniciou oficialmente, com a realização da 1ª Missão Conjunta sobre Planeamento de Bacias Hidrográficas e de Redes Hidrometeorológicas, de 20 e 24 de maio de 2019. 					
Observações		<p>A proposta inicial de projeto, procurava responder às solicitações dos pontos focais dos EM em Reunião de Diretores de Recursos Hídricos, decorrida em Brasília, dezembro de 2012, prevendo-se a transferência de tecnologias na área de hidrometria, e a capacitação em vários temas na área de gestão de recursos hídricos, bem como assistência técnica na elaboração de documentos normativos e institucionais adaptados ao contexto nacional.</p> <p>Dado o tempo decorrido desde a aprovação do projeto, fez-se necessário a sua atualização, tendo em consideração as novas demandas de capacitação e a inclusão da Guiné Bissau e Guiné Equatorial, como beneficiários do projeto; passaram a ser objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> apoio ao monitoramento hidrológico, centrado no intercâmbio de conhecimentos e sem aquisição de equipamentos; capacitação presencial e à distância; intercâmbios técnicos em temas atuais de gestão hídrica nos países. 					

2.7. Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP - Pr66/DIL/15

Código		Título do Projeto					
Pr66/DIL/15		Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior da CPLP» e do «Espaço de Ciência e tecnologia da CPLP», mediante a criação de um portal eletrónico [em cumprimento da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, 15 de Abril de 2014, Maputo.</p> <p>Objetivo(s) específico(s): 1) Criar o Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP que divulgará conteúdos relacionados com o ensino superior, a ciência, a tecnologia e a inovação nos Estados membros da CPLP; 2) Promover o aproveitamento do potencial das tecnologias como base de trabalho colaborativo, na área da ciência e da tecnologia; 3) Criar mecanismos para o levantamento de informação e de dados sobre Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Estados membros da CPLP; 4) Propiciar o intercâmbio de conhecimento científico, através da divulgação de informação sobre bolsas de investigação, doutoramento e mestrado (formação avançada); 5) Impulsionar a partilha de boas práticas entre quadros dos Centros e Instituições de Investigação e Formação Pós-Graduada dos Estados Membros da CPLP; 6) Promover a cooperação multilateral através do desenvolvimento de redes que envolvam atividades de ensino e de investigação e de partilha de boas práticas entre as Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Estados Membros da CPLP.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Levantamento de informação e de dados sobre Instituições de Ensino Superior e de Investigação dos Estados membros da CPLP; R2) Impulsionar a partilha de boas práticas entre as Unidades/Centros de Investigação e Instituições de Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP; R3) Troca de experiências, partilha de boas práticas e desenvolvimento de projetos/linhas de investigação que incidam na procura de soluções sustentáveis para problemas concretos associados às condições de existência (alimentação, segurança, saúde) e à qualidade de vida (bem-estar físico, psicológico e social) dos cidadãos dos Estados Membros da CPLP; R4) Internacionalização da CPLP no domínio do ensino superior, ciência e tecnologia, tendo em vista a integração e afirmação em organizações e redes regionais e internacionais; R5) Utilização de um mecanismo eficiente e eficaz de comunicação e de troca de informação dos avanços dos Estados membros nas áreas do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
			EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
Fundo Especial	SECPLP - DACLP	Estados membros	15.000,00	15.000,00	26.190,90	10.053,15	16.290,90
<ul style="list-style-type: none"> Grau de Implementação 		<ul style="list-style-type: none"> O projeto «Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP» constitui um instrumento para a implementação do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP 2014-2020, aprovado na VI Reunião Ministerial da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, em Maputo (2014). O projeto foi aprovado para financiamento através do Fundo Especial da CPLP na XXXI Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (Díli, 20 a 21 de julho de 2015), tendo posteriormente sido alocados recursos para a sua implementação na XXXII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (Lisboa, 15 e 16 de fevereiro de 2016), bem como por Portugal (fevereiro de 2016) e por Moçambique (julho de 2018). A importância do projeto é destacada na deliberação n.º 2 da Declaração Final da VII Reunião de Ministerial da 					

Código	Título do Projeto
Pr66/DIL/15	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP
	<p>Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Díli, 2016), e reiterada na deliberação n.º 10. Saudar o progresso do Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP enquanto instrumento de edificação do “espaço de ensino superior, ciência e tecnologia da CPLP” da VIII Reunião Ministerial da Ciência (Brasília, 2018).</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Portal de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP é um destes projetos, ao ambicionar promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP» mediante a criação de um canal eletrónico, alojado no portal da CPLP. • Por orientação da Presidência Cabo-Verdiana em exercício da CPLP e no âmbito da implementação deste projeto, foram remetidas fichas de recolha de dados e informações validadas na Reunião dos Pontos Focais Setoriais de Brasília, em 2018, em matéria de: (1) Legislação Nacional sobre Ciência & Tecnologia e Ensino Superior dos Estados membros da CPLP; (2) Observatório do Ensino Superior, Ciência & Tecnologia da CPLP; (3) Boletim Informativo de Ciência & Tecnologia da CPLP; (4) Base de dados para divulgação de bolsas de estudo e programas de mobilidade para estudantes dos Estados membros da CPLP; (5) Agenda Anual de Ciência & Tecnologia da CPLP. • Encontra-se igualmente em fase de implementação o levantamento das hiperligações das estruturas nacionais responsáveis pela recolha de dados de ciência, tecnologia, inovação e ensino superior e a procura de sinergias com o projeto RIPES. Estão ainda a ser divulgadas bolsas de estudos e programas de mobilidade intracomunitária e extracomunitária da CPLP. • O projeto do Portal inclui a disponibilização de publicações com enfoque multilateral sobre as diversas áreas de conhecimento e temáticas de interesse para a comunidade académica e científica, bem como para o público em geral, em formato eletrónico e versão digital, em acesso aberto, consubstanciadas através da Coleção «Cadernos de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP». Neste âmbito, encontram-se em fase de publicação os dois primeiros volumes das Atas da I Conferência sobre Mobilidade Académica na CPLP, organizada com a Comissão Temática da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia dos Observadores Consultivos da CPLP, a qual integrou representantes de várias instituições da sociedade civil e Observadores Consultivos da CPLP¹. Contempla igualmente as atas do Encontro «Os Arquivos Históricos e as Bibliotecas Nacionais na Preservação do Legado Histórico e Cultural dos Estados membros da CPLP», que contou com a participação de representantes dos Estados-membros: 1) Biblioteca Nacional da Angola; 2) Museu Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; 3) Arquivo Histórico Nacional de Cabo-Verde e Biblioteca Nacional de Cabo Verde; 4) Arquivo Histórico da Guiné-Bissau e Biblioteca Pública Nacional da Guiné-Bissau; 5) Arquivo Histórico de Moçambique; 6) Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Direção-Geral do Livro, Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo e Biblioteca da Fundação Mário Soares, Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Portugal, Centro de Estudos Internacionais do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto. • O financiamento identificado será operacionalizado até 2020.
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 4; • O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, atribuiu à iniciativa Euros 1.500 da rubrica “Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos”, que serão afetos ao Projeto. • O projeto surge no âmbito da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada a 15 de Abril de 2014, em Maputo.

¹ Sociedade de Geografia de Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Fundação Calouste Gulbenkian, Agência Nacional ERASMUS +, Católica Porto Business School, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Fundação Eduardo dos Santos, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP, e Instituto Superior de Estudos de Defesa “Tenente-General Armando Emílio Guebuza

2.8. Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP - Pr69/DIL/15

Código		Título do Projeto					
Pr69/DIL/15		Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Promover, fomentar e impulsionar a edificação de Espaços do Ensino Superior e de Ciência e Tecnologia da CPLP, através da construção do repositório científico de língua portuguesa e da interligação dos repositórios científicos nacionais existentes - em cumprimento da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, 15 de Abril de 2014, Maputo.</p> <p>Objetivo(s) específico(s): 1) Facilitação do acesso livre aos repositórios científicos dos Estados Membros; 2) Aproveitamento do potencial das TIC ao serviço dos Estados membros da CPLP; 3) Disponibilização de softwares livres e acervos bibliográficos do acesso à produção científica; 4) Criação de um repositório único de teses de mestrado e doutoramento da CPLP, mediante a interconexão e a interoperabilidade das plataformas existentes; 5) Desenvolver cooperação entre o Repositório Científico da CPLP e outras redes de bases de dados regionais e internacionais (incluindo Redalyc; Scielo; B-On; JStore); 6) Promover o acesso da comunidade académica e científica dos Estados membros da CPLP à Plataforma LATES BR e à Plataforma CARLOS CHAGAS BR.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Internacionalização da CPLP no domínio da produção científica, tendo em vista a integração e afirmação em organizações e redes regionais e internacionais; R2) Utilização de um mecanismo eficiente e eficaz de comunicação e de troca de informação da produção científica dos Estados membros nas áreas da ciência, tecnologia e inovação.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Fundo Especial	SECPLP - DACLP	Estados membros	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			110.000,00	110.000,00	63.966,64	0,00	63.966,64
Grau de Implementação		<p>Na VI Reunião Técnica dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (20 de junho de 2018, Brasília) foram apresentados os resultados da Oficina sobre o Repositório Científico da CPLP (Brasília, 19 de junho de 2018). Esta reunião contou com a participação de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, na qual.</p> <ul style="list-style-type: none"> O Projeto foi reiterado como tendo importância crucial e que constitui um projeto prioritário no domínio da implementação do Plano estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (2014-2020). A ciência aberta e o acesso aberto foram considerados fundamentais para fortalecer e divulgar a produção científica dos estados membros da CPLP. Este projeto visa a dar o impulso necessário para que os princípios do acesso aberto sejam adotados pelos países da Comunidade. Foi considerado que a oficina sobre o projeto do Repositório Científico da CPLP cumpriu seus objetivos de disseminar e intercambiar informações técnicas entre os peritos nacionais e mobilizar os estados membros a aderir e dar início à implementação do projeto. Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal reiteraram seu compromisso em participar do projeto-piloto do Repositório Científico da CPLP. Angola declara a sua intenção de aderir ao projeto e de iniciar os procedimentos internos para a sua efetivação. 					

Código	Título do Projeto
Pr69/DIL/15	Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP
	<ul style="list-style-type: none"> • Os documentos do projeto deverão ser atualizados e validados pelos peritos nacionais para posterior circulação entre os estados membros, para implementação do projeto. • No prazo de até três meses, os EM deverão se manifestar por nota verbal ao secretariado da CPLP, com informação sobre previsão para o aporte de recursos financeiros do projeto do Repositório Científico. • Com o aporte financeiro de pelo menos três estados membros o projeto do repositório será iniciado. • Serão realizadas reuniões virtuais bimestrais entre os peritos nacionais como metodologia para acompanhamento de implementação do projeto. • Será circulado entre os estados membros formulário solicitando informações sobre o estado da arte dos repositórios científicos em cada estado membro, que deverá ser preenchido no prazo de até 45 dias a contar da data do envio pelo secretariado executivo da CPLP. • Na I Oficina sobre o Repositório Científico da CPLP (Brasília, junho de 2018) foi determinado que a implementação do Repositório Científico teria início com a alocação financeira de três Estados-membros. • A contribuição do FE e de Portugal juntaram-se as contribuições de Moçambique e do Brasil, que efetivaram a afetação de recursos. Na VIII Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Brasília, 21 de junho de 2018), Cabo Verde assumiu o compromisso de fazer o aporte em 2019. Angola encontra-se em fase de ultimização da afetação de recursos. • No presente momento, o documento de projeto encontra-se em revisão pelo Grupo Técnico, tendo em vista as alterações ocorridas no domínio do acesso aberto nos Estados membros, bem como a necessidade de nova calendarização do projeto, para início em 2019 e término em 2022. • Pretende-se que o documento revisto seja aprovado pela Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, por forma a proceder-se à elaboração dos protocolos de implementação do projeto, com a FCT e Universidade do Minho/Portugal e pelo IBICT/Brasil. • Aguarda-se igualmente a identificação de Peritos Nacionais por parte de alguns Estados membros, para integrarem o grupo de trabalho composto por Peritos Nacionais de seis Estados membros: (1) Angola - Emanuel Catumbela, Director Nacional de Formação Pós-Graduada, Ministério do Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação de Angola; (2) Brasil - Bianca Amaro, Coordenadora do Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; (3) Cabo Verde - Manuel Roberto, Gabinete para a Ciência Tecnologia e Inovação; (4) Moçambique - Eugénio Jeremias, Chefe de Departamento de Recursos Digitais, e João Emídio Jacinto Cossa, Chefe de Departamento de Comunicação e Imagem do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional; (5) Portugal - João Mendes Moreira, Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Unidade FCCN, e Eloy Rodrigues, Universidade do Minho; (6) São Tomé e Príncipe - Chris Allen da Costa Barroso, Direção de Comunicação e Tecnologia Educativa Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação.
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 4; • O projeto surge no âmbito da deliberação n.º 4 da Declaração Final da VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, realizada em 2014, em Maputo. • O projeto é reiterado como de interesse nas Reuniões Ministeriais Setoriais subsequentes (Díli, 2016; Brasília, 2018). • A implementação do Repositório Científico encontra-se em fase de arranque, tendo em vista o seu lançamento na próxima Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Cabo Verde, 1.º semestre de 2020). A verba existente permitirá avançar com os dois primeiros anos de implementação do projeto, aguardando-se a afetação da verba remanescente pelos Estados membros que manifestaram essa disponibilidade até 2020, por forma a cumprir-se as duas fases finais do projeto.

2.9. Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional – Pr70/DIL/15

Código		Título do Projeto					
Pr70/DIL/15		Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): 1)Relançar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico, para além dos serviços de informática, em cumprimento de deliberações Ministeriais Setoriais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP (Maputo, 2014) e Cultura da CPLP (Maputo, 2014), que recomenda a execução de projetos concretos que promovam a Memória Cultural dos Estados membros da CPLP.</p> <p>Objetivo(s) específico(s): 1) Relançar o INEP com o apoio técnico do Arquivo Interno do SECPLP, com vista à criação de uma Plataforma do Acervo Histórico Comum da CPLP, através de uma Rede dos Arquivos Nacionais da CPLP.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Capacitação dos técnicos dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional; R2) Capacitação dos investigadores e responsáveis pela gestão do INEP; R3) Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional; R4) Internacionalização da CPLP no domínio da produção científica e da partilha da memória histórica e cultural dos Estados membros da CPLP.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Fundo Especial	INEP - GB	Guiné-Bissau	EUR 63.052,91	EUR 63.052,91	EUR 76.573,38	EUR 72.808,26	EUR 3.765,12
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> Em setembro de 2017, foi assinado o Protocolo entre o Fundo Especial da Comunidade dos Países De Língua Portuguesa (CPLP) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP), para a implementação da Atividade Pr70/DIL/15 - "Relançamento do INEP e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional", 2017, para dar ao início da execução do projeto. Foram realizadas reuniões à distância com entre o Secretariado Executivo e o INEP, na qualidade de Entidade Executora, por forma a O projeto será implementado em quatro fases: 1.ª Fase – Elaboração do caderno de encargos, definição das características e especificações técnicas, dos equipamentos e serviços a adquirir; consulta de preços no mercado; validação da opção a ser remetida pelo SE-CPLP. 2.ª Fase - Aquisição de equipamentos e serviços e Transporte; 3.ª Fase - Desalfandegamento e montagem de equipamentos; Ligação à Internet e demais condições para funcionalidade dos equipamentos. 4.ª Fase Formação de Recursos Humanos, nas vertentes de Utilização das Licenças do Arquivo Histórico Nacional e da Biblioteca Pública. A atividade é financiada com recursos disponíveis no Fundo Especial da CPLP, até ao valor € 74.223,32 (setenta e quatro mil, duzentos e vinte e três euros e trinta e dois cêntimos), dos quais € 39.223,32 (trinta e nove mil, duzentos e vinte e três euros e trinta e dois cêntimos) são financiados pelo Fundo Especial e € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros), equivalente ao valor remanescente, financiados pelo Fundo para a Guiné-Bissau, nos termos previstos no Regimento do Fundo Especial. Em setembro de 2017, foi assinado o Protocolo entre o Fundo Especial da CPLP e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP), para a implementação da Atividade Pr70/DIL/15 - "Relançamento do INEP". Na 					

Código	Título do Projeto
Pr70/DIL/15	Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional
	<p>sequência da transferência da primeira e da segunda tranches, o INEP remeteu em maio e 2018 e em setembro de 2018, respetivamente, os «Relatórios Financeiros Intercalares da Atividade», acompanhados das faturas comprovativas das despesas efetuadas, no valor total de € 31.967,00 (trinta e um mil, novecentos e sessenta e sete euros), sendo € 17.760,00 (dezassete mil, setecentos e sessenta euros) equivalentes à primeira tranche e € 14.207,00 (catorze mil, duzentos e sete euros) equivalentes à segunda tranche.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em outubro de 2018, a Diretora-Geral do INEP solicitou que da verba existente no Fundo Especial, fossem transferidos € 15.669,00 (quinze mil, seiscentos e sessenta e nove euros), para aquisição na Guiné-Bissau dos bens constantes da rubrica «2. Condições materiais: 2.1. Mobiliários, e 2.2. Materiais de escritório e consumíveis» e da Rubrica «3. Equipamentos: 3.1. Recursos informáticos». Na mesma carta, a Diretora-Geral do INEP autorizou o Secretariado Executivo a prosseguir com a aquisição das licenças e da formação para utilização dessas licenças à empresa Mind, no valor de 18.834,00 (dezoito mil, oitocentos e trinta e quatro euros). • A presente fase do projeto consiste na instalação pela Empresa Mind das licenças MindPrisma (Biblioteca) e X-Arq (Arquivo Histórico) e da respetiva formação a distância, para utilização das referidas licenças pelos funcionários do INEP. Esta última fase consiste: (i) em assegurar que estão reunidas condições físicas, estruturais e técnicas para a instalação do software e para a formação a distância; (ii) fornecimento do software de gestão bibliográfica à Biblioteca e Centro de Documentação (BCD) da CPLP, cujo sistema (MindPrisma, antigo PORBASE 5) encontra-se presente na maioria das bibliotecas nacionais dos Estados-membros da CPLP, possibilitando a sua ligação em rede e tornando possível a criação da "Catálogo Integrado das Bibliotecas Nacionais e da BCD da CPLP"; (iii) posterior integração do INEP no projeto "Rede de Arquivos Históricos da CPLP" e no projeto do "Repositório Científico da CPLP". • Após a conclusão da fase, aguarda-se o envio do relatório final. A conclusão do projeto está prevista para o 3.º trimestre de 2019, prevendo-se que o mesmo seja assinalado com uma sessão solene pública, para a qual serão convidados representantes dos Estados membros e o Secretário Executivo.
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 2; • O Secretariado Executivo da CPLP em parceria com a RPFC, alocou Euros 4.373 da rubrica "Projetos a identificar pelo Secretariado Executivo da CPLP em parceria com o PFC nos próximos dois anos", que serão afetos ao Projeto. • Para financiamento integral da atividade, no valor total de € 74.223,32 (setenta e quatro mil, duzentos e vinte e três euros e trinta e dois cêntimos), € 39.223,32 (trinta e nove mil, duzentos e vinte e três euros e trinta e dois cêntimos) são financiados pelo Fundo Especial e € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros), equivalente ao valor remanescente, financiados pelo Fundo para a Guiné-Bissau, nos termos previstos no Regimento do Fundo Especial.

2.10. TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa – Pr71/DIL/15

Código		Título do Projeto					
Pr71/DIL/15		TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Criar e disponibilizar publicamente, na plataforma do VOC, terminologias científicas e técnicas para os países da CPLP, com estrutura comum, geridas conjuntamente, no âmbito do IILP, gratuitas, de livre acesso, e que conduzam a que a língua portuguesa disponha de bases de dados terminológicos capazes de a colocar a par das línguas com mais recursos, nomeadamente para a tradução e a interpretação, para emprego em organizações internacionais e para a criação de ferramentas derivadas, em particular no âmbito do processamento computacional da língua.</p> <p>Objetivo(s) específico(s): 1) Formar equipas nacionais capazes de levar a cabo o trabalho de cada EM; 2) Identificar, nos EM, os recursos de descrição terminológica existentes; 3) Criar meios tecnológicos nas plataformas existentes para albergar esses recursos; 4) Obter e harmonizar os recursos obtidos, alinhando-os com as entradas do VOC, e ali disponibilizar os resultados ao público em geral e ao público especializado; 5) Criar as fundações de uma rede multinacional de especialistas em terminologia nos EM da CPLP que possa no futuro desenvolver terminologias de raiz e outras tarefas necessárias.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Identificação das palavras do VOC pertencentes a domínios terminológicos; R2) Discussão de questões técnicas comuns e definição de critérios de harmonização, cuja definição final de resultados finais será publicada; R3) Identificação e marcação dos termos por domínio científico e técnico; R4) Identificação, obtenção e harmonização dos recursos terminológicos existentes em cada EM; R5) Desenvolvimento de critérios únicos para criação de terminologias comuns em todos os países; R6) Formação técnica de quadros especializados em todos os EM; R7) Definição dos domínios científicos e técnicos a partir das tipologias em uso no âmbito de organizações internacionais; R8) Identificação de domínios estratégicos de desenvolvimento mais aprofundado para a segunda fase do projeto; R9) Publicação de um número da Platô, revista do IILP.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Fundo Especial	Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP)	Estados membros	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			144.876,00	129.936,00	129.936,00	31.964,67	97.971,33
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> O projeto, que procura dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, já teve início, encontrando-se em fase de implementação. Em maio de 2019, na sequência da receção do relatório final de execução técnica e financeira da atividade, foi desembolsada a 3.ª tranche e última tranche do projeto referente à conclusão da implementação da primeira fase, que consistiu na Capacitação das Equipas e Criação de Protótipo. Em 12 de junho de 2019, foi assinado o protocolo entre o FECPLP e o IILP, para a implementação da Atividade "Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa (TCTC) – Fase II". 					
Observações		<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 4. 					

Código	Título do Projeto
Pr71/DIL/15	TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa
	<ul style="list-style-type: none"> • Posteriormente foi aprovada a implementação da Fase I na XXXIII Reunião de Pontos Focais da Cooperação, em Brasília, nos dias 26 e 27 de outubro de 2016. • O projeto foi previamente aprovado em sede do Conselho Científico do IILP. • Para a afetação da verba remanescente, a pertinência e o mérito técnico da atividade foram validados pela XXXIV Reunião de Pontos Focais da Cooperação, em Lisboa, nos dias 28, 29 e 30 de março de 2017. • O IILP encontra-se a implementar o projeto • O projeto procura dar resposta aos Planos de Ação de Brasília e de Lisboa para a Promoção da Língua Portuguesa e ao Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP.

2.11. PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar (2ª Fase) – Pr73/BRA/16

Código		Título do Projeto					
Pr73/BRA/16		PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar” (2ª Fase)					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Promover e desenvolver redes nacionais de partilha de conhecimento e tecnologia em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal e integrá-las com a Plataforma SKAN-CPLP</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir consórcios de entidades que atuem no sistema de inovação do sector agroalimentar, para o desenvolvimento das redes nacionais; • Capacitar as estruturas dinamizadoras de cada uma das redes, de forma a permitir a apropriação e a capacidade de aplicação da abordagem SKAN no respetivo país; • Encontrar financiamento para a implementação e posterior sustentabilidade de cada uma das redes; • Divulgar competências e necessidades tecnológicas no sector agroalimentar; • Dinamizar iniciativas e projetos que contribuam para o desenvolvimento do sector agroalimentar <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Constituição de consórcios de entidades que servirão de pontos focais para a criação de redes nacionais de partilha de conhecimento e tecnologia no sector agroalimentar em Angola, Cabo Verde e Moçambique; • Apropriação e capacidade de aplicação da abordagem SKAN, através da capacitação das estruturas dinamizadoras de cada uma das redes nos respetivos países; • Desenvolvimento de iniciativas de inovação, partilha do conhecimento, tecnologia e empreendedorismo em Angola, Cabo Verde e Moçambique, em colaboração com as estruturas dinamizadoras das redes; • Divulgação de competências e necessidades tecnológicas no sector agroalimentar. 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Camões, Portugal	INOVISA	Todos os Estados membros	EUR 135.686,53	EUR 110.000,00	EUR* 110.000,00	EUR 109.241,51	EUR 758,49
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • A segunda fase do projeto iniciou-se em fevereiro de 2017 e pretende dar seguimento aos principais resultados da 1ª fase, concluída em dezembro de 2016. • Até ao momento, já se realizaram várias ações, nomeadamente (1) encontros de entidades e projetos para desenvolvimento de redes nacionais de que atuam no sistema de inovação agroalimentar [AO, CV e MOZ]; (2) identificação de projetos das redes nacionais para financiamento; (3) iniciativas na área da inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo no sector agroalimentar [AO, CV e MOZ]; (4) levantamento de projetos e competências iniciado em Moçambique e em Cabo Verde (previsão para início em Angola brevemente). • A entidade executora solicitou, a 6 de dezembro de 2018, autorização de prorrogação até junho de 2019, para que se possam atingir todos os objetivos propostos, nomeadamente no que diz respeito à Ação 4 – Mapeamento da informação sobre competências, tecnologias e projetos, nomeadamente a sistematização e 					

Código	Título do Projeto
Pr73/BRA/16	PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar” (2ª Fase)
	<p>elaboração em catálogo de toda a informação levantada e a sua posterior validação (competências e projetos) serem atividades mais complexas do que inicialmente previstas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi concluído em junho de 2019, estando ainda em falta a apresentação da prestação de contas devida pela entidade executora até 31 de agosto de 2019.
Observações	<p>Antecedentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXXII RPFC, de outubro de 2016, em Brasília e teve início em fevereiro de 2017. • Foi concedida uma extensão do projeto até 30 de junho de 2019.

2.13. Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – 2016-2107 (Fase VIII) – Pr75/BRA/16

Código		Título do Projeto					
Pr75/BRA/16		Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – 2016-2017 (Fase VIII)					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Garantia de qualidade e segurança das obras de engenharia civil e contribuição para a preservação do património natural e construído nos PALOP e em Timor-Leste.</p> <p>Objetivo específico: Reforçar a capacidade de intervenção dos LABPALOP e da Administração Pública de Timor-Leste nas obras de engenharia civil de carácter vital, numa lógica de sustentabilidade, credibilidade e reconhecimento das suas capacidades técnicas e dos seus recursos humanos.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Finalização da operacionalização dos laboratórios de ensaios de materiais de pavimentação do LECSTP e do LEGUI; R2) Operacionalização dos laboratórios de ensaios de betões do LECSTP e do LEGUI; R3) Instalação do Laboratório de Engenharia Civil de Timor-Leste (LECTL); R4) Implementação de sistemas de gestão da qualidade e de sistemas de certificação de produtos para a construção no LEA, no LEC e no LEM; R5) Formação de técnicos e engenheiros das instituições beneficiárias em domínios considerados estratégicos em cada um dos países parceiros, através de cursos, estágios e realização de projetos conjuntos (formação “on the job”); R6) Atualização dos Centros de Documentação dos LE CPLP; R7) Realização da XXX Reunião dos Convénios de Cooperação e do 8º Encontro Técnico-Científico dos Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Camões, Portugal	Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)	PALOP e Timor-Leste	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			432.648,91	187.048,91	150.000,00	148.863,88	71.932,97
					*33.747,94		
<ul style="list-style-type: none"> Grau de Implementação 		<p>O Projeto teve o seu arranque com a realização, do Realização da XXX Reunião dos Convénios de Cooperação e do 8º Encontro Técnico-Científico dos Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP, em junho de 2017. As fases de implementação do projeto no terreno foram acordadas nessa ocasião.</p> <p>Nos últimos seis meses, deu-se continuidade às missões de assistência técnica aos Laboratórios de Engenharia dos Estados-Membros, com particular destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.</p> <p>As áreas de incidência destas atividades foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisições de novos equipamentos técnicos e científicos; - Serviços de manutenção, calibração, assistência e controlo de equipamentos; - Cursos sobre Controlo da qualidade; - Cursos de Ensaios de Terraplanagem, e - Curso de Pavimentação Rodoviária. <p>Entre 17 2 21 de junho de 2019, decorreu em Maputo, no Laboratório de Engenharia de Moçambique (LEM), o 10º Encontro Técnico-Científico dos Laboratórios de Engenharia Civil da CPLP (LE-CPLP), subordinado ao tema “Construir infraestruturas resilientes e reduzir a vulnerabilidade face às alterações climáticas”. O encontro teve como objetivo promover uma reflexão sobre a adaptação às alterações climáticas, com especial enfoque em infraestruturas críticas nos países da CPLP, envolvendo o meio Científico, Técnico e Académico de Moçambique,</p>					

Código	Título do Projeto
Pr75/BRA/16	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – 2016-2017 (Fase VIII)
	<p>conjuntamente com Parceiros dos Laboratórios de Engenharia destes países. Os temas abordados foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão de Risco; - Infraestruturas de Transporte, e - Barragens e os Recursos Hídricos. <p>Teve também lugar uma Mesa Redonda sobre Infraestruturas críticas e e alterações climáticas.</p> <p>Neste período, teve também lugar a 32ª reunião de Coordenação dos Convénios de Cooperação entre os LE-CPLP, que for realizada com um nova metodologia que, para além das Reuniões bilaterais de acompanhamento e planificação da cooperação entre os LE, operou também em reuniões multilaterais e de conjunto. O objetivo principal da Reunião do Convénio foi o de passar em revista o atual programa de cooperação, identificando os recursos ainda disponíveis, programando a sua aplicação e acertando o cronograma de execução.</p> <p>Recorde-se que a 31ª Reunião de Coordenação, de 2018, identificou como áreas de cooperação a privilegiar as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Drenagem urbana (planeamento de drenagem pluvial e saneamento básico, reabilitação de redes hidráulicas); • Qualidade e segurança da água; • Patologias e reabilitação do Património Edificado, e <p>Infraestruturas de transporte sustentáveis (estradas, caminhos de ferro e pontes).</p>
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXXIII RPFC, de outubro de 2016, em Brasília, com a categoria de Decisão 1; • As atividades prosseguiram a lógica de intervenção das Fases anteriores, desdobrando-se em ações de formação, assistência técnica bem como de apoio à aquisição de documentação e equipamentos. • A fase VIII do projeto é financiada com recursos disponibilizados por Portugal, tal como anunciados no Ofício CICAL-S/2106/5305, de 11 de novembro de 2016. • O Protocolo de financiamento foi assinado em junho de 2017. <p>* O saldo 33.747,94€ é remanescente do projeto anterior, com objetivo semelhante e mesma Entidade Executora (Pr68/DIL/15)</p>

2.14. Plano de Ética no Desporto na CPLP – Pr76/LIS/17

Código		Título do Projeto					
Pr76/LIS/17		Plano de Ética no Desporto na CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Implementação do Plano de Ética Desportiva na CPLP</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação dos núcleos, enquadradas nas respetivas direções gerais do desporto. • Constituição estruturada das equipas, que compõem os diversos núcleos de coordenação nacional. • Formação, acompanhamento e apoio aos diversos núcleos. • Formação para formadores em regime de tutoria, apoio e cooperação. • Desenvolvimento de recursos pedagógicos • Operacionalização dos diversos eixos de ação do Plano de Ética no Desporto, que em cada país ganhará as suas especificidades. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação especializada de docentes e dos diferentes agentes desportivos. Educação para a ética: população em geral, com ênfase para os jovens, crianças, Pais/Encarregados de Educação. • Incentivar a vivência dos valores éticos ao nível das diferentes modalidades e atividades desportivas, quer seja de âmbito formal ou informal. • Publicações específicas e desenvolvimento de estudos científicos sobre ética no desporto. Criação de Portal web bem como outros instrumentos digitais dedicados à temática e ao Plano em concreto. • Criação e implementação de vários concursos sobre ética no desporto no domínio das artes, jornalismo, literatura, novas tecnologias, fotografia, entre outras. • Campanhas desenvolvidas pelos núcleos em eventos desportivos, canais tv, imprensa escrita nacional e regional. 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P	Plano Nacional de Ética no Desporto	Atletas, treinadores, professores, praticantes, árbitros/ juízes, dirigentes desportivos, encarregados educação., crianças e comunidade escolar	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			74.360,00	59.360,00	59.360,00	55.164,57	4.195,43
<ul style="list-style-type: none"> • Grau de Implementação 		<ul style="list-style-type: none"> • Em fevereiro de 2018, foi realizada a 1ª formação em São Tomé e Príncipe que contou com participantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A formação teve como objetivo familiarizar os formandos com os conceitos para a elaboração ou consolidação dos seus Planos Nacionais de Ética no Desporto alinhada com os objetivos da atividade. A formação utilizada foi do tipo "formação de formadores". • No seguimento desta formação, foi elaborada uma brochura para ser utilizada pelos países beneficiários na divulgação dos seus próprios Planos Nacionais. • Realizaram-se as seguintes formações com os núcleos de cada país: Em maio de 2018, em Cabo Verde, em junho de 2018, na da Guiné-Bissau, em julho de 2018, em São Tomé e Príncipe, em julho de 2018, em Angola, e em fevereiro de 2019, em Moçambique. 					

Código	Título do Projeto
Pr76/LIS/17	Plano de Ética no Desporto na CPLP
	<ul style="list-style-type: none"> • As últimas atividades no âmbito do projeto estão previstas para terem lugar até ao final de 2019. • Aguarda-se a impressão das brochuras finais que resultam das formações realizadas nos países com o intuito de promover uma maior apropriação em torno da temática. • Com a concretização desta atividade e, após o envio do relatório final por parte da entidade executora, o projeto será encerrado.
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • A atividade foi aprovada pela IX Conferência de Ministros da Juventude e Desportos da CPLP. • O projeto foi aprovado pela XXXIV RPFC com categoria de Decisão 2. • O Protocolo entre o SECPLP e o IPDJ foi assinado a 15 de setembro de 2018. • A atividade está alinhada com os objetivos da CPLP, designadamente com a Visão Estratégica e com os ODS. • A atividade foi aprovada com a categoria de decisão 2, após o envio de cartas de compromisso dos Diretores Nacionais;

2.15. Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora" – Pr77/LIS/17

Código		Título do Projeto					
Pr77/LIS/17		Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora"					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Formar 10.000 mulheres e Formar 300 formadores</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar as oportunidades de trabalho digno e de rendimentos para mulheres nas famílias e nas comunidades 2. Permitir que as mulheres empresárias com rendimentos baixos e as respetivas famílias passem da geração de rendimentos marginais a um desenvolvimento económico lucrativo 3. Contribuir para o empoderamento social e económico da população feminina na pobreza e à margem da sociedade 4. Fomentar o espírito empreendedor das participantes fornecendo-lhes ferramentas e apoio para a implementação de negócios próprios 5. Participar na melhoria das condições de vida das participantes nas formações permitindo-lhes a aquisição de saberes técnicos e práticos que fomente o seu desenvolvimento pessoal e profissional 6. Contribuir para a melhoria da saúde pública pela implementação de práticas saudáveis de higiene e alimentação através da introdução de rotinas diárias que demonstrem a necessidade de tais práticas 7. Criar condições físicas para a prática do ensino melhorando as instalações da Escola 8. Fomentar a empregabilidade entre os quadros da Guiné-Bissau promovendo a criação de um grupo de trabalho exclusivamente com cidadão nacionais. 9. Criar uma bolsa de voluntários permanentes e eventuais que assegurem atividades extra formação que permitam o alargamento de competências transversais às participantes <p>Resultado(s) Esperado(s): R1 - Projetos de vida alternativos com a criação de negócios próprios; R2 - Aumento de competências pessoais, sociais e profissionais; R3 - Igualdade de oportunidades, através do igual acesso a direitos de participação cívica, qualificação, educação e integração no mercado de trabalho; R4 - Igualdade de género, através da educação e formação; R5 - Cidadania ativa, através da participação cívica das mulheres na sociedade guineense.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
			EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
Fundo Especial	Rede das Mulheres Operadoras Económicas da Guiné-Bissau	Mulheres Guineenses sem ou com baixa escolaridade	1.111.16,17	300.136,37	35.000,00	15.900,00	19.100,00
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • A entidade executora apresentou um cronograma de atividades revisto e a implementação do projeto teve inicio em março de 2019, após a assinatura do Protocolo entre as partes. 					
Observações		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto aprovado em sede da XXXIV RPFC com a categoria 3, com montante aprovado para financiamento de 35.000€. • A versão reformulada do projeto ainda foi remetida ao Secretariado Executivo e aos Pontos Focais de Cooperação, que se pronunciaram positivamente sobre o projeto e o aprovaram com categoria de decisão 1, em sede da XXXVI RPFC. • A entidade executora apresentou garantias do financiamento total, em momento prévio à elaboração do protocolo e à transferência de recursos e aceitando a necessidade de haver uma prestação de contas específica sobre este valor. 					

2.16. 4ª fase do Projeto "Meninos de Rua: Inclusão e Inserção" – Pr78/LIS/18

Código		Título do Projeto					
Pr78/LIS/18		4ª fase do Projeto "Meninos de Rua: Inclusão e Inserção"					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Contribuir para a criação de um ambiente favorável à coresponsabilização de toda a sociedade relativamente à proteção de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e promoção dos seus direitos.</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforçar as capacidades das organizações membro da Rede Vozes de Nós e outras organizações da sociedade civil em metodologias de arte-educação; Reforçar a articulação entre os diferentes atores – estatais, não-governamentais e internacionais – dentro cada país e no contexto da CPLP; Reforçar o quadro das políticas de infância, em particular para as crianças em situação de vulnerabilidade, nos países membros e no quadro da CPLP. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoar metodologias de trabalho das organizações parceiras diversificadas e reforçadas; Difundir metodologias de arte-educação ao nível dos países parceiros com vista à sua possível replicação noutros contextos geográficos dos países da CPLP; Ampliar e aprofundar as redes de colaboração entre organizações da sociedade civil e ao nível da CPLP; Reforçar a articulação entre organizações da sociedade civil e instituições estatais com responsabilidade no domínio da proteção à infância; Refletir e apresentar um contributo para uma política sectorial na área dos direitos das crianças ao nível da CPLP e favorecer as condições para a elaboração de políticas nacionais nos estados que não dispõem de uma; Criar um ambiente favorável no quadro da CPLP e nos diferentes países para um debate público sobre direitos das crianças e jovens, e em particular daquelas em situação de vulnerabilidade 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
FE CPLP, Angola e Instituto Camões	ACEP	ACRIDES (CV); AMIC (GB); CRIA (BR); Meninos de Moçambique (MOÇ); Fórum Comunicações e Juventude (TL); Fundação Novo Futuro (STP); Okutiuka (ANG).	EUR 132.247,00	EUR 108.483,00	EUR 110.400,00	EUR 95.650,81	EUR 14.749,19
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> O protocolo foi assinado em maio de 2018 e as atividades iniciaram-se em junho. Foi acordada entre todas as organizações a data para o encontro Arte e Educação em Salvador, para 18 a 23 de Novembro de 2018, por proposta do parceiro CRIA (Brasil) que ficou encarregue de elaborar uma primeira proposta para a organização dos trabalhos. O Seminário contará com a participação de todos os parceiros e será realizado no quadro da Mostra de Arte-educação "A Cidade Cria: cenário de cidadania", o que permitirá a disseminação de metodologias de arte-educação nos PALOP e em Timor-Leste; Foi enviado pela ACEP um orçamento desdobrado, por país, para a realização das atividades, um conjunto de instruções relativas à gestão e estão a ser realizadas as transferências para os primeiros seis meses; Foram identificados pela ACEP as atividades previstas em país e estão a ser feitas com cada parceiro as 					

Código	Título do Projeto
Pr78/LIS/18	4ª fase do Projeto "Meninos de Rua: Inclusão e Inserção"
	<p>adaptações a cada situação concreta, tendo em conta que esta fase se iniciou mais tarde do que a prevista aquando da elaboração do documento de Projeto;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estão a ser preparadas as primeiras deslocações aos países por parte da equipa da ACEP que será possível realizar antes do encontro em Salvador e que deverão incluir Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; ▪ A preparação do processo de diagnósticos sociais / políticos / legislativos foram o ponto de partida para o início das atividades após a aprovação do financiamento, e a assinatura da convenção a 17 de Maio; ▪ A ACEP e os parceiros discutiram a melhor forma de desenvolver as atividades, incluíram atividades novas e redefiniram outras, para adaptar o projeto às necessidades; ▪ Acordou-se que a ACEP iria elaborar um guião de apoio aos diagnósticos para apoiar a preparação dos <i>ateliers</i> e sistematizar os avanços dos trabalhos em cada país (propostas de políticas nacionais e para a CPLP. Esse guião foi elaborado e disponibilizado (em anexo documento com exercício feito pela Guiné-Bissau); ▪ O Encontro da Rede, em Salvador, realizou-se integrado no Festival Cidade Cria, entre 4 e 8 de Dezembro; ▪ O calendário programado para trabalhos foi: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Angola: trabalho alargado no Huambo a outras 3 províncias na semana de 18 a 23 de Março (programada a participação da diretora da ACEP); ▪ Cabo Verde - programado para 20 a 22 de Fevereiro, na Cidade da Praia e alargado a organizações de mais duas ilhas (programada a participação da diretora da ACEP); ▪ Guiné-Bissau - foi feita uma primeira restituição interna à equipa e ao grupo de teatro e dança que anima, no início de Janeiro. Sessões alargadas terão lugar na semana de 8 a 12 de Abril, procurando evitar o calendário eleitoral (programada a participação da diretora da ACEP); ▪ Moçambique - programado para a semana de 18 a 22 de Março, em Maputo (programada a participação do responsável da ONG portuguesa, o Chapitô, que tem colaborado com a ACEP no projeto); ▪ Timor-Leste - realização na semana de 3 a 9 de fevereiro (programada a participação do responsável da ONG portuguesa, o Chapitô, que tem colaborado com a ACEP no projeto); ▪ São Tomé e Príncipe - a definir durante a visita da ACEP ao país no âmbito de outros projetos. ▪ A entidade executora para o SECPLP um documento de propostas de orientações de política e de medidas para a CPLP, propostas relativas também ao domínio da arte/educação e uma proposta da Rede Vozes de Nós para que a CPLP se constitua como Provedoria juntos dos Estados-Membros em determinadas áreas. Este documento poderá ser uma base de debate para um futuro documento de política da CPLP para esta área da criança e jovem em situação de vulnerabilidade. ▪ O SECPLP recebeu igualmente um documento de relatos - dos ateliers, encontros, workshops - de sessões de trabalho participado em diversos formatos, realizados nos Estados-Membros, relatos que dão conta dos processos em cada país. ▪ Está em fase de afinação um documento extenso e em fase de afinação de propostas para cada Estado-Membro, elaboradas no percurso da 4ª fase do projeto que a entidade executora fará chegar futuramente, como anexo ao Relatório de Atividades e Prestação de Contas.
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado pela XXXVI RPFC com a categoria de decisão 1 e conseqüentemente, o financiamento da atividade pela 212ª Reunião Ordinária do CCP. • O Protocolo entre a CPLP e ACEP foi assinado a 17 de maio de 2018.

2.18. Rede de Jornalismo Jovem Digital – Portal Conexão Lusófona – Fase 3 – Consolidação e Expansão - Pr79/LIS/18

Código		Título do Projeto													
Pr79/LIS/18		Rede de Jornalismo Jovem Digital – Portal Conexão Lusófona – Fase 3 – Consolidação e Expansão													
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> Manter e aprimorar a plataforma virtual existente nas suas diversas valências de forma a aproximar os jovens da CPLP e da Diáspora, promovendo o conhecimento mútuo e as oportunidades neste espaço de língua comum; Gerar um sentimento de identificação e pertença dos jovens à CPLP; Projetar internacionalmente a multiculturalidade e as oportunidades da nossa Comunidade; Divulgar os ODS e a agenda 2030; Reforçar a cidadania ativa dos jovens no espaço CPLP, contribuindo para a valorização da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social, assim como o desenvolvimento assente na cooperação mutuamente vantajosa. <p>Objetivo(s) específico(s): Aperfeiçoamento de uma rede de jornalismo digital e de um Portal para os jovens da CPLP e Diáspora que permita:</p> <ul style="list-style-type: none"> Aumentar o nº de jovens que despertam para a CPLP e para a agenda 2030 promovendo um maior conhecimento mútuo entre as sociedades e culturas que integram este espaço; Promover e difundir a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e da cooperação em rede; Desenvolvimento de uma rede virtual e social de conteúdos, que compreenda o envolvimento de jovens em cada um dos espaços da CPLP através do Jornalismo Digital Colaborativo (com Criação ou Parceria com clubes de jornalismo nas Instituições de Ensino da CPLP); Contribuir para o aumento e eficácia da cidadania ativa, formação, mobilidade, empregabilidade, empreendedorismo e inovação juvenil no espaço da CPLP. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> Crescimento da visibilidade do Portal enquanto ferramenta cultural da língua portuguesa onde os cidadãos e sobretudo a juventude possa conhecer, refletir e viver o espaço da CPLP diariamente. Ultrapassar barreiras geográficas aproximando os jovens cidadãos da CPLP e da Diáspora, contribuindo assim para a promoção de um conhecimento mútuo entre as sociedades que integram. Contribuir para a disseminação e o acesso às TIC na CPLP; Capacitar e formar jovens na área do jornalismo digital; (principalmente nas instituições de ensino superior e técnico profissional). Estimular o reforço e utilização da Língua Portuguesa, a Educação para as TIC bem como a Educação não Formal (ENF) e a Educação para o Desenvolvimento (ED), sensibilizando a juventude para os ODS. Aumentar significativamente o número de jovens formadores de opinião com sensibilidade, consciência e ação para o tema CPLP e para os ODS; 													
		Entidade Financiadora		Entidade Executora		Beneficiário (s)		Valor Total Projeto		Recursos solicitados FE		Valor consignado		Valor desembolsado	
FE CPLP e		Conexão		Jovens (18 e os 35 anos)		EUR		EUR		EUR		EUR		EUR	

Código		Título do Projeto					
Pr79/LIS/18		Rede de Jornalismo Jovem Digital – Portal Conexão Lusófona – Fase 3 – Consolidação e Expansão					
Instituto Camões	Lusófona	Estudantes do Ens. Superior e Escolas Profissionais da CPLP, Univ. Estrangeiras; Associações Estudantes/Juvenis; Empresas; Associações de comunidades imigrantes	221.800,05	96.330,15	96.330,15	82.568,70	13.761,45
<ul style="list-style-type: none"> Grau de Implementação 		<ul style="list-style-type: none"> O protocolo foi assinado em maio de 2018 e a EE só arrancou com as atividades programadas no projeto em junho; Com base no <i>dossier</i> que apresenta os resultados da 1ª parte desta terceira fase do projeto, continua a sensibilizar governos, instituições e empresas da pertinência da aposta na juventude da CPLP, bem como para o potencial de investimento em projetos desta natureza, à semelhança das fases anteriores; O projeto encontra-se na fase de recrutamento e capacitação da equipa da redação central na cidade do Porto. Ao mesmo tempo, procura-se a estabelecer os primeiros contactos e a discutir o formato de parcerias com várias escolas e universidades da CPLP para a criação de Clubes de Jornalismo; Optou-se, em primeiro, por uma audição geral às instituições de todos os países para perceber onde poderá haver mais vontade de colaboração local; O país que está mais avançado na implementação da cooperação é, para já, o Brasil, onde já foi identificada mais de uma parceria; A abertura de uma nova redação no Porto, além de cumprir a orientação estratégica do programa de cofinanciamento deste projeto, o concurso "Portugal Inovação Social", do qual a CL saiu vencedora, representa uma grande oportunidade de estar presente numa cidade com grande concentração de jovens qualificados de todas as nacionalidades lusófonas. Associar essa oportunidade de acesso a um rico e diverso capital intelectual, com a possibilidade de dotar essas equipas de ferramentas apropriadas, para que as mesmas tenham condições técnicas de ir além da seleção/curadoria e tratamento de conteúdo já existente, contribuindo assim para a motivação e desenvolvimento de matérias originais, de raiz, incentiva o aprofundamento de temas de interesse da comunidade; Ressalta-se o aprimoramento dos métodos de trabalho das equipas já existentes com ampliação dos clubes de jornalismo ou jovens correspondentes, nos diversos Estados-Membros. A verdadeira dimensão coletiva do projeto depende do sucesso desse processo em expandir os clubes de jornalismo mantendo, entretanto, as equipas integradas e em constante comunicação para a troca de experiências, aprendizagens e colaborações mútuas. Transformar esse processo na realidade do dia-a-dia desses grupos, na maior parte do tempo por via digital, depende de pessoal qualificado, métodos bem definidos e cumpridos com rigor; A monitorização da implementação do projeto passa essencialmente por uma equipa de gestão atenta aos compromissos registados em documento de projeto (quer na candidatura dos PFC quer na candidatura do Portugal Inovação Social); Existe uma reunião semanal com vista ao acompanhamento de todas as atividades em curso, identificação de obstáculos, propostas de soluções, definição dos próximos passos e distribuição de tarefas. O projeto, em conformidade com o plano de atividades e o protocolo estabelecido, está finalizado. Aguarda-se o envio do Relatório Final e a Prestação de Contas desta 3ª fase do projeto. 					
Observações		<u>Antecedentes:</u> <ul style="list-style-type: none"> O projeto foi aprovado pela XXXVI RPFC com a categoria de decisão 1e consequentemente, o financiamento da atividade pela 212ª Reunião Ordinária do CCP. O Protocolo entre a CPLP e Conexão Lusófona foi assinado a 18 de maio de 2018. 					

2.19. Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa – 2019-2022 – Pr80/LIS/19

Código	Título do Projeto
Pr80/LIS/19	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa: 2019-2022
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)	<p>Objetivo(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar e desenvolver os Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) dos países da CPLP, com particular ênfase na capacitação dos PALOP e Timor-Leste; • Contribuir para o desenvolvimento da Capacidade Estatística nos países da CPLP. <p>Objetivo(s) específico(s): Reforçar as instituições e capacitar os quadros dos Institutos Nacionais de Estatística (INE) dos países da CPLP com conhecimentos e técnicas fundamentais em cada uma das áreas de intervenção abrangidas pelo programa, nomeadamente: Apoio Institucional (Classificações Conceitos e Nomenclaturas; Comunicação; Legislação; Planeamento e Custeio de Atividades; Recursos Humanos; Coordenação), Difusão, Geoinformação, IPC e Indicadores de Curto Prazo, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Qualidade e Formação na ENCE-IBGE.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Técnicos capacitados em cada uma das áreas de intervenção; R2) Classificações, Conceitos e Nomenclaturas disponibilizadas, atualizadas de acordo com os últimos quadros internacionais; R3) Ações de formação das classificações desenvolvidas para entrada em pleno funcionamento; R4) Capacidade reforçada na relação com os media e nos instrumentos de comunicação, bem como na construção e promoção da imagem da instituição; R5) Legislação do SEN e outra complementar melhorada e/ou implementada e capacitação/desenvolvimento de competências para a respetiva aplicação (Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste); R6) Técnicos formados em Instrumentos de planeamento e custeio de atividades; R7) Reforço das competências de gestão organizacional na área de Recursos Humanos; R8) Capacidade reforçada no domínio da Coordenação da cooperação, nomeadamente no apoio à decisão executiva e na gestão de projetos de cooperação internacional; R9) Capacidade reforçada no domínio da implementação da Infraestrutura Estatística de Dados Espaciais (Global Statistical Geospatial Framework – GSGF), para suporte à produção estatística e na gestão e constituição de dados geográficos; R11) Capacidade reforçada no domínio do Índice de Preços no Consumidor (IPC), Indicadores de Curto-Prazo (ICP) e Análise de Conjuntura; R12) Capacidade reforçada em matéria de disseminação da informação e na melhoria da relação com os utilizadores, nomeadamente através da promoção de iniciativas de literacia estatística; R13) Desenvolvimento de competências em matéria de monitorização da Agenda 2030, com particular enfoque no reforço da capacidade de produção/monitorização de indicadores ODS e comunicação dessa informação; produção de publicação comum de acompanhamento do progresso dos ODS em todos os países da CPLP; R14) Desenvolvimento e/ou consolidação de sistemas de gestão da qualidade da produção estatística, e R15) Formação profissional de quadros em áreas necessárias para a consolidação das suas organizações, tanto a nível institucional como técnico (reforço dos sistemas de produção);</p>

Código		Título do Projeto					
Pr80/LIS/19		Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa: 2019-2022					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
			EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
Instituto Camões	Instituto Nacional de Estatística, INE	Estruturas equivalentes ao INE nos PALOP e Timor-Leste	1.119.810,24	547.800,49	547.800,49	0,00	547.800,49
<ul style="list-style-type: none"> Grau de Implementação 		<ul style="list-style-type: none"> A atividade arrancará com a VIII Conferência Estatística da CPLP, que terá lugar em Malabo, entre 15 e 17 de julho de 2019. 					
Observações		<u>Antecedentes:</u> <ul style="list-style-type: none"> O projeto foi aprovado na XXXVIII RPFC, a 19 fevereiro de 2019. O Protocolo de Financiamento foi assinado em julho de 2019. 					

2.20. Plataforma SKAN CPLP – Organização de Evento SKAN 2019 – Pr81/LIS/19

Código		Título do Projeto					
Pr81/LIS/19		Plataforma SKAN CPLP – Organização de Evento SKAN 2019					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Organizar um evento de encerramento da 2ª fase da Plataforma SKAN CPLP, que espelhe todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar as competências e tecnologias no sector agro-alimentar; • Dinamizar projectos que contribuam para o desenvolvimento do sector agro-alimentar; • Promover boas práticas e transferi-las para outros EM da CPLP e conseqüentemente melhorando a SAN. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lançar os catálogos de competências e projectos de Angola, Cabo Verde e Moçambique e divulgar competências e tecnologias para o desenvolvimento do sector agro-alimentar e que contribuam para a SAN; • Promover e partilhar boas práticas para o desenvolvimento do sector agro-alimentar e da ESAN na CPLP • Desenvolver novos projectos, colaborações e iniciativas de inovação e partilha de conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento do sector agro-alimentar e da SAN na CPLP. 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Instituto Camões	INOVISA	Todos os Estados membros	EUR 70.356,43	EUR 56.929,63	EUR 56.929,63	EUR 0,00	EUR 56.929,63
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • O protocolo foi assinado no final de junho, prevendo-se o inicio da implementação do projeto para o início de julho. 					
Observações							

2.21. Portal da Cultura da CPLP – Pr82/SAL/18

Código		Título do Projeto					
Pr82/SAL/18		Portal da Cultura da CPLP – Pr82/SAL/18					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Reforçar a partilha de informação sobre programas, projetos e atividades culturais, documentação técnica e dados sobre a cultura na CPLP, no âmbito da implementação do Eixo III – Internacionalização da CPLP no Domínio da Cultura, do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP, aprovado na IX Reunião de Ministros da Cultura da CPLP (Maputo, 2014), e identificado como atividade prioritária pela deliberação 9, alínea g), da Declaração Final da X Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP (Salvador, 2017)</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recolha e partilha de dados, estudos e informações sobre programas, projetos e atividades culturais, boas práticas, experiências relativas ao domínio cultural dos Estados membros da CPLP • Partilha de informação sobre: (1) políticas culturais entre os Estados-Membros da CPLP; (2) legislação dos Estados Membros sobre a circulação de bens culturais; (3) convenções internacionais em matéria de Proteção de Direitos de Autor e Direitos Conexos nos Estados-Membros; convenções culturais ratificadas pelos Estados-Membros • Divulgar informação sobre instituições, programas e atividades culturais nos Estados membros da CPLP, incluindo a criação da Agenda Cultural da CPLP e sua divulgação; • Facultar o livre acesso a informação sobre programas de suporte à identificação, preservação, restauro e proteção do património cultural • Compilar hiperligações das Revistas Culturais Eletrónicas dos Estados-Membros da CPLP. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Portal eletrónico que facilite: (1) o acesso a informação de dados sobre a cultura nos Estados membros da CPLP; (2) mapeamento e ligação em rede das instituições culturais; (3) a articulação entre aos agentes da cultura da CPLP; (4) ampla divulgação dos atores culturais e de atividades culturais da CPLP; 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
-	Secretariado Executivo (DACLP)	Agentes culturais; profissionais do setor da cultura; docentes e investigadores; público em geral	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			37.008,25	37.008,25	-	-	-
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • Atividade não implementada. 					
Observações		<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXXVII RPFC, a 12 de julho de 2018, com categoria de decisão 4. Aguarda a alocação de recursos. 					

2.22. Campanha "Juntos contra a Fome": Projecto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela – H2014027

Código		Título do Projeto					
H2014027		Campanha JcF: Projecto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Promover boas práticas de produção agro-ecológicas de hortícolas nas baixas de Zandamela por forma a aumentar a produção e produtividade, e melhorar a dieta alimentar e o estado nutricional de crianças menores de 12 anos de idade.</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sensibilizar a comunidade para a adoção e utilização de alimentos de alto valor nutritivo; 2. Fortalecer a educação nutricional de crianças e mães nos centros de saúde, escolas e na comunidade; 3. Incrementar a produção de hortícolas nas baixas de Zandamela. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • 200 Produtores treinados em tecnologias de produção agroecológica de hortícolas e fornecidas sementes melhoradas; • Crianças frequentando escolinhas comunitárias e recebendo formação e lazer que lhes fornecem conhecimento e habilidades necessárias da vida; • Ativistas de saúde treinados e 12000 membros da comunidade com conhecimento sobre boas práticas de nutrição para crianças menores de 5 anos e alternativas de suplementação de crianças com problemas de malnutrição usando produtos localmente disponíveis; • Membros da comunidade habilitados sobre processamento e conservação caseira de diferentes produtos e com conhecimentos sobre a suplementação alimentar para crianças com malnutrição. • Comunidades produzindo hortícolas e variação da dieta alimentar nas famílias. 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Fundo Especial	Associação Kulani Kuati Vanana (AKKV)	Crianças dos 0 aos 12 anos de idade e mulheres residentes em 14 povoados do posto administrativo de Zandamela.	EUR	EUR	EUR	EUR	EUR
			36.117,28	36.117,28	36.117,28	0,00	36.117,28
• Grau de Implementação		• Prevê-se o início das atividades para o mês de julho de 2019.					
Observações		<ul style="list-style-type: none"> • O protocolo foi assinado com a entidade executora no final de junho de 2019; • A primeira transferência será realizada no início de julho 2019 – aguarda-se o envio da documentação necessária. 					

2.23. Campanha "Juntos contra a Fome": Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro- pecuários e empreendedorismo- H2014028

Código		Título do Projeto					
H2014028		Campanha JcF: Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro- pecuários e empreendedorismo					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Dotar os formandos de competências práticas e conhecimentos relativos ao processamento de produtos agropecuários, e despertar nestes o "espírito empreendedor" nos domínios da horticultura e pecuária, que são consideradas duas das principais vertentes dinamizadoras do agro-negócio.</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Conhecer as características e funções das matérias-primas utilizadas durante o processo produtivo; 2- Processar produtos hortofrutícolas e derivados do leite carne e peixe; 3- Aplicar as boas práticas de higiene e segurança alimentar; 4- Manipular de forma correta os equipamentos utilizados no processo produtivo; 5- Determinar e realizar as análises básicas de controlo e qualidade dos produtos; 6- Fomentar a organização dos produtores de produtos agrícolas e pecuários em rede. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • R1 – 80 mulheres chefes de família na planificação e implementação do seu agro-negócio, utilizando da melhor forma possível todos os recursos de que dispõem, em relação às técnicas de processamento e de controlo de matérias-primas e de produtos agro-pecuário; • R2 – Quatro ações de formação em empreendedorismo e gestão de pequenos negócios realizadas; • R3 – Quatro ações de formação em Comunicação e relações interpessoais realizadas. 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Fundo Especial	Plataforma das ONG de Cabo Verde	80 Mulheres chefes de família e/ou a procura de emprego,	EUR 43.200,00	EUR 36.888,00	EUR 36.888,00	EUR 0,00	EUR 36.888,00
• Grau de Implementação		• Prevê-se o início das atividades para o mês de julho de 2019.					
Observações		<ul style="list-style-type: none"> • O protocolo foi assinado com a entidade executora no final de junho de 2019; • A primeira transferência será realizada no início de julho 2019 – aguarda-se o envio da documentação necessária. 					

2.24. Campanha "Juntos contra a Fome": Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento - H2014029

Código		Título do Projeto					
H2014029		Campanha JcF: Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Consolidar o associativismo dos jovens agricultores, com enfoque na melhoria da produção, transformação e tomada de decisão ao nível de micro associações, contribuindo para o aumento da segurança alimentar.</p> <p>Objetivo(s) específico(s): Jovens agricultores reforçam o seu associativismo e aumentam a produção e transformação de produtos agrícolas</p> <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • R1 - Consolidação de 5 pequenas associações locais de jovens agricultores • R2 - Produção horto-frutícola e conservação de produtos • R3 - Aumento da transformação de produtos agrícolas e armazenamento 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Fundo Especial	COAJQ - Cooperativa Agro-Pecuária de Jovens Quadros de Canchungo	280 produtores membros de 5 associações de jovens agricultores	EUR 89.419,78	EUR 37.061,80	EUR 37.061,80	EUR 0,00	EUR 37.061,80
• Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • O projeto ainda não foi iniciado. • Decorrem consultas com a entidade executora para aferir pertinência e atualidade dos objetivos identificados aquando da aprovação da atividade. Desse processo poderá resultar a adequação dos objetivos da atividade à realidade atual no terreno, 					
Observações		<ul style="list-style-type: none"> • Projeto aprovado em sede da XXXVI RPFC; 					

3. Resumo das Ações Pontuais em Curso

Codificação	Identificação da atividade	Entidade Financiadora	Entidade Executora	Montantes solicitados ao FE (€)	Montantes consignado ao FE (€)	Montante Executado (30/06/2019)	Saldo Atual (30/06/2019)
Ap06/LB/06	Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	ABC	ABC, Brasil	43.441,54	43.441,54	42.309,46	1.132,08
Ap42/DIL/15	2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil	FE + Camões	SECPLP	97.570,88	40.900,00	33.467,20	7.432,80
Ap47/LIS/18	Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP	IPDJ	Min. Juv. Desp STP	349.375,00	349.375,00	348.117,25	1.257,75
Ap48/LIS/18	6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes		INA	15.900,00	15.900,00	-	15.900,00
AP50/LIS/18	V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (RGB)	FE	ASPEA	25.000,00	27.626,22	21.092,56	6.533,66
Ap51/LIS/19	CPLP por um Mar Limpo II	FE	APLM	3.328,40	3.328,40	2.173,72	1.154,68
AP52/SAL/18	Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP	-	-	43.980,20	-	-	-
AP53/SAL/19	Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP	-	-	27.517,60	-	-	-
TOTAL				606.113,62	480.571,16	447.160,19	33.410,97

4. Quadro de Execução das Ações Pontuais em Curso

4.1. Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP - Ap06/LB/06

Código		Título da Ação Pontual					
Ap06/LB/06		Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Supervisionar e monitorar a implementação dos projetos brasileiros de cooperação técnica, implementação por intermédio da CPLP, com a presença <i>in loco</i> de representantes do MRE/ABC sempre que necessário.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Presença de titulares da ABC, ou dos seus representantes, em eventos singulares que venham a ocorrer no âmbito dos projetos (abertura ou encerramento de cursos e seminários, apresentações sobre a CTPD brasileira, etc.); R2) visitas sistemáticas aos projetos implementados com o apoio do Brasil e obtenção de informações <i>in loco</i> sobre a sua execução; R3) Monitorização periódica dos projetos e de relatórios específicos sobre o seu ponto de situação atual; R4) Melhor aproveitamento das oportunidades da cooperação.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total do Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
ABC, Brasil	ABC, Brasil	ABC, Brasil	EUR 58.814,00	EUR 43.441,54	EUR 44.923,75	EUR 42.309,46	EUR 1.132,08
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> O Brasil tem vindo a fazer uso desta Ação Pontual para dar continuidade ao seu exercício de supervisão, monitorização e implementação de projetos que recolhem brasileiros destinados a cooperação técnica e implementados pela CPLP. 					
Observações		<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> A Ação Pontual foi aprovada na XII RPFC, de Fevereiro de 2006, em Lisboa; A Ação Pontual foi aprovada na XXVII RPFC, de Julho de 2013, em Maputo. A II Fase desta AP é financiada com recursos remanescentes do PR Pr25/LB/07 - Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Salas Verdes). 					

4.2. 2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil – AP42/DIL/15

Código		Título da Ação Pontual					
AP42/DIL/15		2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Apoiar o “Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil - 2016” e as iniciativas programadas relativamente à Campanha Conjunta do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil da CPLP – OIT</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Chamar a atenção de todos para a importância da implementação das Convenções nº 138 (estabelece idade mínima para admissão do emprego) e nº 182 (trata das piores formas de trabalho infantil); – Realizar uma Reunião dos Pontos Focais da CPLP sobre o Trabalho Infantil, durante o ano de 2016, em preparação da IV Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, prevista para 2017, na Argentina. <p>Resultado(s) Esperado(s): R1: Publicar informações em língua portuguesa relativo ao trabalho infantil nos Estados membros da CPLP; R2: Reforçar a prioridade na erradicação do trabalho infantil no conjunto da CPLP; R3: Reafirma o compromisso com a erradicação do trabalho infantil, situação que expressa a violação dos direitos a que são submetidas crianças e adolescentes, e que resulta na perpetuação das condições de pobreza e miséria; R4: Salientar os esforços conjuntos que vêm sendo desenvolvidos com a OIT; R5: Partilhar boas práticas e experiências no domínio do trabalho Infantil entre Estados membros da CPLP.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
FE CPLP e Instituto Camões	Secretariado Executivo da CPLP /OIT Lisboa	EM da CPLP	EUR 105.725,88	EUR 97.570,88	EUR 40.900,00	EUR 33.467,20	EUR 7.432,80
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • A ação pontual teve o seu início com a realização da V Reunião dos Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil da CPLP, realizada a 27 de janeiro 2016, à margem da Ação de “Formação de Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil dos Países da CPLP” coorganizada pela Organização Internacional do Trabalho e pelo Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP). Os principais resultados desse encontro podem ser sistematizados nos seguintes pontos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificação do empenho do SECPLP e dos Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil no sentido do aumento da visibilidade política para a problemática nos Estados-membros da CPLP; ▪ Produção de uma carta de recomendação conjunta da OIT e SECPLP dirigida aos Estados-membros apelando, àqueles que ainda não o fizeram, à ratificação das convenções fundamentais da OIT nesta matéria; ▪ O SECPLP e os Pontos Focais reiteraram o seu compromisso firme no sentido da criação de condições para a erradicação de todas as formas de Trabalho Infantil até 2025 em consonância com a meta 8.7. do objetivo 8º “Trabalho Digno e Crescimento Económico” da Agenda de Desenvolvimento Sustentável. • Durante a referida reunião foi ainda aprovado o Plano de Atividades proposto pelo Secretariado Executivo da CPLP para a celebração deste ano da CPLP. • O Ano foi oficialmente aberto a 17 de fevereiro de 2016, numa cerimónia na Assembleia da República de Portugal. Desde esse momento, intensificaram-se as atividades para a participação da CPLP na IV Conferência 					

Código	Título da Ação Pontual
AP42/DIL/15	2016 – Ano CPLP contra o Trabalho Infantil
	<p>Global sobre este tema, que se realizou na Argentina, em 2017, nomeadamente pela:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Intensificação da visibilidade política para a problemática nos Estados-membros da CPLP; – Produção de uma carta de recomendação conjunta da OIT e SECPLP apelando à ratificação das convenções fundamentais da OIT nesta matéria, pelos Estados membros que ainda não o fizeram; – Aprovação dos Planos Nacionais contra o Trabalho Infantil, nos Estados-membros que ainda não o fizeram; – Implementação e aprovação das Listas dos Trabalhos Perigosos interditos a Crianças, nos Estados-membros que ainda não o fizeram; – Preparação de uma posição concertada da CPLP a ser apresentada na IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil a ter lugar na Argentina em 2017; – Preparação de um novo Plano Estratégico da CPLP contra o Trabalho Infantil com base no balanço dos resultados alcançados pelo Plano de Ação e Documento de Ação, e – Preparação e disseminação de material alusivo ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil e ao Ano para os pontos focais e parceiros da Sociedade Civil. <ul style="list-style-type: none"> • Todos estes temas viriam a ser retomados numa Reunião Informal dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP, realizada em Genebra, a 8 de junho de 2016, à margem da 105ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT). • Realizou-se, ainda, a VI Reunião dos Pontos Focais do Trabalho Infantil da CPLP a 29 de agosto de 2016 no âmbito do Workshop de Formação sobre Planos de Ação Nacionais e Listas Nacionais de Trabalhos Perigosos Proibidos a Crianças, para representantes tripartidos de países da CPLP de 30 de Agosto a 01 de Setembro de 2016, em Lisboa. • O saldo remanescente desta atividade foi utilizada em junho de 2018 no âmbito da Campanha Conjunta OIT-CPLP / Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, pelo 8º ano consecutivo, com a elaboração de cartazes e brochuras alusivos ao lema deste ano que visa não só eliminar o trabalho infantil como melhorar a segurança e a saúde dos/as trabalhadores/as jovens. • O material produzido foi reencaminhado aos Pontos Focais do Trabalho Infantil dos EM com o intuito de apoiar as iniciativas nacionais no âmbito do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. • O SECPLP obteve informação de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe de várias iniciativas levadas a cabo, a nível nacional, e no âmbito da Campanha Conjunta OIT-CPLP. • Utilizou-se o saldo remanescente para o lançamento da 9ª edição da Campanha Conjunta da OIT- CPLP alusiva ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil - 2019, sob o lema "As Crianças Não Devem Trabalhar nos Campos, Mas em Sonhos". • O SECPLP reproduziu, em português, os cartazes e as brochuras da campanha internacional da OIT e, em parceria com a RTP, divulgou um spot televisivo entre 5 e 12 de junho, também acessível no portal da CPLP.
Observações	<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado na XXXI RPFC, de julho de 2015, em Díli, com a categoria de Decisão 2. • O Fundo Especial dispõe já de Euros 25.000,00 consignados por Portugal em 19 de outubro de 2015. • O Financiamento por parte da OIT da Ação de "Formação de Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil dos Países da CPLP" e da V Reunião dos Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil da CPLP, representa uma importante poupança de recursos face ao orçamento desta Ação Pontual.

4.3. Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP – Ap47/BRA/17

Código		Título da Ação Pontual					
Ap47/LIS/17		Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Reforçar a solidariedade entre povos dos Estados-Membros da CPLP através da Cooperação Desportiva; e a realização dos Xi Jogos Desportivos da CPLP Implementação do Plano de Ética Desportiva na CPLP.</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> Obras de beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé; Criação das condições necessárias para acolher os participantes nos XI Jogos Desportivos da CPLP; e Assegurar condições de higiene, saúde, segurança e conforto no alojamento e alimentação dos jovens e das equipas técnicas que os acompanham. <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> Obras no Liceu Nacional de S. Tomé realizadas; Liceu Nacional de S. Tomé dotado de melhores condições ao nível de higiene, saúde, segurança e conforto; Liceu Nacional Preparado para assegurar condições para o alojamento e alimentação dos jovens atletas e das equipas técnicas dos XI Jogos Desportivos da CPLP; Criadas melhores condições para a comunidade educativa de S. Tomé, num total estimado de 6.500 alunos/ano e professores. 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P	Direção Geral do Desportos do Ministério da Juventude e do Desporto de STP	400 jovens atletas e equipas técnicas; e 6500 alunos/ano e professores do Liceu Nacional e S. Tomé.	EUR 401.580,28	EUR 349.375,00	EUR 349.375,00	EUR 348.117,25	EUR 1.257,75
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> Esta atividade encontra-se concluída. Aguarda-se o envio do Relatório Final e a prestação de contas, conforme previsto no Protocolo e devidamente solicitado pela Nota Verbal do SECPLP n.º 788, enviada a 18 de setembro de 2018, e a Nota Verbal n.º 24, de 11 de janeiro de 2019. 					
Observações		<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> A atividade foi aprovada na 209ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente (CCP), realizada em Lisboa, a 30 de janeiro de 2018. Esta AP surge no seguimento das deliberações da X Reunião da Conferência dos Ministros da Juventude e dos Desporto da CPLP, ocorrida em Caminha, Portugal, ente 28 e 20 de junho de 2017, que confirmam a realização da XI edição dos Jogos Desportivos da CPLP em STP. No âmbito da X Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e do Desporto da CPLP, as partes vieram a assumir o compromisso de realizar a XI edição dos Jogos Desportivos da CPLP, em STP /Resolução n.º 13/2017), comprometendo-se, ainda, a colaborar de forma efetiva na criação de condições materiais, financeira e desportivas para a realização dos referidos jogos. A Missão Permanente de Portugal junto da CPLP comunicou, através da NV DGPE/CPLP n.º 100575/2017, que Portugal estaria 					

Código	Título da Ação Pontual
Ap47/LIS/17	Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP
	<p>na disponibilidade de fazer uma contribuição destinada à beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé, tendo por base o projeto de obra e orçamento apresentado pela Mota Engil África.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assim, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o SECPLP e o IPDJ, a 22 de dezembro de 2017, com vista a financiar e salvaguardar a boa execução técnica e financeira da atividade, através da contribuição para o FE da CPLP no montante de 349,375,00. • O Protocolo entre o SECPLP e a Direção Geral de Desportos do Ministério da Juventude e do Desporto de São Tomé e Príncipe foi assinado no dia 30 de janeiro de 2018, na sede da Organização, em Lisboa. • Na XXXVIII RPF, o PFC de STP informou que esta atividade aconteceu em junho de 2018, tendo havido eleições depois, surgindo um novo Governo, entre outras atividades subsequentes. Esclareceu que o Ministro da tutela está a compilar as informações e que, tão breve que possível irão remeter essas informações através do MNE. • O SECPLP reiterou a sua disponibilidade para apoiar STP e, caso entenderem oportuno, com a deslocação do auditor interno para apoiar na preparação do relatório, conforme previsto no protocolo. • Aguarda-se a informação de STP.

4.4. 6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes - Ap48/LIS/18

Código		Título da Ação Pontual					
Ap48/LIS/18		6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Promover o encontro presencial entre organismos da Administração Pública e de formação da CPLP, para a revitalização da Rede de Institutos Nacionais de Administração e Equivalentes (RINAPE) e deste modo contribuir para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer as capacidades de gestão e as instituições da Administração Pública da CPLP; • Fomentar a qualidade da Governação; • Enfoque na transparência, integridade e ética política; • Maior capacitação dos trabalhadores em funções públicas; • Envolvimento dos cidadãos na tomada de decisão; e • Apoio ao desenvolvimento organizacional. <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Difusão alargada dos princípios da Boa Governação e reforço da capacitação do estado e valorização/qualificação da Administração Pública. <p>Resultado(s) Esperado(s): R1: Identificação de áreas e programas de trabalho comuns; R2: Definição de uma estratégia de comunicação; R3: Definição e planeamento de ferramentas de comunicação; R4: Definição de uma estratégia de financiamento.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (31/03/2018)
FE CPLP e Instituto Camões	Direção Geral da Qualificação dos Trabalhos em Funções Públicas - INA	Institutos Nacionais de Administração e Equivalentes, Governos e os trabalhadores no exercício de funções públicas	EUR 52.503,42	EUR 14.998,00	EUR 15.900,00	EUR 0,00	EUR 15.900,00
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • Na XXXVI RPFC, o SECPLP informou que a atividade já havia recebido aprovação por meio eletrónico, a 16 de fevereiro de 2018, solicitando aprovação formal da RPFC. • Estão a ser ultimadas as diligências para realização da 6.ª Assembleia Geral da RINAPE nos próximos dias 11 e 12 de julho de 2018. • A atividade foi realizada sem qualquer envolvimento do SECPLP, que desconhece os resultados obtidos com a iniciativa; • Neste âmbito, não foi assinado qualquer protocolo com a entidade executora, e o SECPLP não procedeu com a transferência dos recursos solicitados ao FE CPLP. 					
Observações		<p><u>Antecedentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto foi aprovado pela XXXVI RPFC com a categoria de decisão 1 e consequentemente, o financiamento da atividade pela 212ª Reunião Ordinária do CCP. 					

4.5. V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa – AP 50/LIS/18

Código		Título do Projeto					
Ap50/LIS/18		V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): 1- Promover a divulgação de projetos de investigação científica, a troca de experiências pedagógicas, a partilha de projetos comunitários e o reforço das redes nas áreas da Educação Ambiental, Cooperação e Desenvolvimento; 2- Promover a cooperação entre atores educativos das comunidades e países de língua portuguesa capacitando-os para atuar ao nível das políticas de responsabilidade ambiental e de justiça social; 3- Reforçar o papel político da Educação Ambiental, considerando a educação e o ambiente como “a chave para a democratização da nossa casa comum”, no sentido de promover novas formas de governança em diferentes tipos de organizações políticas e da sociedade civil através de metodologias participativas e de decisão democrática.</p> <p>Resultado(s) Esperado(s): R1.Capacitação das comunidades locais das ilhas dos Bijagós; R2.Contributos para a agenda política de educação ambiental da CPLP; R3.Parcerias entre diferentes organizações da CPLP; R4.Formação de técnicos e professores; R5.Reforço de projetos de cooperação entre os países da CPLP; R6.Publicação de investigações e projetos dando visibilidade internacional; R7. Contributos para a criação de um secretariado permanente de educação ambiental das comunidades e países de língua portuguesa.</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Fundo Especial	Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)	Comunidades locais do Príncipe; técnicos dos EM CPLP; organizações não-governamentais dos países da CPLP; Educadores Ambientais	EUR 122.414,04	EUR 94.694,04	EUR 27.626,22	EUR 21.092,56	EUR 6.533,66
<ul style="list-style-type: none"> Grau de Implementação 		<ul style="list-style-type: none"> A atividade mereceu categoria de decisão 4 pela XXXVI RPFC, março de 2018, tendo sido identificados recursos no valor de 5.000€; a XXXVII RPFC, de julho de 2018 identificou 20.000€ adicionais; O Protocolo de financiamento entre SECPLP e ASPEA, foi assinado a 24 de outubro de 2018; A V edição do Congresso de Educação Ambiental decorreu de 14 a 18 de abril, em Bubaque, Bijagós (Guiné-Bissau), tendo já ultrapassado 4 centenas de inscrições. Para além das conferências, mesas redondas e mini cursos, realizou-se um Encontro Infante-Juvenil, com o apoio da UNICEF e um mini-curso de “<i>avaliação de impacto ambiental</i>”; Resultaram do congresso a Declaração de Bubaque e um documento de recomendações às reuniões Ministeriais da CPLP. Por processo de candidadura e votação decidiu-se que a próxima edição se realizará em Cabo Verde. 					
Observações		Antecedentes:					

Código	Título do Projeto
Ap50/LIS/18	V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa
	<ul style="list-style-type: none"> • O Congresso tem um percurso de mais de 10 anos, demonstrando consistência e resiliência, na construção de uma "comunidade lusófona" de profissionais de educação ambiental; num espaço de promoção de partilha e construção de conhecimento, onde se estabelecem parcerias várias, se debate e se constrói um olhar de futuro para a promoção dos princípios de defesa do ambiente e de sociedades mais sustentáveis. • As 4 edições já realizadas, 2007- Galiza, 2013 – Brasil, 2015- Portugal, 2017- Príncipe, reuniram centenas de participantes, registando as duas últimas edições mais de duas centenas. Trata-se do maior evento da sociedade civil da CPLP.

4.6. CPLP por um Mar Limpo II - Ap51/LIS/19

Código		Título do Projeto					
Ap51/LIS/19		CPLP por um Mar Limpo II					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar para os impactos globais do Lixo Marinho e potenciar novos agentes de mudança de comportamentos, face à necessidade de prevenir e reduzir o Lixo Marinho; Criação de um espaço de partilha de boas práticas, iniciativas e trabalhos desenvolvidos; Desenvolver um plano de ação com medidas concertadas para a redução do Lixo Marinho nos EM da CPLP em conformidade com os objectivos da Plataforma Global para o Lixo Marinho do Programa das Nações Unidas para o Ambiente <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ol style="list-style-type: none"> Alargamento e consolidação da Rede de atores da CPLP para o Lixo Marinho Bases para elaboração de Plano de Ação Local; Bases para elaboração um Plano de Ação Regional: Parceria para o Lixo Marinho na CPLP 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
		Participantes do V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa; Técnicos governamentais; outros atores locais.	EUR	EUR	EUR*	EUR	EUR
			3.328,40	3.328,40	3.328,40	2.173,72	1.154,68
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> A atividade decorreu durante o V Congresso de Educação Ametal, abril de 2019, em Bubaque, Bijagós; tendo decorrido em 2 momentos: <ul style="list-style-type: none"> I. Mesa Redonda – <i>Diagnóstico da situação local e debate estratégico para a implementação de um Plano de Ação Local/Regional</i> (com 29 participantes); II. Mini-curso técnico <i>sobre lixo marinho</i> (com 31 participantes). 					
Observações		<ul style="list-style-type: none"> Pode ler-se nas conclusões da atividade (Relatório de Atividade) <ul style="list-style-type: none"> “As acções pontuais que realizámos no Príncipe em 2017 e agora na Guiné-Bissau, embora bastante participadas, são apenas pequenos contributos para estimular um conjunto de medidas mais abrangentes e que são cada vez mais urgentes. Algumas destas medidas situam-se num nível muito básico de recolha de dados e monitorização das quantidades e origens do lixo marinho, para melhorar o seu controlo; (...)” Para a condução de um processo que resulte num Plano de Acção Regional efectivo (...) a APLM toma a liberdade de sugerir que a CPLP, enquanto instituição facilitadora, promova sempre que possível o encontro das partes no sentido de estabelecer parcerias com os stakeholders relevantes e que zele para que seja criado efectivamente um compromisso concreto dos governos para a procura de soluções para o problema do lixo, tornado marinho. Reforçamos que este é também um problema de desenvolvimento, e como tal alinhado, não com um, mas com vários dos objectivos para o desenvolvimento sustentável lançados pelas Nações Unidas para 2030.” 					

4.7. Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP - Ap52/SAL/18

Código		Título do Projeto					
Ap52/LIS/19		Aquisição de Software para implementação da plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Promover, fomentar e impulsionar a edificação do «Espaço de partilha de conteúdos comuns de natureza histórica, cultural e científica»</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar Portal do Arquivo Histórico da CPLP; • Promover o aproveitamento do potencial das tecnologias como base de trabalho colaborativo, entre os Arquivos Históricos dos Estados membros da CPLP; • Proporcionar o intercâmbio entre historiadores, académicos de nível superior e profissionais especialistas das áreas dos Arquivos Históricos; • Proporcionar, através da divulgação de informação a partilha de informação com instituições de investigação, historiadores, académicos de nível superior e profissionais especialistas na área do AH dos Estados membros; • Impulsionar a partilha de boas práticas entre quadros dos Arquivos Históricos dos Estados membros da CPLP <p>Resultado(s) Esperado(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os acervos documentais dos Estados membros da CPLP; • Impulsionar o trabalho colaborativo no domínio dos Arquivos Históricos dos Estados membros da CPLP; • Criar condições favoráveis à sustentabilidade e visibilidade da Rede de Arquivos Históricos da CPLP à divulgação dos conteúdos comuns disponibilizados, através da criação da plataforma do Arquivo Histórico Comum da CPLP. 					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
-	SECLP	Investigadores, docentes e estudantes Ensino Superior, comunidade científica, publico geral.	EUR 74.317,70	EUR 43.980,20	EUR* -	EUR -	EUR -
Grau de Implementação		<ul style="list-style-type: none"> • A 1.ª Fase do Projeto "Tratamento e Digitalização de Suportes Documentais da CPLP" foi concluída em março de 2019, com a entrega do ficheiro com a documentação digitalizada. • A 2.ª Fase do Projeto "Aquisição de software compatível para a plataforma informática para a Criação de Rede de Arquivos Históricos da CPLP" (2.ª Fase), que assegurará o suporte para acolhimento da documentação digitalizada do acervo histórico da CPLP, do período de 1996 a 2016, e possibilitará a partilha de conteúdos comuns históricos dos Arquivos Históricos dos EM e o tratamento documental digital, encontra-se a aguardar alocação de recursos. 					
Observações		<ul style="list-style-type: none"> • O Arquivo Histórico, património documental da Organização, criado a 30 de junho de 2015, e a partir de janeiro 2018, integrado na DACLP, de acordo com o novo Regulamento Interno do SECPLP, tem vindo a desenvolver ações para a implementação do Projeto da "Rede de Arquivos Históricos Nacionais da CPLP", por forma a garantir a concretização e sustentabilidade do projeto, a longo prazo. O projeto consiste numa plataforma informática para partilha de conteúdos digitais, de natureza histórica, cultural e científica dos Arquivos Históricos dos Estados Membros, mediante a sua ligação em Rede. • O projeto foi aprovado na XXXVII RPFC, a 12 de julho de 2018, com categoria de descaio 4. Aguarda financiamento. 					

4.8. Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP - Ap53/SAL/18

Código		Título do Projeto					
Ap53/LIS/19		Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP					
Objetivo(s) e Resultado(s) Esperado(s)		<p>Objetivo(s): Reforçar a alfabetização de jovens e adultos na CPLP, no âmbito da operacionalização do Eixo II. Acesso, Objetivo Estratégico 6. Reforçar a alfabetização de jovens e adultos, do Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP (2016-2020).</p> <p>Objetivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar as ações de alfabetização e a educação de jovens e adultos nos Estados membros da CPLP ▪ Realizar, de forma permanente, a formação para alfabetizadores e educadores de Jovens e Adultos, tendo em conta os diferentes perfis profissionais. ▪ Preparar uma campanha de advocacia para sensibilização e mobilização, a fim de ampliar a participação das mulheres nos programas de alfabetização e educação de jovens e adultos. ▪ Produzir manuais e recursos educativos para apoio à formação de alfabetizadores, educadores e de alfabetizandos. <p>Resultado(s) Esperado(s): R1) Identificação e compartilhamento de boas práticas de alfabetização e educação de jovens e adultos, voltadas para as mulheres, tendo em vista a sua divulgação na Plataforma de Educação de Jovens e Adultos do Portal de Educação da CPLP; R2) Criação de mais programas de incentivo e apoio à participação das mulheres nos espaços educativos e formativos; R3) Estabelecer e/ou ampliar parcerias com instituições públicas e privadas, sociedade civil e outras organizações nacionais e internacionais congêneres, de modo a ampliar as redes de cooperação na área de alfabetização e educação de jovens e adultos; R4) Promoção de uma campanha conjunta de advocacia para sensibilização e mobilização, a fim de ampliar a participação das mulheres nos programas de alfabetização e educação de jovens e adultos; R5) Identificação de boas práticas sobre a formação de alfabetizadores e educadores (fóruns, chats, vídeos e outros) e os materiais digitais produzidos; R6) Construção conjunta, no âmbito da CPLP, da metodologia e dos instrumentos para a realização dos inquéritos sobre educação e alfabetização e jovens e adultos na CPLP; R7) Impulsionar o trabalho colaborativo entre os países da CPLP no domínio da Educação e Alfabetização de Jovens e adultos; R8) Produção de manuais e recursos educativos para apoio à formação de alfabetizadores, educandos e de alfabetizandos. Esses materias deverão ser disponibilizados em meio e em formato impresso</p>					
Entidade Financiadora	Entidade Executora	Beneficiário (s)	Valor Total Projeto	Recursos solicitados FE	Valor consignado	Valor desembolsado	Saldo Atual (30/06/2019)
Ministério da Educação de Cabo Verde	Jovens e adultos, com destaque para meninas e mulheres	Ministério da Educação de Cabo Verde	EUR	EUR	EUR*	EUR	EUR
			27.517,60	27.517,60	-	-	-
Grau de Implementação		Atividade não implementada.					
Observações		O projeto foi aprovado na XXXVII RPFC, a 12 de julho de 2018, com categoria de desciaõ 4. Aguarda financiamento.					

5. Memória de Projetos Concluídos (2001-2019)

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Pr01/MAP/00	Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (CREDE) - Luanda, Angola	448.087,88
Pr02/MAP/00	Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAP) - Maputo, Moçambique	567.162,69
Pr03/MAP/00	Curso de Administração e Gestão Escolar para Dirigentes	52.373,72
Pr04/MAP/00	Curso de Formação de Técnicos da Educação	32.442,90
Pr05/MAP/00	Curso de Formação na Área dos Arquivos para os PALOP	66.617,60
Pr06/MAP/00	2º Concurso CPLP – 1ª Obra (nacional/comunitário)	-
Pr07/MAP/00	Estatísticas da Educação	100.126,00
Pr08/ST/01	ETECFORMA – Rede para o Ensino Técnico dos Países de Língua Portuguesa	9.350,00
Pr09/ST/01	Apoio à Guiné-Bissau: Formação de Novos Inspetores e Delegados Regionais do Trabalho e Administração Pública	21.905,30
Pr10/ST/01	Apoio à Guiné-Bissau: Apoio às Mulheres na Produção de Arroz Bas-Fond	17.971,00
Pr11/ST/01	HIV/SIDA	19.383,00
Pr12/ST/01	Apoio à Capacitação de Recursos Humanos em Saúde PALOP	272.493,00
Pr13/ST/01	Cooperação Técnica em Telecomunicações	359.281,00
Pr14/ST/01	Centro Internacional de Juventude da CPLP	33.213,00
Pr15/BR/02	Governo Eletrónico - Rede Colaborativa da CPLP em Governo Eletrónico	71.628,89
Pr16/BR/02	Curso de Elaboração de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento (CEProDe)	70.694,00
Pr17/BR/02	Fortalecimento do Secretariado Executivo	190.030,00
Pr18/LB/04	Treinamento em Análise e Enquadramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (ProCTI-MAE)	130.470,00
Pr19/LB/05	Capacitação em Matéria de Negociações Comerciais Internacionais	75.612,00
Pr20/LB/05	Curso sobre Gerenciamento da Cooperação Técnica (ProCTI-MGC)	81.371,00
Pr21/LB/05	Criação de uma Plataforma Informática Acessível aos PALOP para Informação dos Arquivos do IHMT	46.036,57
Pr22/LB/06	Disponibilização de Cultivares e Capacitação para a Implantação de Sistemas Sustentáveis de Produção de Hortaliças em Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau	70.797,68
Pr23/GB/06	Bolsas CADAPI – 1ª fase / Curso de Alta Direção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste	40.000,00
Pr24/LB/07	Formação e Implementação de Metodologias para a Conservação da Biodiversidade e Gestão de Áreas Protegidas	45.000,00
Pr25/LIS/07	Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Salas Verdes)	126.705,00
Pr26/LB/07	Bolsas CADAPI – 2ª fase / Curso de Alta Direção em Administração Pública para Alunos dos PALOP e Timor-Leste	40.000,00
Pr27/LB/08	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia PALOP	203.836,00
Pr28/LB/08	Biblioteca Móvel de Enfermagem em Português	15.085,93
Pr29/LB/08	Curso de Aperfeiçoamento para Técnicos de Futebol	115.963,91
Pr30/LB/08	Programa para a Implementação de Bancos de Leite Humano	151.957,08
Pr31/LB/08	Curso sobre Gestão do Ciclo do Projeto de Cooperação Técnica (ProCTI-MCP)	94.472,00
Pr32/LB/08	Conferência Internacional infanto-juvenil pelo Meio Ambiente: uma contribuição para o Programa de Educação Ambiental da CPLP – 1ª Fase	440.000,00
Pr33/LB/08	I Mostra de Cinema e Audiovisual da CPLP	20.497,66
Pr34/LB/08	Conceção e Edição de Manuais de Aprendizagem de Leitura, Escrita e Aritmética para Distribuição Gratuita nos Países Africanos de Língua Portuguesa e em Timor-Leste – Fase I – “Cartilha de Leitura Escolar”	91.947,00
Pr35/LB/08	O Microcrédito como Forma de Luta contra a Pobreza – Reforço e Capitalização de Boas Práticas	92.438,00
Pr36/LB/08	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase II	202.258,67
Pr37/PRA/09	Meninos de Rua: Inclusão e Inserção (Voz de Nós: Crianças de Rua Protagonistas dos seus Direitos)	142.295,50
Pr38/LB/10	Projeto de Cooperação sobre Reforço de Capacidades em matéria de Avaliação de Impacto Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica dos serviços públicos nos PALOP e Timor-Leste	57.817,97
Pr39/LDA/10	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase III	266.627,58
Pr40/LB/11	Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para os Países de Língua Portuguesa (CPLP) e África (CIICLAA)	31.152,00
Pr42/LDA/11	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 1	196.804,00
Pr43/LDA/11	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase IV	205.215,95
Pr44/LDA/11	Meninos de Rua: inclusão e inserção - Fase II	154.248,00
Pr45/LDA/11	Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através da agricultura urbana sustentável	51.378,00
Pr46/LIS/11	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - (Legis-CPLP – Fase IV)	150.000,00
Pr47/LIS/12	Programa CPLP nas Escolas	290.130,48

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Pr48/LIS/12	Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos, em complementaridade ao Plano de Formação da CPLP em matéria de Recursos Hídricos	120.550,84
Pr50/MAP/12	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase V	188.725,76
Pr51/MAP/12	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 2	212.344,03
Pr54/MAP/12	Elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON)	82.200,00
Pr55/LIS/13	Capacitação aos Países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos	118.342,80
Pr58/LIS/14	Direitos das Crianças em Rede (3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção")	151.848,00
Pr59/LIS/14	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VI	177.684,13
Pr60/LIS/14	Portal da Conexão Lusófona – Fase I	28.200,00
Pr61/DIL/14	PLATAFORMA SKAN CPLP – mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar” (1ª Fase)	147.216,90
Pr62/DIL/14	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fases 3 (2013 - 2015)	144.197,34
Pr63/LIS/15	Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara (2014-2016)	-
Pr64/DIL/14	Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal - São Tomé e Príncipe	17.593,91
Pr65/LIS/15	Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)	2.900,00
Pr67/LIS/15	Semana da Juventude da CPLP	40.000,00
Pr68/DIL/15	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VII	174.782,61
Pr72/LIS/16	Portal da Conexão Lusófona	29.335,50
PR74/BRA/16	Semana da Juventude da CPLP	58.750,00
H2014024	Projeto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha	36.853,02
H2014025	“Mulheres pequenas agricultoras das bolanhas” a caminho de redução da insegurança alimentar e de melhoria nutricional nas tabancas.	37.057,60
H2014026	Nutrição e saúde escolar em São Tomé e Príncipe: boas práticas a partir da infância	29.383,20
TOTAL		7.760.843,60

6. Memória de Ações Pontuais Concluídas (2001-2019)

Codificação	Identificação da atividade	Montantes solicitados ao FE (€)
Ap01/ST/01	Fortalecimento Institucional do Secretariado Executivo	39.826,00
Ap02/ST/01	Apetrechamento da Faculdade de Direito de Bissau	13.234,05
Ap03/BR/02	Estudos Lusitanistas	57.846,15
Ap04/LB/03	Apoio à Participação de Técnicos dos Países da CPLP no I Encontro da CPLP de Especialistas sobre Malária	18.475,00
Ap05/LB/05	Seminário sobre Terapêutica da Malária	50.600,00
Ap07/BIS/06	Impressão da Versão em Português do Livro da OMS sobre Cuidados de Saúde para Crianças	12.327,00
Ap08/BIS/06	Conferência Nacional sobre Educação Profissional e Tecnológica: Paineis de Intercâmbio entre Países de Língua Portuguesa"	-
Ap09/LB/08	Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais e Aplicações na CPLP: Parcerias na Área do Clima e Ambiente (WSCRA08)	16.500,00
Ap10/LB/08	Seminários de Formação e Produção de Material Didático no âmbito do Projeto SURRE - África	41.000,00
Ap11/LB/08	Seminário "A importância dos Sistemas de Informação Geográfica na Gestão dos Recursos Geológicos e Mitigação dos Riscos Geológicos	27.546,00
Ap12/LB/998	Sistema de Videoconferência CPLP + 3 EM	100.000,00
Ap13/LB/08	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública - 3ª Edição	40.600,00
Ap14/LB/09	Colocação de um Especialista no Setor de Comunicação e Informação da UNESCO	78.479,00
Ap15/PRA/09	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública - 4ª Edição	40.000,00
Ap16/PRA/09	II Biental de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias	16.560,00
Ap17/PRA/09	Oficinas de projetos agrícolas em S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau	15.993,60
Ap18/LB/10	Convenção CITES	24.277,30
Ap19/LB/10	Rede de Investigação e Desenvolvimento da Malária da CPLP (RIDESMAL)	72.500,00
Ap20/LB/10	II Workshop Internacional sobre Clima, Recursos Naturais, e Aplicações nos Países de Língua Oficial Portuguesa (WSCRA10)	14.325,00
Ap21/LB/10	CPLP multimédia	-
Ap22/LDA/10	Curso Internacional de Alta Direção em Administração Pública - 5ª Edição	41.100,00
Ap23/LDA/10	Publicação dos Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável, produzidos no âmbito do projeto SURE África, em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique	39.942,23
Ap24/LDA/11	CADAP Internacional (CADAPi) - 6ª Edição do Curso de Alta Direção em Adm. Pública	46.179,44
Ap25/LDA/11	III Biental de Aprendizagem da Matemática, Língua Portuguesa e Tecnologias	24.411,43
Ap26/LDA/11	ODM Campus Challenge - Ativar jovens universitários pelos ODM	30.674,00
Ap27/LDA/11	Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável - STP + TL - Fase 1 - Levantamento	10.176,00
Ap28/LIS/12	Apoio ao Centro de Informação e Proteção Social da CPLP - CIPS	26.944,45
Ap29/LIS/12	IV Escola de Jovens Líderes da CPLP	15.000,00
Ap30/LIS/12	Tráfico de Seres Humanos para a CPLP (Observatório de Tráfico de Seres Humanos);	45.878,00
Ap31/LIS/12	Biodiversidade em Ambiente Urbano e Desenv. Sustentado: estratégias e ações na CPLP	-
Ap32/LIS/12	Participação da CPLP na Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável - RIO+20	25.273,24
Ap33/LIS/12	Reforço da Visibilidade da Cooperação na CPLP (aquisição de instrumentos de comunicação audiovisual)	60.981,00
Ap34/LIS/13	V Edição da Escola de Jovens Líderes da CPLP	20.000,00
Ap35/LIS/13	Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável (Fase II)	21.279,10
Ap36/LIS/13	Manuais de Arquitetura Sustentável para S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste - Fase 2	26.584,80
AP37/LIS/13	Reforço da Capacidade de Comunicação Audiovisual da CPLP	100.000,00
Ap38/MAP/13	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social da CPLP - CIPS - Fase II	22.940,77
Ap39/DIL/14	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social - CIPS - Fase III	24.242,00
AP40/DIL/15	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal da Guiné-Bissau	27.599,35
Ap41/DIL/15	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social - CIPS - Fase IV	66.685,09
AP43/LIS17	IV Congr. Internac. Educ. Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa	87.640,00
Ap44/LIS/17	CPLP por um Mar Limpo	5.363,60
Ap45/LIS/17	Seminário de reflexão da RPFC	40.115,53
Ap46/LIS/16	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal em Angola	36.188,40
Ap49/LIS/18	Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário	14.999,00
AP40/DIL/15	Ação de Formação sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal da Guiné-Bissau	27.599,35
Ap41/DIL/15	Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social - CIPS - Fase IV	66.685,09
TOTAL		1.540.286,53

7. Grandes Agregados do PIC

Montante Global do PIC em Execução

Tipo de Intervenção	Montantes Solicitados Fundo Especial (Euros)
Projetos	6.219.729,83
Ações Pontuais	606.113,62
TOTAL	6.825.843,45

Memória do PIC Executado (2000-2019)

Tipo de Intervenção	Montantes Solicitados Fundo Especial (Euros)
Projetos	7.760.843,60
Ações Pontuais	1.540.286,53
TOTAL	9.301.130,13

PIC em Execução e Executado (2000-2019)

Estádio de Execução	Montantes Solicitados Fundo Especial (Euros)
PIC em Execução	6.825.843,45
PIC Executado	9.301.130,13
TOTAL	16.126.973,58

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DA
DIREÇÃO DE COOPERAÇÃO
2018-2019**

Índice

1. Considerações Gerais.....	4
2. Seguimento do Plano Indicativo de Cooperação.....	5
2.1. Projetos	5
2.2. Ações pontuais	6
3. Áreas Temáticas.....	7
3.1. Saúde.....	7
3.2. Trabalho e Proteção Social	10
3.3. Juventude e Desportos	12
3.4. Igualdade de Género	15
3.5. Ambiente e Recursos Hídricos	16
3.6. Mares/Oceanos	18
3.7. Energia	19
3.8. Segurança Alimentar e Nutricional.....	20
3.8.1. Campanha Juntos contra a Fome.....	24
3.9. Cidadania e Desenvolvimento e Direitos Humanos.....	25
3.10. Turismo.....	28
3.11. Governação Eletrónica	30
3.12. Comunicações.....	31
4. Cooperação com a Sociedade Civil.....	32
4.1. Reuniões com Observadores Consultivos	32
4.2. Fórum da Sociedade Civil da CPLP	33
4.3. Fundações da CPLP	33
5. Cooperação com Organismos Internacionais.....	33
6. Conclusões.....	35

Lista de Abreviaturas

AMA	Agência para a Modernização Administrativa de Portugal
CCEG	Conferência de Chefes de Estado e de Governo
CCP	Comité de Concertação Permanente
CECPLP	Conselho Empresarial da CPLP
CFME	Centro de Formação Médica Especializada
CIPS	Centro de Informação e Intercâmbio sobre Extensão da Proteção Social
CM	Conselho de Ministros
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CONSAN	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
COP DB	Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climáticas
CSA	Conselho Mundial de Segurança Alimentar
CSCPLP	Comunidade Sindical da CPLP
CT	Comissão Temática
CTIME	Centro Técnico de Instalação e Manutenção de Equipamentos
ED	Educação para o Desenvolvimento
EM	Estado Membro
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
GT	Grupo Temático
GTS-CPLP	Grupo Técnico em Saúde da CPLP
INDH	Instituições Nacionais de Direitos Humanos
IST/VIH SIDA	Infeções Sexualmente Transmissíveis / Vírus da Imunodeficiência Humana
NV	Nota Verbal
OC	Observador Consultivo
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OFM	Observatório de Fluxos Migratórios da CPLP
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONUSIDA	Programa Conjunto das Nações Unidas para o SIDA
OTSH	Observatório de Tráfico de Seres Humanos
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PECA	Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente
PECIGEM	Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher
PECS	Plano Estratégico de Cooperação em Saúde
PECTUR	Plano Estratégico de Cooperação em Turismo
PF	Ponto Focal
PFC	Pontos Focais de Cooperação
PFI	Pontos Focais da Igualdade
PGR	Procuradoria-Geral da República
PIC	Plano Indicativo de Cooperação
REDSAN	Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional

RETS	Rede de Escolas Técnicas
RIDES	Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde
RINSP	Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública
RMS	Reuniões Ministeriais Setoriais
ROCM	Reunião Ordinária do Conselho de Ministros
RPFC	Reunião de Pontos Focais de Cooperação
RTMAS	Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SECPLP	Secretariado Executivo da CPLP
SEDH/PRB	Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SHST	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho
StP	Secretariado Técnico Permanente
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

1. Considerações Gerais

A leitura do presente relatório permite constatar que a cooperação da CPLP se assume, cada vez mais, como transversal, promovendo a interligação entre várias áreas e setores, e que se procura alinhar de forma coerente com os compromissos expressos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por essa razão, é necessário continuar a consolidar e fomentar a participação e a visibilidade da CPLP no sistema internacional, o que só será possível com a melhoria da atuação estratégica e operacional da cooperação da CPLP.

O Plano de Atividades da Direção de Cooperação para 2018 previa como grandes objetivos:

- O seguimento do Plano Indicativo de Cooperação da CPLP, o que foi prosseguido por via do acompanhamento e desenvolvimento dos vários projetos e ações pontuais aprovados em sede de RPFC;
- O fortalecimento dos mecanismos de coordenação da cooperação da CPLP, dando continuidade ao Plano de Trabalho para o “Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP”, e
- A dinamização e articulação das Reuniões Ministeriais Setoriais com os restantes órgãos da CPLP.

À luz dessa programação, 2018 e o primeiro semestre de 2019, ficam claramente marcados pela consolidação dos trabalhos em torno do reforço do enquadramento estratégico da cooperação da CPLP.

A realização, em abril de 2019, em Alcobça, Portugal, do Seminário “Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação na CPLP” constituiu um contributo acrescido no reforço do pilar de cooperação e da capacidade de atuação dos Pontos Focais de Cooperação.

Ao longo das próximas páginas será possível constatar a necessidade de prosseguir os esforços que vêm sendo desenvolvidos para incrementar a harmonização e o reforço global do pilar de cooperação, intensificando a eficácia e eficiência na execução das atividades de cooperação planeadas e aprovadas pelos diferentes órgãos da Comunidade.

Em termos setoriais, verificou-se uma maior visibilidade na atuação em domínios de cooperação como a Segurança Alimentar e Nutricional, Juventude e Desportos, Saúde e Direitos Humanos.

O presente Relatório foca prioritariamente o conjunto de iniciativas e atividades desenvolvidas entre julho de 2018 e junho de 2019.

2. Seguimento do Plano Indicativo de Cooperação

Em março de 2019, as atividades em execução no PIC eram as seguintes.

2.1. Projetos

Codificação	Identificação da atividade	Entidade Financiadora	Entidade Executora
PR41/LB/11	Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III	ABC	Instituto Mazal
Pr49/LIS/12	Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania	ABC	Instituto Raízes do Brasil
Pr52/MAF/12	Projeto "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)"	ABC/ MRE/ UNILAB	UNILAB
Pr53/MAF/12	Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV - Prolongamento	Camões	Ecosphere
Pr56/LIS/13	Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	ABC	Secretaria de Direitos Humanos (Presidência da República do Brasil)
Pr57/LIS/13	Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP	ABC	Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA)
Pr66/DIL/15	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	FE	SECLP - DACLP
Pr69/DIL/15	Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	FE	SECLP - DACLP
Pr70/DIL/15	Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional	FE	INEP - GB
Pr71/DIL/15	TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	FE	IILP
Pr73/BRA/16	PLATAFORMA SKAN CPLP - mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar (2ª Fase)	Camões	INOVISA
PR74/BRA/16	Semana da Juventude da CPLP	FE	CNJ
Pr75/BRA/16	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VII	Camões	LNEC - PT
Pr76/LIS/17	Plano de Ética no Desporto na CPLP	FE	IPDJ - PT
Pr77/LIS/17	Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora"	FE	REMOE-GB-UEMOA
Pr78/LIS/18	Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase	FE + Camões + Angola	ACEP
Pr79/LIS/18	Portal da Conexão Lusófona – Rede de Jornalismo Jovem Digital – Fase 3	FE + Camões	Conexão Lusófona
Pr80/LIS/19	Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos Países de Língua Portuguesa - 2019-2022	Camões	INE, I.P.- PT
Pr81/LIS/19	Plataforma SKAN CPLP - Organização de Evento SKAN 2019	Camões	INOVISA

Codificação	Identificação da atividade	Entidade Financiadora	Entidade Executora
H2014027	Projecto de Desenvolvimento de boas práticas agro-ecológicas e educação nutricional em Zandamela	FE	AKKV - MOZ
H2014028	Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agro- pecuários e empreendedorismo	FE	Plataforma das ONG de Cabo Verde
H2014029	Campanha “Juntos contra a Fome”: Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento	FE	COAJQQ
TOTAL			

2.2. Ações pontuais

Codificação	Identificação da atividade	Entidade Financiadora	Entidade Executora
Ap06/LB/06	Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	ABC	ABC, Brasil
Ap47/LIS/18	Beneficiação do Liceu Nacional de S. Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P	Direção Geral do Desportos de STP
Ap48/LIS/18	6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes	Camões	INA
Ap49/LIS/18	Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário	FE	CICV
AP50/LIS/18	V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (RGB)	FE/ Camões/ MOZ	ASPEA
TOTAL			

3. Áreas Temáticas

3.1. Saúde

O Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) foi aprovado em maio de 2009, no Estoril, Portugal, pela II Reunião de Ministros da Saúde da CPLP.

O PECS-CPLP é um instrumento amplamente apropriado pela maioria dos Estados-Membros, pelo que se mantêm atuais os ideais que subjazem à sua filosofia inicial. O PECS-CPLP é hoje considerado como um exemplo de boas práticas no contexto da Comunidade e internacionalmente.

Entre os sucessos obtidos, haverá que destacar o desenvolvimento e reforço das chamadas Redes de Instituições Estruturantes de que são exemplo a Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP/CPLP) e Rede de Escolas Técnicas em Saúde da CPLP (RETS/CPLP).

Não obstante, identifica-se a necessidade de um contínuo alinhamento do Plano e do tema Saúde na CPLP com a agenda internacional, nomeadamente no quadro dos ODS.

Tal como mandato da IV Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP, foi desenvolvido um processo de concertação entre o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) e as Entidades Assessoras para o PECS-CPLP (IHMT e Fiocruz) com os membros do Grupo Técnico em Saúde da CPLP (GTS-CPLP), de que resultou a aprovação, em abril de 2018, da segunda edição do PECS-CPLP: “PECS-CPLP 2018-2021 – Eixos Estratégicos, Áreas e Projetos”.

A Direção de Cooperação (DIRCOOP) participou ativamente nos trabalhos de elaboração do PECS-CPLP 2018-2021.

Entretanto, dando seguimento à concretização do PECS-CPLP, a DIRCOOP acompanhou as seguintes atividades:

- a. 15 a 17 de outubro de 2018 - 1ª Reunião da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP (Praia, Cabo Verde), que teve com o objetivo de consubstanciar a formulação do Plano de Ação de implantação desta rede em cada Estado-Membro, alinhando-se à Agenda 2030 das Nações Unidas e utilizando a experiência de trabalho em rede praticado pela Rede Global de Bancos de Leite Humano. A reunião foi realizada no Ministério da Saúde de Cabo Verde, com a participação de técnicos do Ministério da Saúde do Brasil, da ABC e da Fundação Oswaldo Cruz;
- b. 18 a 19 de outubro de 2018 - Reunião de passagem da presidência *pro tempore* da CPLP/Saúde, do Brasil para Cabo Verde (Praia, Cabo Verde), que teve como objetivo a apresentação de um ponto de situação sobre as atividades realizadas

no âmbito da presidência brasileira e a formulação de um compromisso para a colaboração entre Brasil e Cabo Verde para seguimento dessas atividades, por via da cooperação e apoio à presidência cabo-verdiana da CPLP. A reunião foi realizada no Ministério da Saúde de Cabo Verde, com a participação de técnicos do Ministério da Saúde do Brasil e da ABC;

- c. 11 a 13 de outubro de 2018 - 2ª Reunião Internacional da Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia – rRACS (Coimbra, Portugal), com o propósito de promover o intercâmbio e o desenvolvimento da cooperação internacional no âmbito do ensino, da investigação, do desenvolvimento e da inovação em ciências da saúde no mundo lusófono.
- d. 11 a 14 de novembro de 2018 - Seminário Internacional: 40 anos de Alma-Ata e o papel dos trabalhadores técnicos em saúde na efetivação de sistemas universais de saúde e 4ª Reunião Ordinária da RETS-CPLP - Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP (Rio de Janeiro, Brasil), que teve como objetivo o fortalecimento dos modelos de cooperação internacional baseados em atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional; aprovação do Plano de Trabalho da RETS-CPLP para o período de 2018 a 2021; e a renovação do mandato da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/Fiocruz como Secretariado da RETS-CPLP, para o período de 2018 a 2021. A reunião foi realizada na EPSJV e contou com a presença de representantes de todos os Estados-Membros;
- e. 19 de novembro de 2018 - Reunião de Trabalho para a Constituição da “Rede de Instituições Públicas de Regulação e Inspeção do Setor da Saúde da CPLP” (Lisboa, sede da CPLP), com o propósito de constituir a Rede de Instituições Públicas de Regulação e Inspeção do Setor da Saúde e debater o respetivo Plano de Trabalho. A reunião foi realizada na sede da CPLP, com o apoio do IHMT e da Inspeção Geral das Atividades em Saúde de Portugal (IGAS), tendo contado com a presença de representantes de todos os Estados-Membros;
- f. 10 de dezembro de 2018 - apresentação do livro “Saúde e Política Externa: os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde - 1998-2018” (Lisboa, sede da CPLP), com o propósito de difundir os desafios, a multiplicidade e amplitude dos temas que contribuíram para o aumento do protagonismo do Ministério da Saúde do Brasil a nível internacional. O evento contou com a participação de preletores do Ministério da Saúde do Brasil e da Universidade de Brasília;
- g. 10 de dezembro de 2018 - apresentação do Plano de Trabalho para o biénio 2019-2020, da Comissão Temática da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional dos Observadores Consultivos da CPLP, que focaliza a sua atenção no eixo de fortalecimento dos cuidados primários de saúde;

- h. 4 a 6 de fevereiro de 2019 - Oficina de Trabalho “Fortalecimento da Formação em Saúde Pública no Âmbito da CPLP” (Lisboa, Portugal), com o propósito realizar um mapeamento e definir uma agenda de ações estratégicas para o fortalecimento de capacidades formativas em Saúde Pública no âmbito das instituições que integram a Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RENSP-CPLP), numa perspetiva de criação de uma rede de redes. A reunião teve lugar na Escola Nacional de Saúde Pública, da Universidade Nova de Lisboa, contando com a presença de representantes de várias escolas do espaço da CPLP;
- i. 14 e 15 de fevereiro de 2019 - Reunião de Responsáveis Nacionais para os problemas da droga e do uso nocivo do álcool dos Países de Língua Portuguesa Agenda (Lisboa, Portugal), com o propósito de proceder ao intercâmbio de experiências e boas práticas sobre modelos de intervenção em comportamentos aditivos e dependências. A reunião teve lugar no Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), do Ministério da Saúde de Portugal, contando com a presença de representantes de vários Estados-Membros;
- j. 27 de fevereiro de 2019 – Reunião com o Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Ghebreyesus, (Genebra, Suíça), com o propósito de solicitar o apoio para a realização de uma conferência em Lisboa, que juntaria os Ministros da Saúde da CPLP e os Ministros da Saúde dos Observadores Associados, para uma reflexão conjunta sobre as decisões resultantes da “Declaração de Astana sobre Cuidados Primários de Saúde”, de 26 de outubro de 2018; solicitar apoio à identificação de uma sala e apoio institucional à realização de uma Reunião Informal de Ministros da Saúde da CPLP, à margem da 72^a Assembleia Mundial de Saúde; e iniciar um processo de revisão do MdE entre a OMS e a CPLP, em apoio do PECS-CPLP 2018-2021. A reunião teve lugar na sede da OMS, em Genebra, contando com a presença do Secretário Executivo da CPLP;
- k. 9 de abril de 2019 – Reunião do GARD-CPLP (Lisboa, Portugal), com o propósito de debater estratégias de fortalecimento da GARD (*Global Alliance against Chronic Respiratory Diseases*) CPLP, nomeadamente a criação de um grupo técnico de apoio com elementos da GARD-CPLP para a criação/adaptação de instrumentos em língua portuguesa e influenciar a criação de programas sobre doenças respiratórias. A reunião teve lugar no IHMT e contou com a presença de vários peritos oriundos do espaço da CPLP;
- l. 10 a 12 de abril de 2019 – 5^o Congresso Nacional de Medicina Tropical (Lisboa, Portugal). O SECPLP apoiou institucionalmente o Congresso e integrou a Comissão de Honra. A DIRCOOP proferiu uma intervenção no painel “Parcerias em Saúde Global e Saúde das Populações – O que esperar e como melhorar?”. O

Congresso teve lugar no IHMT e contou com a presença de vários peritos oriundos do espaço da CPLP;

- m. 22 de maio de 2019 - Comunicado conjunto da Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, à margem da 72^a Assembleia Mundial de Saúde (Genebra, Suíça), que reforçou o papel da concertação política e da cooperação da CPLP no âmbito do reforço dos cuidados primários de saúde.

Para além das atividades acima relatadas, foram também acompanhados os seguintes eventos, que mereceram o apoio institucional da CPLP:

- X Congresso da Comunidade Médica de Língua Portuguesa e II Congresso da Ordem dos Médicos de Moçambique, promovidos pela Comunidade Médica de Língua Portuguesa (CMLP) e realizados em Maputo, entre 20 e 21 de setembro de 2018;
- *Workshop* "Gestão em Saúde nos Países de Língua Portuguesa", promovido pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) e realizado no Centro de Congressos do Estoril, Portugal, a 26 de setembro de 2018;

A realização da V Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP encontra-se prevista para outubro de 2019, em data e local a acordar.

3.2. Trabalho e Proteção Social

Com a aprovação do Plano de Ação de Tíbar, pela XIII Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP (RTMAS), que teve lugar em Díli, em abril de 2015, foi reiterada a vontade política dos Estados-Membros da CPLP para continuar a reforçar políticas e programas que visem a redução da pobreza e das desigualdades sociais bem como a troca de experiências e partilha de boas práticas nos domínios das Políticas Públicas de Extensão da Proteção Social. Nesta ocasião, enalteceu-se, ainda, a necessidade de reforço da cooperação e concertação político-diplomática na construção e consolidação de sistemas contributivos de segurança social.

A aprovação de uma Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP em 2014 e a declaração do ano de 2016, como o "Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil", reiteraram esse compromisso e reforçaram a visibilidade da cooperação e parceria entre a CPLP e a OIT.

No período em referência, foi possível registar avanços no cumprimento dos objetivos plasmados no Plano de Atividades da DIRCOOP de 2018 e de 2019, no setor "Trabalho e Assuntos Sociais", particularmente no que se refere às componentes trabalho infantil, trabalho digno e diálogo social. Nesse quadro foram acompanhadas as seguintes iniciativas ou atividades.

- a. 28 de maio a 1 de junho de 2018 - Academia sobre Trabalho Digno (Turim, Itália), formação promovida pelo Centro Internacional de Formação da OIT que, pela primeira vez, foi realizada integralmente em Língua Portuguesa, tendo contado com mais de 90 participantes de todos os Estados-Membros da CPLP, das áreas governamentais pertinentes bem como do setor privado, da área sindical e do espaço da sociedade civil;
- b. 23 e 24 de outubro de 2018 - Reunião de Negociação do Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP (Rio de Janeiro, Brasil), com o propósito de debater o texto do Acordo entre os Estados-Membros e negociar as respetivas medidas de operacionalização da Convenção. A reunião teve lugar na Secretaria da Fazenda do Ministério da Previdência do Brasil;
- c. 25 de fevereiro de 2019 - Reunião com o Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder (Genebra, Suíça) para, entre outros assuntos, antecipar o interesse da CPLP em que a XIV Reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP se debruce sobre o tema o “O futuro do Trabalho” e, nesse âmbito, solicitar o endosso da OIT para um convite a um elemento da Comissão Global que produziu o relatório “*Work for a brighter future*”, a fim de proceder a uma apresentação sobre esse tema à Ministerial. Durante o encontro foi também antecipada a possível participação do Secretário Executivo na Plenária da 108ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, realizada entre 10 e 21 de junho (que não veio a ocorrer) e a participação do DG OIT na XXIV ROCM da CPLP, a realizar no Mindelo. Foi ainda abordado o nível de excelência na cooperação mantida com o escritório da OIT-Lisboa e a possibilidade da OIT endossar a criação de um eventual Conselho Económico e Social da CPLP;
- d. 12 de junho de 2019 - Lançamento da 9ª edição da Campanha Conjunta da OIT-CPLP alusiva ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, sob o lema “As Crianças Não Devem Trabalhar nos Campos, Mas em Sonhos”, com o objetivo de dar cumprimento à Resolução dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, de 2011, em Luanda, na qual se decidiu intensificar esforços conjuntos para a prevenção e a eliminação da exploração do trabalho infantil no espaço da comunidade. A CPLP reproduziu, em português, os cartazes e as brochuras da campanha internacional da OIT e, em parceria com a RTP, divulgou um *spot* televisivo entre 5 e 12 de junho, também acessível no portal da CPLP;
- e. 17 e 18 de junho de 2019 - Reunião informal dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP (Genebra, Suíça) que, no âmbito do centenário da OIT, teve como objetivo uma concertação política entre os Estados-Membros sobre temas de interesse comum, a declaração de apoio da CPLP ao trabalho realizado pela Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho na preparação do Relatório “Trabalhar para um Futuro Melhor” e a afirmação do compromisso da

CPLP com a agenda para o futuro do trabalho, centrada nas pessoas e na revitalização do diálogo social. Essa concertação produziu uma declaração, que foi lida em nome da CPLP, pela Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, Dra. Janine Tatiana Santos Lélis, na reunião plenária da 108ª Conferência Internacional do Trabalho. A reunião teve lugar na sede da OIT, em Genebra, e

- f. 24 de junho de 2019 – o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Dionísio Babo Soares, assinou a Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, em Lisboa.

Para além das iniciativas acima, a DIRCOOP acompanhou ainda a execução técnica e orçamental da Atividade seguinte, financiada pelo Fundo Especial da CPLP:

- Pr78/LIS/18 Meninos de Rua: Inclusão e Inserção - 4ª fase

A realização da XIV Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP encontra-se prevista para outubro de 2019, em data e local a designar.

3.3. Juventude e Desportos

A XXIII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Santa Maria, a 16 de julho de 2018, adotou a Resolução sobre a Importância da Juventude para o Futuro da CPLP. No seguimento, a XI Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (CMJD), realizada em São Tomé e Príncipe, a 20 de julho de 2018, deliberou no sentido de declarar o ano de 2019 como o Ano da CPLP para a Juventude.

Esta decisão vem reforçar o potencial transversal das políticas de juventude no plano nacional, comunitário e internacional, instando todos os Estados-Membros da CPLP a associarem-se ao cumprimento do Plano de Ação para a Juventude da CPLP, bem como às demais atividades a promover pelo Secretariado Executivo da CPLP e pelo Fórum da Juventude da CPLP.

O Ano da CPLP para a Juventude pretende fortalecer a participação efetiva dos jovens da Comunidade no planeamento, na implementação, na monitorização e na avaliação das políticas de desenvolvimento na CPLP, designadamente no quadro da realização bem-sucedida dos ODS.

A XI Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP foi acompanhada pela realização dos XI Jogos Desportivos da CPLP. A DIRCOOP esteve presente em ambas as realizações.

Com efeito, do Plano de Atividades da DIRCOOP para 2018 e 2019, resulta como principal objetivo o acompanhamento e dinamização da cooperação intracomunitária

na área da Juventude e dos Desportos, o que foi concretizado pela organização, e seguimento das seguintes atividades:

- a. 25 de outubro de 2018 - Concurso de Fotografia - Património Habitado no Mundo Lusófono, apoiado institucionalmente pela CPLP, conforme decisão da 217.ª Reunião Ordinária do Comité de Concertação Permanente (CCP), do qual consta uma categoria de concurso destinada a estudantes de Arquitetura, cuja imagem vencedora será exposta na "IX Bienal de Jovens Criadores da CPLP", a realizar-se em julho, em Angola, em paralelo com a XII CMJD. O concurso foi organizado pelo Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP) e enquadrada pela Comissão Temática do Ambiente, Cidades e Territórios dos Observadores Consultivos da CPLP. A atividade insere-se nas atividades de "2019 - Ano da CPLP para a Juventude";
- b. 30 de janeiro de 2019 - Abertura de "2019 - Ano da CPLP para a Juventude" (Lisboa, Portugal), com o propósito de apresentação do plano de atividades para o ano, que tem como referência a Visão Estratégica da CPLP 2016-2026 e o Plano de Ação para a Juventude 2018-2022, realçando assim a importância da juventude para a CPLP, o alinhamento do tema com a agenda da cooperação da CPLP e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O evento realizou-se no dia, na Sala do Senado da Assembleia da República de Portugal;
- c. 7 de fevereiro de 2019 - Reunião com o Secretário Geral da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, com o propósito de passar em revista os principais objetivos e atividades em curso bem como proceder ao alinhamento e coordenação de procedimentos quanto atividades do interesse de ambas as instituições, em matérias como a gestão financeira versus Fundo Especial da CPLP, a dimensão Juventude na Assembleia Parlamentar da CPLP e o Ano da CPLP para a Juventude. A reunião teve lugar na sede da CPLP;
- d. 7 de fevereiro de 2019 - Reunião com o Presidente da Assembleia Nacional da República de Cabo Verde e Vice Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP, como quem se debateu a perspectiva de criação de uma Rede de Jovens Parlamentares na CPLP. A reunião teve lugar na sede da CPLP;
- e. 20 de fevereiro de 2019 - Seminário Contributo da Sociedade Civil para o Ano da CPLP para a Juventude, (Sede da CPLP, Lisboa), com o propósito de debater temas como a "Inovação Social e Negócios de Impacto na CPLP" e a "Mobilidade Académica e Transferência de Conhecimento na CPLP". O seminário foi organizado numa parceria entre o SECPLP, Fórum da Juventude da CPLP e a Federação das Associações de Jovens Empresários da CPLP (FAGE). A atividade insere-se nas atividades de "2019 - Ano da CPLP para a Juventude";

- f. 25 a 27 de março de 2019 – Reunião da Comissão de Juventude da CMJD (Luanda, Angola), com o objetivo de abordar aspetos organizativos da XII CMJD e da IX Bienal de Jovens Criadores da CPLP, que terão lugar em Luanda, no final de julho de 2019, bem como proceder a um ponto de situação sobre o grau de implementação de atividades integradas no Ano da Juventude da CPLP e Plano de Ação para a Juventude da CPLP;
- g. 2 de maio de 2019 - Seminário “A Importância da Língua Portuguesa para as Gerações Futuras” (Lisboa, Portugal), com o propósito de alinhar “2019 - Ano da CPLP para a Juventude” com as comemorações do “5 de maio - Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”. No programa do seminário constou uma mesa-redonda subordinada ao tema “Prospetivas sobre a Língua Portuguesa na CPLP” que contou com a participação de jovens de várias Associações Académicas dos Estados-Membros da CPLP, em Portugal. O seminário foi realizado na Fundação Oriente, em Lisboa;
- h. 21 a 23 de junho de 2019 – Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude e Fórum da Juventude (Lisboa +21). Por convite do Governo Português, o SECPLP integrou os trabalhos do *Steering Committee* da Conferência (composto pelo Governo Português, o Conselho Nacional de Juventude de Portugal, parceiros das Nações Unidas que endossaram a Conferência Mundial e Fórum da Juventude da CPLP) que, entre outros aspetos, contribuiu para a redação da declaração final do evento. Para além da participação institucional na Conferência, o SECPLP foi relator na sessão paralela sobre Desenvolvimento Sustentável “*Discussion Sessions on the commitments to shape youth policies and programmes*”. O evento decorreu no Altice Arena, Parque das Nações, Lisboa, e
- i. 24 de junho de 2019 - Conferência de Jovens sobre o Futuro do Trabalho (Lisboa, Portugal), inserida no âmbito da Conferência Mundial de Ministros responsáveis pela Juventude e Fórum da Juventude (Lisboa+21) e do “Ano da CPLP para a Juventude”, visou o reforço da relevância da temática do Futuro do Trabalho para a CPLP e serviu, igualmente, para assinalar o Centenário da OIT. A Conferência proporcionou uma experiência de diálogo tripartido entre jovens do espaço da CPLP e da Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) e promoveu a discussão sobre o futuro do trabalho numa ótica de juventude. O evento foi organizado pelo SECPLP numa parceria com o Escritório em Lisboa da Organização Internacional de Trabalho (OIT), o Escritório em Lisboa da OEI e o Fórum da Juventude da CPLP. Este evento contou com o alto patrocínio da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto de Portugal e a Secretaria Geral da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, e com o apoio institucional da Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP), da Confederação Empresarial da CPLP (CECPLP), da Universidade Lusófona e das Associações de Estudantes dos

Estados-Membros da CPLP, em Portugal. A conferência teve lugar no Centro de Juventude de Lisboa, Parque das Nações.

- j. 24 de junho de 2019 – Reunião com o Presidente da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP e Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo de São Tomé e Príncipe, na qual foi anunciada a disponibilidade daquele país em acolher, em novembro de 2019, uma segunda edição do “Parlamento Juvenil da CPLP” A reunião teve lugar na sede da CPLP;

Para além das iniciativas acima, a DIRCOOP acompanhou ainda a execução técnica e orçamental das seguintes Atividades financiadas pelo Fundo Especial da CPLP:

- Pr49/LIS/12 - Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania;
- Pr74/BRA/16 - Semana da Juventude da CPLP;
- Pr76/LIS/17 - Plano de Ética no Desporto na CPLP, e
- Pr79/LIS/18 - Portal da Conexão Lusófona – Rede de Jornalismo Jovem Digital – Fase 3.

De entre as solicitações que chegaram ao SECPLP com solicitação de apoio institucional, cumpre destacar o acompanhamento das seguintes:

- I Congresso Luso Afro Brasileiro sobre Infâncias e Educação (CLABIE), promovido pela Universidade de Aveiro e realizado entre 15 e 17 de novembro de 2018, em Aveiro, Portugal, e
- “6º Fórum Brasil África – Empoderamento Juvenil: transformação para alcançar o desenvolvimento sustentável”, promovido pelo Instituto Brasil África e realizado entre 22 e 23 de novembro de 2018, em Salvador, Brasil.

A XII Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP e a IX Bienal de Jovens Criadores da CPLP, terão lugar em Luanda, entre 20 e 25 de julho de 2019.

3.4. Igualdade de Género

O Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher (PECIGEM/CPLP) foi aprovado em maio de 2011, no âmbito da Reunião Extraordinária de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP a centra-se em 16 eixos prioritários e ações concretas para alcançar a igualdade de género e o empoderamento das mulheres no espaço da CPLP.

O lançamento do ano temático “2018 Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas”, em março de 2018, procurou ir ao encontro da Resolução 36/8 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas procurando promover no espaço da CPLP o “pleno usufruto dos Direitos Humanos para todas as mulheres e meninas e a transversalidade sistemática da perspectiva de género na implementação da Agenda 2030 sobre desenvolvimento sustentável”.

Assim, entre 2018 e 2019, conforme previsto no Plano de Atividades, foi promovido o acompanhamento de iniciativas relativas à execução do:

- Plano de Ação 2017-2020, aprovado na V Reunião de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP, que teve lugar em Brasília, a 1 de novembro de 2017 e que emana do PECIGEM-CPLP, e
- Plano de Atividades de 2018 - Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas.

Foi também dado início ao acompanhamento da execução técnica e orçamental da seguinte Atividade, financiada pelo Fundo Especial da CPLP:

- Pr77/LIS/17 Projeto de Formação para a Inclusão Feminina - Projeto “É Hora”.

Foi apoiado institucionalmente pela CPLP, o V Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos, promovido pela Associação Portuguesa de Mulheres Juristas e realizado a 16 de novembro de 2018, em Lisboa, Portugal.

A VI Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP encontra-se prevista para 6 de novembro de 2019, na cidade da Praia, antecedida pela respetiva reunião técnica nos dias 4 e 5 do mesmo mês.

3.5. Ambiente e Recursos Hídricos

O Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente (PECA), aprovado durante a VI Reunião dos Ministros do Ambiente da CPLP, realizada em Maputo, em abril de 2014, pretende reforçar e sistematizar os objetivos constantes da Plataforma de Cooperação Ambiental da CPLP e incrementar a coerência, eficácia, coordenação e harmonização das ações de cooperação em ambiente desenvolvidas pela CPLP por iniciativa comunitária e no quadro dos acordos de cooperação celebrados com organismos multilaterais parceiros.

Os principais objetivos listados no Plano de Atividades da DIRCOOP para 2018 e 2019, no que diz respeito ao setor do Ambiente e Alterações climáticas, são precisamente a) a promoção da cooperação entre os Estados-Membros da CPLP no que respeita à gestão, proteção e preservação do ambiente, tendo em vista a promoção de desenvolvimento sustentável e b) o fortalecimento das relações de cooperação com Organizações Internacionais e Agências das Nações Unidas da área do Ambiente.

Nesse quadro foi possível à DIRCOOP seguir as seguintes atividades:

- a. 30 e 31 de julho de 2018 - Reunião de Diretores de Recursos Hídricos da CPLP (Lisboa, sede da CPLP), com o objetivo de, no seguimento da concertação realizada em sede de CPLP, durante o 8º Fórum Mundial da Água (Brasília,

março de 2018), proceder à institucionalização da Reunião dos Diretores de Recursos Hídricos da CPLP, aprovar o respetivo regimento e debater o seu plano de atividades. A reunião foi promovida pelo SECPLP, em articulação com a Agência Nacional de Águas do Brasil (ANA) e a Agência Portuguesa de Ambiente (APA), e teve lugar na sede da CPLP;

- b. 9 a 10 de outubro de 2018 - Segundo Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência (Brasília, Brasil), criado em junho de 2017, no quadro da presidência brasileira da CPLP, com o propósito de trabalhar no âmbito da “Parceria para Transparência no Acordo de Paris”. A iniciativa tem como objetivos promover o intercâmbio de experiências e o fortalecimento de capacidades entre os países da CPLP para o cumprimento das obrigações de comunicação e transparência assumidas no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) e do Acordo de Paris. Neste segundo encontro foi apresentado um Manual sobre o estabelecimento e operação de sistemas de mensuração, relato e verificação (MRV) e realizado um exercício prático sobre dificuldades e práticas relativo ao uso dos Guias do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre Alterações Climáticas (IPCC) para a elaboração de inventários nacionais sobre emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). O seminário teve lugar no Palácio Itamaraty e foi promovido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil com o apoio dos governos de Brasil, Portugal, Alemanha e Bélgica, bem como da Parceria para Transparência, PNUD, PNUMA e CPLP;
- c. 15 a 18 de abril 2019 - V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa (Bubaque, região de Bijagós, Guiné-Bissau), atividade que permitiu a) promover a divulgação de projetos de investigação científica, a troca de experiências pedagógica; b) difundir a cooperação entre atores educativos das comunidades e países de língua portuguesa e c) reforçar o papel político da Educação Ambiental. A atividade, que reuniu 420 participantes, foi promovida pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) e a REDELUSO, e
- d. 20 e 24 de maio de 2019 - 1ª Missão Conjunta sobre Planeamento de Bacias Hidrográficas e de Redes Hidrometeorológicas (Brasília, Brasil), atividade estruturada para atuar nos domínios da capacitação e da promoção do intercâmbio de experiências, com o intuito de aprimorar as atividades dos órgãos gestores de recursos hídricos dos países envolvidos. Os temas-alvo da missão foram o planeamento de bacias hidrográficas e o monitoramento de recursos hídricos. A atividade contou com a presença de 14 técnicos de Estados-Membros da CPLP e decorreu nas instalações da ANA, com o apoio da Reunião de Diretores de Recursos Hídricos da CPLP.

Para além das iniciativas já relatadas, a DIRCOOP acompanhou ainda a execução técnica e orçamental das seguintes Atividades, financiadas pelo Fundo Especial da CPLP:

- Pr57/LIS/13 - Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP;
- AP 50/LIS/18 - V Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, e
- Ap51/LIS/19 - CPLP por um Mar Limpo II.

Durante o período em relato, houve também a necessidade de desenvolver diferentes reuniões e analisar várias solicitações que chegaram ao SECPLP com pedidos de apoio institucional para vários eventos. Entre os que mereceram consideração do SECPLP, destacam-se:

- Evento de “Alto Nível sobre Adaptação às Alterações Climáticas no Oceano e Zonas Costeiras” durante a COP24 da Convenção Quadro para as Alterações Climáticas (ONU), promovido pela *Future Ocean Alliance* e realizado a 8 de dezembro de 2018;
- IX Congresso sobre Gestão de Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa, promovido pelo Instituto Superior Técnico e realizado entre 14 e 16 de maio de 2019;
- SGA'19 - Sustentabilidade na Gestão Ambiental. Inovação e desafios para os Países de Língua Oficial Portuguesa, promovido pelo Instituto Superior Técnico e realizado entre 4 e 5 de junho de 2019, e
- Conferência “CPLP Lusophone Africa Green Facility Design Summit”, a realizar-se no 4º trimestre de 2019, promovido pelo Ministério da Transição Energética e Ambiente de Portugal.

A VIII Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP encontra-se prevista para março de 2020, em local a definir. A reunião deverá ocorrer em simultâneo com a Reunião dos Ministros e Autoridades responsáveis pelos Recursos Hídricos da CPLP.

3.6. Mares/Oceanos

A Estratégia da CPLP para os Oceanos foi aprovada em março de 2010, no âmbito da I Reunião dos Ministros do Mar da CPLP (RMAM), realizada em Oeiras, Portugal.

A III RMAM, realizada em Díli, a 18 de maio de 2016, aprovou o Plano de Ação de Díli para a implementação da Estratégia da CPLP para os Oceanos, reiterado o interesse político em prosseguir as iniciativas específicas acordadas no âmbito da sua implementação:

- Criação do Centro de Estudos Marítimos da CPLP;
- Atlas dos Oceanos da CPLP;
- Extensão da Plataforma Continental e Programas Associados;

- Projeção Internacional da CPLP através dos Oceanos;
- Parceria da CPLP para o Lixo Marinho;
- Desenvolvimento de Clusters Marítimos, e
- Criação e lançamento de um Portal eletrónico dos Assuntos do Mar da CPLP.

No período em relato e por diminuição da dinâmica de cooperação intracomunitária, não foi possível potenciar o objetivo plasmado no Plano de Atividades da CPLP, que previa o acompanhamento de atividades de cooperação ligadas ao setor, particularmente no que tange à implementação das iniciativas específicas acima.

Porém, como já relatado no capítulo relativo ao ambiente e aos recursos hídricos, decorre um processo de concertação para a criação de uma parceria da CPLP para o Lixo Marinho destinada a implementar medidas de prevenção para reduzir o lixo proveniente de fontes terrestres e marinhas, bem como a adoção de medidas corretivas de limpeza do mar e das áreas costeiras.

Encontra-se, também já concluído o “Portal dos Oceanos da CPLP”, com o objetivo de facilitar a troca de informação e divulgação de conhecimento sobre os assuntos do Mar no âmbito da CPLP e incentivar a partilha de boas práticas num quadro alargado de parceria global para o desenvolvimento sustentável. Pretende-se que o seu lançamento seja efetuado no decurso da próxima reunião ministerial.

A IV Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP deverá realizar-se a 26 de novembro de 2019, em São Vicente, Cabo Verde.

3.7. Energia

O Plano Estratégico de Cooperação em Energia da CPLP - 2018-2023, foi aprovado pela II Reunião de Ministros de Energia da CPLP, que teve lugar em novembro de 2017, em Foz de Iguaçu, Brasil.

No período em relato não se registaram avanços concretos na dinamização da cooperação intracomunitária na área da Energia, com prejuízo para a implementação do Plano de Ação da Reunião de Ministros de Energia da CPLP para o biénio 2018-2019, que se revela, até ao momento, nula.

A III Reunião de Ministros da Energia não está ainda agendada, prevendo-se que se possa realizar ainda em 2019.

3.8. Segurança Alimentar e Nutricional

A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP), cujo princípio fundamental assenta no Direito Humano à Alimentação Adequada, foi aprovada pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CCEG), realizada em Maputo, em julho de 2012. A X CCEG, realizada em julho de 2014, em Díli, aprovou uma Resolução sobre “a continuidade do Tema Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda da CPLP, até 2025”, que garante a perenidade e centralidade do tema na CPLP.

A II Reunião Ordinária do Comité de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), realizou-se, tal como estatutariamente previsto, em Santa Maria, na Ilha do Sal, no dia 16 de julho de 2018, em data anterior ao segmento de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, no âmbito da XII CCEG.

Nesse âmbito, foram desenvolvidas as seguintes reuniões:

- 12 de julho de 2018 - Fórum de Soberania Alimentar das Organizações da Sociedade Civil;
- Dia 13 de julho de 2018 - Reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar e Reunião do Grupo de Trabalho sobre Nutrição e Sistemas Alimentares;
- Dia 14 de julho de 2018 - Reunião do Secretariado Técnico Permanente do CONSAN-CPLP;
- Dia 15 de julho de 2018 - Evento paralelo sobre os “*Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS) / Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial*”, e
- Dia 16 de julho de 2018 - Reunião Plenária do CONSAN-CPLP.

A Declaração de Santa Maria, aprovada pelos membros e participantes da II Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP, evidencia as seguintes recomendações:

- Reforço da institucionalidade do CONSAN-CPLP para uma implementação efetiva da ESAN-CPLP nos Estados-Membros por via dos respetivos conselhos nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN);
- Conveniência da realização das Reuniões Ordinárias do CONSAN-CPLP sempre em momento prévio à CCEG e tendo em vista a evolução do CONSAN-CPLP como órgão estatutário da CPLP;
- Promoção de atividades de monitorização, com caráter permanente, da implementação do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas na ESAN-CPLP, tomando como base os países que já aprovaram leis sobre o tema;
- Fortalecimento e apoio à agricultura familiar, em consonância com as Diretrizes para o Apoio à Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP, aprovadas em 2017, enquanto vetor central para a implementação da ESAN-CPLP;
- Continuação do acompanhamento das discussões em curso sobre a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Camponeses, no âmbito do

Conselho de Direitos Humanos da ONU e a participação ativa na implementação da Década da Agricultura Familiar;

- Reforço da participação das mulheres rurais nas atividades do CONSAN-CPLP;
- Mobilização e captação dos recursos necessários para a realização das reuniões ordinárias do CONSAN-CPLP, dos seus grupos de trabalho e do funcionamento do Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP;
- Reafirmação da importância do tema da nutrição e dos sistemas alimentares sustentáveis, e
- Adequação dos quadros Estatísticos Nacionais para um melhor conhecimento dos indicadores relativos à agricultura familiar.

Nesse quadro, foi aprovado o “Plano Indicativo de Trabalho ESAN-CPLP 2018-2020 - Consolidação da ESAN-CPLP, que visa:

- A consolidação da ESAN-CPLP, ao promover o reforço de capacidades dos Secretariados Técnicos, Membros e Participantes dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional;
- O desenvolvimento de legislação para a agricultura familiar em consonância com as Diretrizes para o Apoio à Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP;
- A promoção de dietas sustentáveis;
- A promoção de tecnologias agroecológicas para produção, conservação, processamento e comercialização, e
- A elaboração de um programa piloto de convivência e aumento da resiliência face à seca nos Estados Membros da CPLP.

Em Resolução aprovada pela II Reunião Ordinária do CONSAN-CPLP é feito um apelo:

- À disseminação das Diretrizes de Apoio à Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP, tanto no contexto dos Estados-Membros como internacionalmente;
- À conversão do Escritório de Informação e Comunicação da FAO em Portugal e junto da CPLP, num Escritório de Parceria para apoio à Consolidação da ESAN-CPLP;
- À celebração de acordos, incluindo fiduciários, entre os Estados-Membros, o Secretariado Executivo da CPLP e a FAO;
- Ao aprofundamento das parcerias com a FAO e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para maiores oportunidades de apoio técnico e financiamento das ações previstas no Plano Indicativo de Atividades da ESAN-CPLP “Plano de Consolidação da ESAN-CPLP”;
- À identificação, pelos Estados-Membros, de fontes de financiamento para o funcionamento do CONSAN-CPLP, recomendando que as estruturas nacionais competentes orçamentem anualmente verbas com esse propósito e as consignem ao Fundo Especial da CPLP, e
- A uma reflexão aprofundada pelos órgãos de direção da CPLP sobre a possibilidade do CONSAN-CPLP, na sua capacidade de plataforma de assessoria

aos Chefes de Estado e de Governo da CPLP em matéria de segurança alimentar e nutricional, evoluir para um órgão estatutário da CPLP.

Como corolário desta concertação a XII CCEG aprovou uma Resolução sobre a Sustentabilidade do CONSAN-CPLP que apela à:

- Identificação de fontes de financiamento para a implementação do Plano Indicativo de Atividades “Plano de Consolidação da ESAN-CPLP”, e à
- Realização das Reuniões Ordinárias do CONSAN-CPLP sempre em momento prévio à Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

Entre os principais resultados já atingidos pela ESAN-CPLP, poderão ser identificados os seguintes:

- CONSAN-CPLP estabelecido e em funcionamento;
- Mecanismos Regionais de Facilitação da Participação da Sociedade Civil, das Universidades, do Setor Privado e Parlamentares constituídos e em funcionamento;
- Grupo de Trabalho para a Agricultura Familiar constituído e em funcionamento;
- Grupo de Trabalho de Nutrição e Sistemas Alimentares constituído e em funcionamento;
- Seis países com Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional estabelecidos e em funcionamento (Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste);
- Um país em processo de constituição do seu Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Angola) e um país sem informação (Guiné Equatorial);
- Maioria dos Estados-Membros da CPLP com Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição Escolar.
- Aprovação, em 2017, das Diretrizes para o Fortalecimento da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP, e
- Início de implementação das Diretrizes nos Estados-Membros.

Com efeito, a aprovação pela CPLP das “Diretrizes para Apoio à Promoção da Agricultura Familiar nos EM da CPLP”, dota a Comunidade com um instrumento impar no panorama internacional e pioneiro, uma vez que a CPLP é a primeira região no globo a desenvolver tal concertação, que serve hoje como referencial para outros contextos regionais em matéria da Governança da Segurança Alimentar e Nutricional.

Esse avanço teve já expressão em alguns Estados-Membros com a aprovação de alguns dispositivos legais. Por exemplo, Cabo Verde, em maio de 2018, tornou-se o primeiro país africano de Língua Portuguesa a aprovar uma lei que estabelece os princípios, normas e procedimentos que garantem o reconhecimento e exercício efetivo do Direito Humano a uma Alimentação Adequada e, Portugal, em agosto de 2018, aprovou o Estatuto da Agricultura Familiar, tendo atualmente em debate no seu Parlamento uma Lei de Bases sobre o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.

No quadro do Plano de Atividades da DIRCOOP para 2018 e 2019 e para além do trabalho de acompanhamento da dinâmica do CONSAN-CPLP, foi realizado o seguimento das atividades seguintes:

- 28 de setembro de 2018 - Aprovação da “Declaração dos Direitos dos Camponeses” pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, com o acompanhamento da mobilização efetuada pelo Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP (MSC-CONSAN CPLP) junto de entidades congéneres a nível mundial;
- 15 de outubro de 2018 - 45ª sessão do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CSA), na FAO, em Roma, Itália. O SECPLP participou a) na abertura da sessão plenária do CSA, que decorreu em Roma, entre 15 e 19 de outubro de 2018, que decorreu sobre o tema “ Fazer a diferença na segurança Alimentar e Nutricional”, b) na Reunião do Grupo CPLP Roma e Delegações dos Estados-Membros presentes no 45º CFS, c) no evento paralelo “Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar: dos desafios Globais à ação regional e nacional”, d) realizou um encontro de trabalho com a Divisão de Parcerias e Mobilização de Recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), e) participou no lançamento, em formato digital da publicação “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável na CPLP”, que testemunha o trabalho realizado em fevereiro de 2018, no âmbito da “Reunião de Alto Nível da CPLP para a Agricultura Familiar e f) lançamento do Relatório “*SOFI. The State of Food Security in the World 2018*”;
- 14 a 18 de Novembro de 2018 - II Escola de Verão (Moçambique), promovido pelo Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidades no CONSAN-CPLP, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil e UNILAB;
- 10 e 11 de dezembro de 2018 - Apresentação do “Estudo de Caracterização da Agricultura Familiar na CPLP” (Lisboa, sede da CPLP), que foi desenvolvido no âmbito do projeto de cooperação Sul-Sul trilateral Brasil-FAO “Intercâmbio de experiências e diálogos sobre políticas públicas para a agricultura familiar na África. A apresentação foi realizada por representantes da ABC e SEAD do Brasil bem como pelos consultores envolvidos nesse trabalho;
- 17 de dezembro de 2018 - Aprovação da “Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos camponeses e outras pessoas que trabalham nas áreas rurais”, por via do acompanhamento do trabalho da terceira comissão da 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque;
- 10 e 11 de janeiro de 2019 - Trabalhos da 2ª Comissão da VIII Assembleia Parlamentar da CPLP (Praia, Cabo Verde), que no quadro do Mecanismo de

Facilitação da Participação dos Parlamentares no CONSAN-CPLP, aprovou o respetivo Plano de Atividades;

- 1 de março de 2019 - “O FIDA e as Oportunidades de Colaboração com as Instituições e Empresas Portuguesas do Setor Agrícola”, que teve o propósito de alargar o conhecimento do leque de oportunidades de cooperação com o FIDA. O seminário teve lugar e foi organizado pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal;
- 28 e 29 de maio de 2019 - Evento de lançamento da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028 (Roma, Itália), durante o qual se apresentaram os objetivos da Década e do Plano Global de Ação com o propósito de fomentar o alargamento de parcerias para o desenvolvimento de políticas, investimentos e outras ações concretas de apoio à agricultura familiar realizada por pequenos agricultores e aumentar a compreensão para o potencial e para as contribuições multidimensionais da agricultura familiar na concretização dos ODS. O evento teve lugar na FAO e foi organizado conjuntamente pela FAO e pelo FIDA, e
- 17 e 21 de julho de 2019 - Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis (Idanha-a-Nova, Portugal). O SECPLP foi convidado a integrar o Comité Organizador do evento, que promoverá um debate que irá interligar temas como a inovação para o desenvolvimento rural, as bio-regiões, os Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial e políticas públicas locais, visando a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis. O Fórum conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e é coorganizado pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pelo Mecanismo para a Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP, pela Rede Internacional das Bio-Regiões e pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal.

Para além das iniciativas já relatadas, a DIRCOOP acompanhou ainda a execução técnica e orçamental das seguintes Atividades, financiadas pelo Fundo Especial da CPLP:

- Pr73/BRA/16 - PLATAFORMA SKAN CPLP - mecanismo de partilha de conhecimento e tecnologia entre os Estados membros da CPLP para o desenvolvimento do sector agroalimentar (2ª Fase), e
- Pr81/LIS/19 - Plataforma SKAN CPLP - Organização de Evento SKAN 2019.

3.8.1. *Campanha Juntos contra a Fome*

No seguimento do deliberado, pela X Cimeira da CPLP, através da aprovação de uma Resolução sobre “A Continuidade do Tema Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda da CPLP, até 2025”, a Campanha Juntos contra a Fome (JcF) irá manter-se na agenda comunitária e nas prioridades das diversas presidências *pro tempore* da CPLP, permanentemente, até 2025, acompanhando as metas definidas internacionalmente.

No período em relato foi possível preparar o arranque da execução técnica e financeira de mais três iniciativas, que deverão estar a operar no terreno até ao final de julho de 2019:

- Projeto de “Desenvolvimento de boas práticas agroecológicas e educação nutricional em Zandamela”, Moçambique – a promover pela Associação Kulani Kuati Vanana;
- Projeto “Técnicas de produção, transformação e conservação de produtos agropecuários e empreendedorismo”, a promover pela Plataforma das ONG de Cabo Verde;
- Projeto “Apoio à consolidação de associações de jovens agricultores na região de Cacheu, consolidação e alargamento”, promovido pela Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros de Cachungo (COAJOC), Guiné-Bissau.

Estas iniciativas juntam-se a outras três já concluídas e monitorizadas:

- “Projecto de promoção do desenvolvimento da agropecuária familiar sustentável no vale da Ribeira de Vinha”, promovido pela Associação dos Amigos da Natureza, em S. Vicente;
- “Mulheres pequenas agricultoras das bolanhas” a caminho de redução da insegurança alimentar e de melhoria nutricional nas tabancas, promovido pela AD - Ação para o Desenvolvimento, na Região de Cacheu;
- Projeto “Nutrição e saúde escolar em STP: boas práticas a partir da infância” – promovido pela Associação HELPO;

Em termos da promoção de iniciativas com cariz cultural e desportivo com o propósito de captar interesse e visibilidade para a Campanha bem como a angariar alguns recursos, cumpre destacar a realização das seguintes atividades:

- Edição de 2018 da Corrida da CPLP “Juntos contra a Fome”, Cascais, Portugal, 25 de novembro de 2018;
- II Edição da Corrida da CPLP “Juntos contra a Fome”, Sal, Cabo Verde, 9 de dezembro de 2018.

3.9. Cidadania e Desenvolvimento e Direitos Humanos

Os Planos de Atividades da DIRCOOP de 2018 e 2019, identificam como objetivo para a área da Cidadania e Desenvolvimento e Direitos Humanos, a promoção da concertação, o intercâmbio de experiências, a troca de informação e a partilha de boas práticas em matéria de cidadania e direitos humanos.

Com efeito, a CPLP tem procurado reforçar o seu acompanhamento e intervenção nestes domínios, fundamentalmente por via do acompanhamento da execução do Projeto de Cooperação da CPLP em Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, acompanhamento das atividades realizadas pela Rede de Provedores de Justiça, Comissões Nacionais e demais Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) da CPLP, bem como pela promoção de esforços para o desenvolvimento da temática do Direito Internacional Humanitário no contexto da CPLP.

A temática dos Direitos Humanos tem vindo a ser progressivamente apontada como fundamental para o fortalecimento institucional dos Estados-Membros e para que os resultados da cooperação intercomunitária sejam atingidos.

Assim, no âmbito do período em reporte, foi possível à DIRCOOP participar na organização e/ou acompanhamento das seguintes atividades:

- 9 a 12 de outubro de 2018 - Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário (DIH), sede da CPLP, Lisboa, atividade que visou contribuir para que os Estados-Membros da CPLP estejam mais capacitados para cumprir com as suas obrigações em termos de normas e princípios de DIH e para que possam utilizar os novos conhecimentos e ferramentas nos contextos nacionais, que permitam atuar como agentes disseminadores dessas normas e princípios. A atividade foi realizada numa parceria entre o SECPLP, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e o Fórum das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha de Língua Portuguesa;
- 21 a 26 de outubro de 2018 - Missão Capacitação a Angola no âmbito do Projeto Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência (Luanda, Angola), com o propósito de fortalecer a capacidade institucional governamental em Angola para a formulação e execução de uma política nacional para promoção dos direitos da pessoa com deficiência e desenvolvimento de estratégias de inclusão desse segmento nas políticas sociais do Estado;
- 14 de dezembro de 2018 - Evento evocativo do 70º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Estoril, Portugal), com o objetivo de refletir sobre a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos e apresentar uma perspetiva de juventude dos espaços da CPLP, Ibero-américa e Francofonia sobre a atualidade deste instrumento universal, contribuindo para a valorização da CPLP enquanto organização promotora dos ODS, alinhando-se, assim, com a Visão Estratégica da CPLP 2016-2026 e com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O evento permitiu assinalar o papel dos jovens enquanto promotores da universalidade dos direitos humanos e do desenvolvimento. O evento foi endossado pela XII CCEG da CPLP, de julho de 2018, realizada no Sal, em Cabo Verde, e concretizou-se numa parceria entre o

SECPLP e o Fórum da Juventude da CPLP. Na sessão de abertura, participaram o Presidente da República de Cabo Verde e Presidente *pro tempore* da CPLP, Jorge Carlos Fonseca, a Secretária Executiva da CPLP, Maria do Carmo Silveira, a Vice-Presidente do Fórum da Juventude da CPLP, Aissatu Forbs Djalo, a Secretária Geral da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB), Rebeca Grynspan, a Secretária Geral da Organização Internacional da Francofonia (OIF), Michaëlle Jean, e o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Carlos Carreiras. O evento foi realizado no Centro de Congressos do Estoril e contou com o Alto Patrocínio do Presidente da República Portuguesa;

- 28 a 30 de novembro de 2018 - Workshop Regional sobre a Revisão Periódica Universal e Consulta Técnica ODS 16+ sobre Inclusão e Direitos Humanos (Praia, Cabo Verde), com a intenção de proceder a) a uma Identificação de Oportunidades e estratégias para a transversalização dos Direitos Humanos na adaptação, implementação, monitoramento e informe dos ODS e b) à partilha de práticas no âmbito da coordenação e seguimento às recomendações de direitos humanos, incluindo a Revisão Periódica Universal (UPR). O evento foi organizado pelo Governo de Cabo Verde e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH);
- 25 de fevereiro de 2019 - 40ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (Genebra, Suíça), com o objetivo de proceder a uma intervenção em nome da CPLP na sessão plenária do CDH, sobre o compromisso e avanços intracomunitários em matéria de Direitos Humanos. A intervenção foi feita na sala do CDH no *Palais des Nations*;
- 26 de fevereiro de 2019 - Reunião com a Alta Comissária Adjunta das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Kate Gilmore (Genebra, Suíça), com o propósito de: a) requerer ao ACNUDH a identificação do seu ponto focal de contacto para interação direta com a CPLP; b) analisar conjuntamente o calendário dos próximos exercícios de UPR dos Estados-Membros da CPLP e definir qual seria o melhor formato para apoio do ACNUDH ao processo e c) reiterar o interesse da CPLP na realização de um evento conjunto que permita juntar a experiência do grupo CPLP com a de outro grupo linguístico (eventualmente SEGIB) para partilha de experiências sobre a criação de INDH (Instituições Nacionais de Direitos Humanos) e seu fortalecimento ao nível nacional.

Como acima se indicou, entre outras atividades, incumbe à DIRCOOP o acompanhamento da execução técnica e orçamental das seguintes Atividades, financiadas pelo Fundo Especial da CPLP:

- Ap49/LIS/18 - Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário, cujo desenvolvimento acima se relatou,

- Pr53/MAP/12 - Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV – Prolongamento, e
- Pr56/LIS/13 - Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP.

A temática dos direitos humanos das pessoas com deficiência começou a ser trabalhada como prioritária a partir de 2011, tendo recebido um impulso forte com a aprovação, pela XXVI Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, realizada em Lisboa, em março de 2013, do projeto aqui mencionado.

Esta iniciativa apresentada pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretária de Estado de Direitos Humanos (SNPD), da Presidência da República do Brasil, arrancou com novembro de 2014 e já realizou missões em Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Estas ações deverão possibilitar que se trace uma panorâmica sobre estado atual de proteção dos direitos das pessoas com deficiência a nível nacional e a dotar as autoridades e sociedade civil de maior informação e capacidade técnica para poderem responder de forma mais eficaz, sensibilização também para a relevância de políticas que sejam desenvolvidas de forma transversal em prol da proteção dos direitos destas pessoas com deficiência.

3.10. Turismo

O turismo representa hoje um dos principais setores de atividade económica à escala planetária, possuindo uma importância decisiva no crescimento de várias das economias dos nossos Estados-Membros da CPLP, em particular, Brasil, Cabo Verde e Portugal.

O impacto do turismo na vida económica dos Estados-Membros da CPLP é hoje percecionado de forma muito positiva e o setor tende a ganhar relevância estratégica na formulação das opções políticas para o desenho de processos de desenvolvimento. O turismo é, portanto, um vetor que contribui de forma decisiva para a prossecução da agenda do desenvolvimento sustentável.

O Plano Estratégico de Cooperação em Turismo na CPLP (PECTUR) foi endossado pela IX Reunião de Ministros do Turismo da CPLP, teve lugar em Foz do Iguaçu, entre 28 e 29 de junho de 2017, tendo a sua aprovação sido ratificada ad referendum pela XXIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

O PECTUR-CPLP constitui a estratégia da CPLP para o setor de turismo e tem por objetivos gerais promover a cooperação entre os Estados-Membros da CPLP no que diz respeito à promoção e desenvolvimento do Turismo, apoiar os Estados-Membros a

elaborar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de desenvolvimento do turismo nos respetivos países e ainda apoiar os Estados-Membros na implementação de ações que promovam o cumprimento dos ODS, além de outras Convenções e Acordos Multilaterais relacionados com o setor de turismo, especialmente aqueles celebrados no âmbito da Organização Mundial de Turismo.

Com essa dimensão em mente e no âmbito do PECTUR-CPLP, Portugal identificou 160.000 Euros, depositados em duas *tranches* no Fundo Especial da CPLP, para apoio a um Projeto “Cooperação no domínio do Turismo no contexto da CPLP”. Essa iniciativa foi apresentada e endossada pela 218.^a reunião do CCP, de novembro de 2018 e tem o Turismo de Portugal como entidade executora.

O projeto tem como objetivo geral reforçar o papel do turismo no âmbito da CPLP através da implementação de ações/projetos previstos no PECTUR-CPLP, nomeadamente dos compromissos assumidos por Portugal nesse quadro e nas áreas da Formação, Promoção, Investimentos e REVIVE.

As atividades que vêm sendo executadas ao abrigo deste projeto têm contribuído para a) a promoção e melhoria das capacidades dos técnicos das instituições governamentais dos Estados-Membros da CPLP que detêm a responsabilidade de Turismo, b) a melhoria da base de diálogo e troca de experiências sobre turismo no âmbito da CPLP e c) a promoção da relevância do turismo como fator de crescimento económico e de desenvolvimento.

As atividades já desenvolvidas à luz desse programa e acompanhadas pela DIRCOOP são as seguintes:

- 14 de março de 2019 - II Fórum Negócios e Investimentos Turísticos no Espaço da CPLP, realizado em paralelo com a Feira de Turismo de Lisboa (BTL), para promover e dinamizar um diálogo entre os setores público e privado e para potenciar a identificação de oportunidades de negócio e investimento no setor dos turismo nos Estados-Membros. O evento teve lugar na FIL-Lisboa, no Parque das Nações;
- 3 a 7 de junho de 2019 - Ação CPLP + Turismo (REVIVE), com o objetivo de valorização do Turismo como propulsor do desenvolvimento nos Estados-Membros da CPLP. Será dada relevância ao programa REVIVE e à sua internacionalização aos países da CPLP. A formação dividiu-se em 3 dias formação teórica + 2 dias de visitas técnicas em instituições de referência sedeadas em várias localidades de Portugal;
- 1 a 3 de julho de 2019 - Academia de Formadores, com o propósito de a) realizar uma formação de excelência sobre novas tendências de turismo e para a educação e formação em turismo, b) renovar conhecimentos e capacitar os participantes com competências pedagógicas e técnicas especializadas, c)

habilitar os participantes a responder aos desafios e evolução do sistema formativo, em conjunto com as novas tendências do setor e exigências do mercado. A academia teve lugar em Lisboa, no LUX Lisboa Park Hotel, e

- 4 a 13 de julho de 2019 - Ação de Formação Património e Cultura, Gastronomia e Vinhos, com o objetivo de formar e capacitar, numa lógica de formação de formadores, os técnicos dos Estados-Membros nas área do Património e Cultura, Gastronomia e Vinhos. A formação realizou-se em instituições de referência sedeadas em várias localidades de Portugal;

Entretanto, entre 13 e 14 de março de 2019, foi também realizada uma Reunião Informal Ministros Turismo (segmento técnico e ministerial), durante a qual os Ministros do Turismo constataram que, atualmente, os planos de desenvolvimento económico dos Estados-Membros contemplam o turismo entre os 3 principais setores promotores da atividade económica e de atração de investimento direto estrangeiro.

A reunião também teve o propósito de reafirmar o apoio à implementação do PECTUR-CPLP em eixos de ação como: i) partilha de legislação; ii) identificação de oportunidades de investimento e programas; iii) melhoria das infraestruturas associadas ao setor; iv) incremento da qualidade e da capacitação dos recursos humanos; v) melhoria da conectividade, nomeadamente por via aérea; vi) melhoria do Portal do Turismo da CPLP através disponibilização de mais recursos informativos; vii) reabilitação do património histórico e arquitetónico e a sua colocação ao serviço do turismo; viii) necessidade de avanços substantivos nas políticas de concessão vistos para garantir uma maior mobilidade dos turistas no espaço da CPLP.

A X Reunião de Ministros do Turismo da CPLP está prevista para 15 de novembro de 2019, em São Felipe, Cabo Verde, antecipada pela reunião técnica a realizar entre 13 e 14 desse mês.

3.11. Governação Eletrónica

No período em relato, apesar dos esforços empreendidos para que tal pudesse acontecer, não foi possível reunir os Pontos Focais da Governação Eletrónica da CPLP, em Melbourne, Austrália, durante a *ICEGOV2019: 12th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance*, que teve lugar nessa cidade, entre 2 e 5 de abril de 2019.

Com o apoio da UNU-EGOV, sedeadada em Guimarães, foi possível dar continuidade ao processo de preparação do livro “Evolução da Governação Eletrónica na CPLP”, com a prestação de apoio técnico à Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste na elaboração dos respetivos capítulos nacionais.

A presidência *pro tempore* de Cabo Verde prevê a realização de uma Reunião Interministerial de Governação Eletrónica da CPLP em 2019, em local e data a definir.

3.12. Comunicações

A Agenda Digital para a CPLP foi aprovada pela X Reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP, que teve lugar em Malabo, a 4 de junho de 2018.

Trata-se de um instrumento que, pela sua ampla transversalidade, oferece várias oportunidades para uma ação articulada e em rede com outras dimensões de desenvolvimento da CPLP, já plasmadas em diversos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial, como sejam os setores da Saúde, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Finanças, Comércio e Juventude, sem esquecer outros setores relevantes como a Justiça, o setor privado e a sociedade civil.

Em concertação com a ARCTEL-CPLP (Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), tem sido possível reforçar esta importante dimensão de cooperação no espaço da CPLP.

Apesar da XI Reunião dos Ministros das Comunicações da CPLP estar agendada para maio de 2020, em Cabo Verde, foram já realizadas duas reuniões técnicas preparatórias, fundamentalmente com o propósito de a) acompanhar o grau de execução das deliberações de Malabo, b) analisar e debater visões o quanto à Estratégia de implementação da Agenda Digital e c) trabalhar sobre a revisão do Regimento Interno da RMC.

As reuniões técnicas realizadas foram as seguintes:

- 28 de fevereiro de 2019 - Reunião Técnica Preparatória de Pontos Focais, realizada na sede da CPLP, em Lisboa;
- 17 de maio de 2019 - Reunião Técnica Preparatória Extraordinária de Pontos Focais, realizada nas instalações do Escritório Regional da ANATEL, em Fortaleza, Brasil.

No âmbito do Plano de atividades da DIRCOOP, para além dos trabalhos acima relatados, também se procedeu ao acompanhamento da seguinte iniciativa:

- 16 de maio de 2019 - 10º Fórum das Comunicações da CPLP, subordinado ao tema “o Futuro do Setor”, durante o qual se debateram os novos desafios que se colocam às Autoridades Reguladoras e Operadoras de comunicações, tais como a chegada das redes 5G, Internet das Coisas, novos modelos de negócio, privacidade e segurança, entre outros. O Fórum foi realizado nas instalações do Escritório Regional da ANATEL, em Fortaleza, Brasil.

4. Cooperação com a Sociedade Civil

4.1. Reuniões com Observadores Consultivos

A importância das organizações da sociedade civil é reconhecida pelos principais órgãos da CPLP que, a seu respeito, têm adotado diversas decisões com vista à integração do seu enorme potencial na dinâmica do desenvolvimento da Comunidade.

À data de julho de 2019, os observadores consultivos (OC) da CPLP ascendem a 84.

Parte deste elenco encontra-se envolvido em Comissões Temáticas (CT), tal como proposta aprovada durante a VI Reunião entre os Observadores Consultivos da CPLP e o Secretariado Executivo, realizada em Lisboa a 26 de junho de 2012.

Estão atualmente em funcionamento as seguintes Comissões Temáticas:

- Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, coordenada pela Fundação Calouste Gulbenkian,
- Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, coordenada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde dos Estados Brasileiros (CONASS),
- Educação, Ciência e Tecnologia, coordenada pela Sociedade de Geografia de Lisboa e IHMT,
- Ambiente, Cidades e Territórios, coordenada pelo Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa (CIALP),
- Assuntos Culturais, coordenada pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT),
- Direito e Justiça, coordenada pelo Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos (Concórdia),
- Assuntos do Trabalho, coordenada pela Comunidade Sindical de Países de Língua Portuguesa (CsPLP),
- Economia, Empresariado e Investimento, coordenada pela Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP).

O trabalho com as CT de OC têm-se revelado particularmente interessante, tendo sido possível concretizar diferentes iniciativas em parceria com o SECPLP. Apesar de existir ainda um importante espaço para aprimoramento e crescimento desta parceria, cumpre destacar o contributo das seguintes comissões para a agenda da CPLP:

- Promoção e Difusão da Língua Portuguesa;
- Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional;
- Educação, Ciência e Tecnologia, e
- Ambiente, Cidades e Territórios.

No período em relato, a DIRCOOP não promoveu a realização de uma reunião anual entre o SECPLP e os OC, por considerar que esse modelo de trabalho, na atual conjuntura, se revela pouco produtivo. Não obstante, com a entrada prevista de novos OC com a realização da XXIV ROCM, pondera-se realizar tal encontro no último trimestre de 2019, caso a agenda institucional da CPLP assim o possibilite.

Não obstante, no seguimento das diligências que foram sendo desenvolvidas pela CPLP para a mobilização de esforços de boa vontade para a assistência às populações afetadas pelo ciclone “Idai”, em Moçambique, o SECPLP convocou uma reunião de trabalho com as CT “Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional” e “Ambiente, Cidades e Territórios”, realizada a 8 de abril de 2019, da qual resultou o apuramento de um conjunto de disponibilidades e valências para operar num cenário de reabilitação e pós-emergência.

4.2. Fórum da Sociedade Civil da CPLP

A Assembleia Geral do Fórum da Sociedade Civil da CPLP (FSC-CPLP) realizou-se no dia 11 de dezembro de 2018, na sede da CPLP, ocasião em que foi analisado e aprovado o relatório de atividades e contas de 2017, debatido e aprovado o plano e orçamento para 2019 e se procedeu à admissão de novos membros.

Informação disponibilizada pelo Secretariado Técnico Permanente do FSC-CPLP, em maio de 2019, indicava que, por razões de natureza logística, a III edição do FSC-CPLP, prevista para se realizar em junho, em Cabo Verde, seria adiada para 9 a 11 de outubro de 2019.

4.3. Fundações da CPLP

O XII Encontro das Fundações da CPLP foi realizado entre 9 a 11 de julho de 2018, em São Tomé e Príncipe, subordinado ao tema “Desenvolvimento e Sociedade Civil: o contributo das Fundações”. O encontro foi promovido pelo Centro Português de Fundações (CPF), com o apoio de diversas fundações portuguesas e são-tomenses.

A DIRCOOP tem acompanhamento os trabalhos das Fundações da CPLP e esteve presente no referido evento.

5. Cooperação com Organismos Internacionais

Dando cumprimento a um dos princípios orientadores da CPLP no sentido da consolidação da sua projeção internacional e procura de parcerias e fontes de

financiamento, têm sido perspetivada a necessidade do alargamento das relações com diferentes organizações e parceiros.

No período em relato a atividade do SECPLP com agências e organismos internacionais teve particular destaque no relacionamento com:

- Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO);
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH);
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA);
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV);
- Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Organização Internacional para as Migrações (OIM);
- Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI);
- Organização Mundial de Saúde (OMS), e
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

6. Conclusões

Os novos desafios que se colocam à CPLP com a adoção de diretrizes e orientações para uma “Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)”, permitem trazer à evidência a necessidade de se aprimorar e reforçar o quadro conceptual e metodológico da cooperação da CPLP, bem como a sua dotação com novos recursos humanos e financeiros, procurando níveis acrescidos de previsibilidade financeira e programação plurianual.

No quadro da cooperação da CPLP, as estratégias setoriais, refletidas nos Planos Estratégicos de Cooperação Setorial (PECSET), foram sendo construídas tendo em conta a sua capacidade para potenciar o trabalho em rede e a transversalidade.

Esta abordagem tem permitido o alargamento da colaboração entre as diferentes áreas técnicas de cooperação da CPLP e o estabelecimento de diferentes plataformas de entendimento com diversos parceiros de desenvolvimento.

Urge agora compatibilizar e harmonizar as dinâmicas da cooperação setorial com as necessidades de foco, coordenação e alinhamento, já identificadas pelos órgãos da CPLP.

A experiência recolhida ao longo dos últimos anos permitiu equacionar e sistematizar os setores amplamente transversais de cooperação nos quais se identifica maior capacidade de intervenção multilateral para a CPLP, numa lógica de coerência, harmonização, coordenação e potencial de futuro. São eles os seguintes:

- Ambiente e Recursos Hídricos;
- Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Cultura;
- Direitos Humanos e Boa Governação;
- Educação;
- Energia;
- Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher;
- Juventude e Desportos;
- Saúde;
- Segurança Alimentar e Nutricional, e
- Turismo.

Estes são os setores propostos pelo Documento Estratégico de Cooperação (DEC) 2020-2026, que se espera possa ser aprovado pela XXIV ROCM, a 19 de julho de 2019.



**PRESIDÊNCIA *PRO TEMPORE* CABO-VERDIANA
PARA A CPLP 2018-2020**

CALENDÁRIO INDICATIVO DE REUNIÕES

1. ATIVIDADES EM 2018/2019

1.1. Realizadas no 2.º semestre de 2018 e 1.º semestre de 2019

1. Reunião Informal de Ministros do Trabalho e Segurança Social da CPLP, à margem da 108.ª Conferência da OIT, 10-21 junho de 2019
2. XVIII Encontro dos Procuradores Gerais da CPLP, 5-7 de junho de 2019
3. XIX Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados da CPLP, Luanda, 30 de maio de 2019
4. X Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados da CPLP - Luanda, 29 de maio de 2019
5. II Reunião Técnica Conjunta sobre a Mobilidade – Lisboa, 27 e 28 de maio de 2019
6. Reunião Informal de Ministros da Saúde da CPLP, paralelo à 72.ª Assembleia Mundial de Saúde, Genebra, 22 de maio de 2019
7. 21ª Reunião dos CEMG das Forças Armadas da CPLP – Praia, 10 a 11 de abril de 2019
8. V Reunião de Ministros da Administração Interna / Interior – Praia, 22-24 de abril de 2019
9. II Reunião do Fórum Cibercrime – Praia, 11 e 12 de abril de 2019
10. XI Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP – Praia, 10-12 de abril de 2019
11. Reunião Informal dos Ministros do Turismo da CPLP - Lisboa, 14 de março de 2019
12. Reunião Informal dos Pontos Focais do Turismo - Lisboa, Sede da CPLP, 13 de março de 2019
13. Oficina de Planeamento da Difusão 2.ª edição do Programa CPLP Audiovisual (PAV) – Praia, 26 de fevereiro de 2019
14. XXXVIII Reunião de Pontos focais de Cooperação – Lisboa, 18 e 19 de fevereiro de 2019;
15. II Reunião da Comissão do Património Cultural da CPLP Celebração do Dia da Língua e da Cultura - Lisboa, 18 e 19 de fevereiro de 2019
16. "Seminário de Formação Contínua para Professores do Ensino Primário da CPLP" no Domínio do Português Segunda Língua, realizado em Luanda, de 12 a 14 de fevereiro de 2019, organizado pelo Ministério da Educação da República de Angola
17. Reunião de Formalização da Rede de Instituições Públicas de Regulação e Inspeção do Sector da Saúde – Lisboa, Sede da CPLP, 19 de novembro de 2018
18. 4.ª Reunião Ordinária da RETS-CPLP e Seminário Internacional: 40 anos de Alma-Ata e o papel dos técnicos em saúde na efetivação de sistemas universais de saúde - Rio de Janeiro, 12 a 14 de novembro de 2018



19. Reunião de Passagem da Presidência <i>pro tempore</i> no Setor da Saúde e Formalização do Apoio do Min. da Saúde do Brasil ao Min. da Saúde e da Segurança Social de Cabo Verde - Praia, 18 e 19 de outubro de 2018
20. VII Reunião Extraordinária de Pontos Focais da Educação da CPLP – Lisboa, 23-24 de outubro de 2018
21. Reunião para a negociação aplicação do Acordo Administrativo de Convenção Multilateral de Segurança CPLP / Seminário Técnico sobre a Convenção - Rio de Janeiro, 23-26 de outubro de 2018
22. I Reunião da Rede de Bancos de Leite Humano da CPLP – Praia, 15 e 17 de outubro de 2018
23. Segundo Seminário do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris (MRV)” - Brasília, 9 e 10 de outubro de 2018
24. Encontro Informal de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, Nova Iorque, 25 setembro de 2018

1.2. Reuniões ministeriais e técnicas a realizar em 2019

1. I Reunião Técnica Conjunta Extraordinária sobre a Mobilidade na CPLP- Lisboa, 27 e 28 de junho de 2019
2. XXIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP – Cabo Verde - São Vicente - Mindelo, 19 de julho de 2019
3. XII Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP – Luanda, 20 a 25 de julho de 2019
4. Fórum da Sociedade Civil – Praia, 9, 10 e 11 de outubro de 2019
5. V Reunião dos Ministros da Saúde da CPLP – local a definir, outubro de 2019
6. XIV Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP – local a definir, outubro de 2019
7. V Reunião dos Ministros Responsáveis pela Igualdade e pelo Empoderamento da Mulher da CPLP – Praia, 4 e 5 de novembro de 2019
8. XVI Conferência de Ministros da Justiça –Sal, 8 de novembro de 2019
9. X Reunião de Ministros do Turismo da CPLP –São Felipe, 13, 14 e 15 de novembro de 2019
10. IV Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP – São Vicente, 26 de novembro de 2019
11. III Reunião dos Ministros da Energia da CPLP – local a definir, data a definir de 2019
12. Reunião Interministerial de Governação Eletrónica da CPLP – local a definir, 2019
13. XXXIX Reunião de Pontos focais de Cooperação – Mindelo, 15-16 de julho de 2019
14. VII Reunião de Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP – Lisboa, 23-25 de outubro de 2019
15. VIII Reunião de Pontos Focais da Educação da CPLP – Lisboa, outubro de 2019



16. Ateliê alfabetização jovens e adultos e empoderamento mulheres – local a definir, outubro de 2019
17. I Reunião do Grupo de Trabalho sobre o fortalecimento dos sistemas nacionais de avaliação da qualidade e acreditação do ensino superior na CPLP – Lisboa, 2019
18. II Oficina sobre o Repositório Científico da CPLP – local a definir, 2019
19. VII Reunião de Pontos Focais de Governação Eletrónica da CPLP – local a definir, 2019

2. ATIVIDADES EM 2020

2.1. Reuniões ministeriais e técnicas:

1. I Reunião de Ministros do Comércio, Economia e Finanças da CPLP – Sede da CPLP – Lisboa, janeiro de 2020
2. X Reunião de Ministros da Educação - local a definir, março/abril de 2020
3. IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – local a definir, março/abril de 2020
4. VIII Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP e Encontro de Ministros e Autoridades Responsáveis por Recursos Hídricos nos Países da CPLP – local a definir, março de 2020
5. VI Reunião dos Ministros da Agricultura – Santo Antão, abril de 2020
6. XI Reunião de Ministros das Comunicações – local a definir, maio de 2020
7. IV Reunião de Pontos Focais do Comércio – local a definir, janeiro/março 2020
8. III Reunião da Comissão do Património Cultural da CPLP - local a definir, maio de 2020
9. Fórum das Agências de Promoção e Investimento - local a definir, 2020
10. Reunião de Pontos Focais e Conferência de Governação Eletrónica da CPLP - local a definir, 2020
11. IV Conferência sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial - Cabo Verde, maio 2020

01/02/2019

Alterado em sede da XXXIX RPFC, a 16 de julho de 2019, sob proposta da XIV Sessão Ordinária do Conselho Científico do IILP.



programa
provisório

FISAS

FÓRUM INTERNACIONAL
TERRITÓRIOS RELEVANTES
PARA SISTEMAS ALIMENTARES
SUSTENTÁVEIS

17-21 . Jul . 2019
Idanha-a-Nova
PORTUGAL

www.fisas.org

FISAS



FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIOS RELEVANTES PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

A alimentação está no centro do debate sobre a sustentabilidade no mundo. Não será possível alcançar a maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e fornecer uma alimentação saudável à população mundial sem ter em conta os recursos naturais do planeta.

O sistema alimentar mundial precisa, assim, de uma urgente mudança. Esta afirma-se no sentido da promoção ativa de sistemas alimentares territoriais baseados na agricultura familiar, em modos de produção sustentáveis que promovam a biodiversidade, os conhecimentos tradicionais e as dietas saudáveis.

Diante deste contexto, o Fórum Internacional Territórios Relevantes para Sistemas Alimentares Sustentáveis, que decorrerá entre

17 e 21 de julho de 2019, em Portugal, no Município de Idanha-a-Nova, surge como resposta política capaz de articular de forma coerente, diversos atores e seus conhecimentos, iniciativas e políticas em curso nos Estados – membro da CPLP visando a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis.

O Fórum será um espaço plural que abrigará um conjunto de intercâmbios de conhecimentos a partir dos quais se pretende obter recomendações políticas e novos conhecimentos para a construção e implementação da iniciativa de sistemas e dietas sustentáveis no quadro da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, da Década da Agricultura Familiar, da Década da Nutrição e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para atingir esse objetivo, o FISAS inclui as seguintes iniciativas:

- Fórum Mundial de Inovação Rural
- Seminário Internacional Sistemas Importantes Património Agrícola Mundial e ODS: Caminhos para a cooperação
- Congresso Mundial das Bio-Regiões
- Oficina de Políticas Públicas Locais para a Sustentabilidade Alimentar

FISAS

FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIOS RELEVANTES PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

Mapa de eventos (Provisório)					
	17 julho	18 julho	19 julho	20 julho	21 julho
	Idanha-a-Nova	Monsanto	Idanha-a-Nova	Monsanto	Segura/Idanha-a-Nova
Manhã	9h00 > 15h00 Fórum Mundial de Inovação Rural Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre produtores dos países da CPLP e do Mercosul	9h00 > 13h00 ACTUAR Reuniões internas de agricultores familiares	10h00 > 18h00 Seminário Internacional Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial e os ODS: Caminhos para a cooperação	9h00 > 13h00 Congresso Internacional das Bio-Regiões	10h00 Fórum Mundial de Inovação Rural Visitas de campo e intercâmbio de conhecimento: agricultura familiar e agroecologia
		9h30 > 13h00 INNER Reuniões internas de representantes das Bio-Regiões		14h30 > 17h30 Oficina: Políticas públicas locais para a sustentabilidade alimentar	
Tarde	16h00 > 17h00 Anúncio do Concurso do Fórum Mundial de Inovação Rural 2019	15h00 > 17h00 FISAS: Abertura oficial		18h00 > 19h00 FISAS: Encerramento oficial Bases para uma Estratégia para a promoção de territórios alimentares sustentáveis	

FMIR

FÓRUM MUNDIAL DE INOVAÇÃO RURAL

O FISAS inicia-se com este Fórum, o qual tem sido organizado regularmente no Concelho de Idanha-a-Nova em Portugal. Nesta edição, e tendo em conta a sua contribuição para o objetivo do FISAS, serão selecionadas, apresentadas e discutidas, boas práticas territoriais de políticas públicas, acesso a recursos naturais, modos de produção, organização e acesso a mercados, assim como, a valorização do património alimentar de Angola, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal.

O Fórum atribuirá um prémio para as melhores práticas candidatas. O objetivo deste intercâmbio inicial e concurso é favorecer a centralidade do conhecimento dos agricultores, das suas práticas agroecológicas e das suas inovações nos planos para a preservação dinâmica de sistemas agrícolas relevantes, nos pactos para o estabelecimento de bio-regiões e nas políticas públicas para a promoção de sistemas e dietas sustentáveis na CPLP.

SIPAM



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SISTEMAS IMPORTANTES PATRIMÓNIO AGRÍCOLA MUNDIAL E ODS: CAMINHOS PARA A COOPERAÇÃO

Conforme definido pela FAO, Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS), ou Sistemas Importantes de Património Agrícola Mundial (SIPAM), são sistemas e paisagens notáveis, ecossistemas naturais transformados que refletem a evolução cultural da humanidade, a diversidade dos seus conhecimentos e a relação que desenvolveram com a natureza e a biodiversidade. Estes sistemas agrícolas e alimentares encontram-se hoje ameaçados, sendo muito importante a sua preservação dinâmica. A FAO tem patrimonializado estes sistemas de modo a conferir-lhes uma proteção adicional e permitir o desenvolvimento de estratégias que visam a agregação de valor aos seus produtos de qualidade diferenciada.

Os Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa aprovaram, por unanimidade, a inscrição de uma iniciativa regional SIPAM no Plano de Ação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). Desde então, foram já pré-identificados de forma participativa e (ou) classificados os primeiros sistemas em Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e São Tomé Príncipe.

A realização deste Seminário Internacional no âmbito do FISAS irá contribuir para uma maior percepção da relação entre a proteção dinâmica destes sistemas e os ODS e estabelecer parcerias com outras iniciativas no quadro da implementação da atividade de promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis na CPLP. Neste contexto, e mais concretamente, será avaliada a possibilidade dos Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial, e respetivos planos de preservação dinâmica, poderem constituir núcleos virtuosos de um pacto territorial amplo conformado por uma bio-região.

CIBR



CONGRESSO INTERNACIONAL DAS BIO-REGIÕES

Uma bio-região resulta de uma intervenção territorial ampla onde os agricultores, consumidores, operadores turísticos e autoridades públicas realizam, de forma participativa, um acordo para a gestão sustentável dos recursos locais, com base na produção biológica e no consumo sustentável. As bio-regiões são uma das respostas ao fenómeno da urbanização acelerada, abandono das zonas rurais, perda da biodiversidade, da cultura e do conhecimento alimentar tradicional. Existem atualmente dezenas de bio-regiões no mundo, estando o processo em início de implementação na CPLP.

A realização deste Congresso no âmbito do FISAS permitirá realizar um intercâmbio de conhecimentos sobre os desafios na sua implementação em várias dimensões, nomeadamente: produtividade e diversificação produtiva; meio ambiente; economia; saúde e nutrição. Por outro lado, permitirá discutir a possibilidade de uma parceria com a iniciativa SIPAM no quadro da implementação da atividade de promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis na CPLP. Será por isso aprofundada a discussão quanto à possibilidade do pacto para uma Bio-região integrar a preservação e a patrimonialização de sistemas agrícolas relevantes.

OPPL

OFICINA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS PARA A SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR

Nos últimos anos tem-se evidenciado a importância de formular e implementar políticas públicas locais para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada, e de sistemas alimentares e dietas sustentáveis. Em Portugal e outros países da CPLP têm-se multiplicado iniciativas visando fortalecer os quadros institucionais e de políticas públicas neste nível territorial.

A realização desta oficina no contexto do FISAS visa trocar conhecimentos sobre boas práticas de políticas públicas locais para a promoção da segurança alimentar e nutricional e de sistemas alimentares sustentáveis, e discutir a sua importância no quadro da implementação da iniciativa de promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis na CPLP.

Importa ainda avaliar a possível articulação dos planos de preservação dinâmica de SIPAMs e dos pactos para a implementação de bio-regiões em políticas públicas locais para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis. Importa, igualmente, discutir a montagem de mecanismos multi-actores para a governança destas políticas e a sua relação com estruturas de governança em outros níveis territoriais, nomeadamente, com os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional dos Estados-Membros da CPLP.

17 DE JULHO

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO IPCB - IDANHA-A-NOVA

FÓRUM MUNDIAL DE INOVAÇÃO RURAL

9h00 | Recepção e registo

9h30 | Boas-vindas

- **Armindo Jacinto**, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- **Miguel Freitas**, Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural
- **Aguinaldo David**, Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP
- **Mariana Dias Simpson**, Consultora em Políticas Públicas da FAO
- **Paolo Silveri**, FIDA
- Representante do Governo Central, Espanha (TBC)

10h > 15h00 | Intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre produtores dos países da CPLP

10h00 | Modos de produção e agroecologia

- Título da comunicação a confirmar, SASOP - Brasil (TBC)
- Escolas de campo e Agroecologia (título a confirmar), **José Maria Katiavala**, ADRA - Angola

10h30 | Pausa para café

11h00 | Políticas públicas para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis

- Título da comunicação a confirmar, **Jean Claude Rodet**, Idanha-a-Nova - Portugal
- A reestruturação vitícola na região dos vinhos verdes, a confirmar - Portugal

11h30 | Acesso a recursos naturais

- Semeando o futuro: A experiência da empresa Sementes Vivas **Stefan Doebelin**, Sementes Vivas - Portugal
- Título de comunicação a confirmar, **Aguinaldo David**, Associação Amigos da Natureza - Cabo Verde

12h00 | Debate

12h30 | Pausa para almoço

14h00 | Organização e acesso a mercados

- A experiência das cooperativas agrícolas em São Tomé e Príncipe, **Celso Garrido Pontes**, ADAPPA - São Tomé e Príncipe
- Escala, sustentabilidade e Agricultura Natural: A experiência da empresa Korin, **Paulo Oyama**, Korin - Brasil
- Certificação Orgânica Participativa de produtos da agricultura familiar, a confirmar, APASPI - Brasil
- Título de comunicação a confirmar, **Aníbal Cabral**, Confederação Nacional da Agricultura - Portugal

15h15 | Debate e conclusões

15h45 | Pausa para café

16h00 | Anúncio do Concurso do Fórum Mundial de Inovação Rural 2019

16h30 | Encerramento

- Armindo Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- Julio César Herrero Campo, Alcaide do Ayuntamiento de Moraleja, Espanha (TBC)

18 DE JULHO

ESPAÇO MULTIFUNÇÕES - MONSANTO

FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIOS RELEVANTES PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

15h00 > 16h30 | Sessão solene de abertura

- **Armindo Jacinto**, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- **Francisco Ribeiro Telles**, Secretário Executivo da CPLP
- **Júlia Alves**, Diretora da ACTUAR (Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP)
- **Gilbert F. Hougbo**, Presidente do FIDA (TBC)
- **Gilberto Silva**, Ministro da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde e Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (TBC)
- **Luís Capoulas dos Santos**, Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural de Portugal
- **José Graziano da Silva**, Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

16h30 | Homenagem ao Diretor Geral da FAO com a atribuição da Medalha de Honra da Agricultura de Portugal

19 DE JULHO

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO IPCB - IDANHA-A-NOVA

SEMINÁRIO INTERNACIONAL SISTEMAS IMPORTANTES DO PATRIMÓNIO AGRÍCOLA MUNDIAL E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CAMINHOS PARA A COOPERAÇÃO

10h00 | Sessão de Abertura

- **Armando Jacinto**, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- **Clara Justino**, Direção de Cooperação do Secretariado Executivo da CPLP
- **Luís Ramos**, Presidente do Instituto Camões
- **Maria Helena Semedo**, Diretora Geral Adjunta da FAO (TBC)
- **Júlia Alves**, Presidenta da ACTUAR

10h30 | Painel 1 - Sistemas Importantes do Património Agrícola Mundial (SIPAM)

10h30 | Reconhecimento SIPAM: Potencialidades e desafios

- **Endo Yoshihide**, Diretor do Secretariado GIAHS, FAO - Itália

10h45 | Políticas públicas e SIPAM: A experiência da República Popular da China

- **Liu Moucheng**, Academia Chinesa de Ciências e **Tu Ming**, Diretor da Divisão de Cooperação Internacional do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural - China

11h00 | A patrimonialização de sistemas agrícolas para a realização dos ODS na CPLP

- **Joana Dias**, Coordenadora da iniciativa regional SIPAM-CPLP - Portugal

11h15 | Debate

11h45 | Pausa para café

12h00 | Painel 2 - SIPAM e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

12h00 | SIPAM e serviços de ecossistemas em Portugal - ODS 15: Proteger a vida terrestre

- **José Lima e Santos**, Professor da Universidade de Lisboa - Portugal

12h15 | SIPAM e agroecologia em São Tomé e Príncipe - ODS 12: Produção e consumo sustentável

- **Celso Garrido Pontes**, ADAPPA - São Tomé e Príncipe

12h30 | SIPAM e resiliência às alterações climáticas em Cabo Verde - ODS 13: Ação climática

- **Aguinaldo David**, Presidente da ONG Amigos da Natureza e membro da PONGs - Cabo Verde

12h45 | Debate

13h00 | Pausa para almoço

14h30 | Painel 2 - SIPAM e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Cont).

14h30 | SIPAM e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola - ODS 2: Erradicar a fome

- **José Maria Katiavala**, Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente - Angola

14h45 | A experiência brasileira na implementação do SIPAM - ODS 1: Erradicar a pobreza

- **Patrícia Bustamante**, EMBRAPA - Brasil

15h00 | A experiência portuguesa na implementação do SIPAM

- **António Cerca Miguel**, Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Portugal (TBC)

15h15 | Debate

15h45 | O papel das agricultoras familiares na promoção de SIPAM - ODS 5: Igualdade de género

- **Victoria Medina**, Rede das Margaridas da CPLP - Brasil

16h00 | Valorização das dietas e produtos SIPAM - ODS 8: Trabalho digno e crescimento económico

- **Sara Rocha**, Rede Foodzcapas - Portugal

16h15 | Pausa para café

16h45 | Discussão: Ações de seguimento - ODS 17: Parcerias para a implementação dos objetivos

17h15 | Encerramento

- **Júlia Alves**, Presidenta da ACTUAR, Portugal
- **Tong Yue**, Diretora-Geral do Centro de Cooperação Internacional do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural - China
- **Miguel Freitas**, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas, Portugal

20 DE JULHO

ESPAÇO MULTIFUNÇÕES - MONSANTO

CONGRESSO INTERNACIONAL DAS BIO-REGIÕES

9h00 | Sessão de Abertura

- **Armindo Jacinto**, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova: O papel das Bio-Regiões no desenvolvimento de sistemas alimentares locais e sustentáveis
- **Custódio De Sousa Oliveira**, INNER Portugal: Apresentação dos resultados das reuniões internas da Rede Internacional das Bio-Regiões
- **Catarina Pereira**, Presidente da Bio-Região Idanha-a-Nova
- **Petra Wolf**, Vice-Presidente da NürnbergMesse - Alemanha (TBC)

09h30 | Os ODS e as estratégias para consolidação da Rede Internacional das Bio-Regiões e para o desenvolvimento de políticas locais, nacionais e internacionais

09h30 | A estratégia global das Eco-regiões

- **Giuseppe Orefice**, Secretário Geral da Rede Internacional das Bio-Regiões (INNER) - Itália

09h45 | Objetivos comuns e coesão social

- **Andrea Ferrante**, Bio-Região da Via Amerina e Forre, Lazio - Itália

10h00 | Fortalecimento das identidades locais e da soberania alimentar através das Bio-Regiões

- **Aina Calafat**, Sociedade Espanhola de Agricultura Ecológica e Agroecologia (SEAE) - Espanha

10h15 | Avaliações e planos para a criação de Bio-Regiões na Tunísia

- **Samia Maamer**, General Director Organic Agriculture Tunisian Ministry of Agriculture - Tunisia

10h30 | Biodiversidade, agroecologia e paisagem nas Bio-Regiões

- **Lamia Latiri Otthoffer** e **Lionel Goupil**, 3DFI/ Bergerie Nationale de Rambouillet/CEZ - França

10h45 | Pausa para café

11h00 | O papel dos sistemas agrícolas relevantes para a preservação dinâmica da (agro)biodiversidade

- **Endo Yoshihide**, Diretor do Secretariado do GIAHS, FAO - Itália

11h15 | O papel das associações de produção biológica no desenvolvimento das bio-regiões

- **Jaime Ferreira**, Presidente da AGROBIO - Portugal

11h30 | Sistemas inovadores para o apoio das decisões e administração das bio-regiões

- **Cesare Zanasi**, Universidade de Bolonha

11h45 | Quadros regulamentares e políticos do sector biológico na área mediterrânica

- **Patrizia Pugliese**, MOAN - Rede de agricultura biológica mediterrânica

12h00 | O papel das políticas urbanas na relação cidade/país

- **Stefano Pisani**, Presidente Città Slow international - Italia

12h15 | Uma visão integrada: Saúde, meio-ambiente e a luta contra a pobreza

- **Jostein Hertwig**, Organic Food System Program (OFSP) - Suécia

Moderadora: **Custódia Pereira**, Rede Rural Nacional - Portugal

12h30 | Conclusões e encerramento

- **Francisco Sarmiento**, FAO
- **Salvatore Basile**, Presidente da INNER

13h00 | Pausa para almoço

20 DE JULHO

ESPAÇO MULTIFUNÇÕES - MONSANTO

OFICINA: POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS PARA A SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR

14h30 | Sessão de abertura

- **Armindo Jacinto**, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- **Marco Domingues**, ANIMAR
- **Júlia Alves**, ACTUAR
- **Carlos Miguel**, Secretário de Estado das Autarquias Locais (TBC)
- **Francisco Sarmento**, Chefe do Escritório da FAO em Portugal e junto da CPLP

15h00 | Novas políticas públicas locais para a sustentabilidade alimentar

- **Joana Dias**, ACTUAR

15h30 | Pausa para café

16h00 | Roda de diálogo e boas práticas municipais

Facilitação: **Custódia Pereira**, Rede Rural Nacional

17h00 | Conclusões e encerramento da oficina

- **Custódio Oliveira**, INNER, Portugal
- **Manuel Machado**, Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses - Portugal (TBC)
- **Miguel Freitas**, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas - Portugal (TBC)

17h30 | Pausa para café

FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIOS RELEVANTES PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS (FISAS)

18h00 | Sessão de conclusão: Bases para uma estratégia de promoção de territórios alimentares sustentáveis

- **Francisco Sarmento**, FAO

18h30 | Encerramento oficial

- **Armindo Jacinto**, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- **António Costa**, Primeiro-Ministro de Portugal (TBC)
- **António Guterres**, Secretário-Geral das Nações Unidas (TBC)

21 DE JULHO

SEGURA / IDANHA-A-NOVA

FÓRUM MUNDIAL DE INOVAÇÃO RURAL

10h00 | Visitas de campo e intercâmbio de conhecimento:
agricultura familiar e agroecologia



Visita 1: Aromas do Valado



Visita 2: Green Valley Food Lab

Comité Organizador | *Organizing Committee:*



FÓRUM MUNDIAL DE INOVAÇÃO RURAL
Rural Innovation World Forum

Cofinanciamento | *Cofunding*



FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIOS RELEVANTES
PARA SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS
International Forum Relevant Territories for Sustainable Food Systems

OFICINA: POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS PARA A SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR
Workshop: Local policies for sustainable food systems

Cofinanciamento | *Cofunding*



SEMINÁRIO INTERNACIONAL SISTEMAS IMPORTANTES DO PATRIMÓNIO
AGRÍCOLA MUNDIAL E OS ODS: CAMINHOS PARA A COOPERAÇÃO
*International Seminar on Globally Important Agricultural
Heritage Systems and Sustainable Development Goals: Pathways to Cooperation*

Cofinanciamento | *Cofunding*



CONGRESSO INTERNACIONAL DAS BIO-REGIÕES
Eco-regions International Conference

Cofinanciamento | *Cofunding*



CONFERÊNCIA DE JOVENS SOBRE O FUTURO DO TRABALHO

CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA, PARQUE DAS NAÇÕES, PORTUGAL.

24 DE JUNHO DE 2019

Programa

09h00-09h30: Receção

09h30: Abertura

- Presidente do Fórum da Juventude da CPLP (FJCPLP), Marcus Barão
- Diretora da OIT-Lisboa, Mafalda Troncho
- Diretora da OEI-Portugal, Ana Paula Laborinho
- Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo de São Tomé e Príncipe e Presidente da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, Vinício Teles Xavier de Pina
- Secretário de Estado para a Juventude de Cabo Verde, em representação da Presidência *pro tempore* da CPLP, Carlos Monteiro

09h55: Apresentação do relatório da Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho

- *Keynote speaker:* Felix Weidenkaff, Perito da OIT-Genebra

10h15: Debate

Moderadora: Aissatu Forbs Djalo, Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Guiné-Bissau e Vice-Presidente do FJCPLP

10h45: Pausa

11h00-12h30: Grupos de reflexão

- Tema 1: Desafios do Trabalho do Futuro: Tecnologia, inovação e desenvolvimento de novas competências
- Tema 2: Empreendedorismo para o Desenvolvimento Sustentável
- Tema 3: Proteção social

Nota: Na discussão dos temas será assegurada uma abordagem transversal relativamente à necessidade de uma agenda transformadora para a igualdade de género.

12h30: Almoço

14h00: Intervenção do Secretário de Estado da Juventude e Desporto de Portugal, João Paulo Rebelo

14h15: Foto de família

14h30-15h30: Continuação dos trabalhos dos grupos de reflexão

15h30: Redação das conclusões

16h00: Pausa

16h30: Encerramento. Conclusão dos grupos de reflexão

Intervenções:

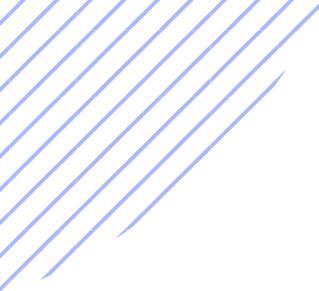
- Confederação Sindical dos países de Língua Portuguesa (CSPLP), Catarina Tavares
- Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP), José Anastácio Medina Lobato
- Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP), Manuel Clarote Lapão

Entrega dos certificados

CONFERÊNCIA DE JOVENS SOBRE O FUTURO DO TRABALHO

CENTRO DE JUVENTUDE DE LISBOA
PARQUE DAS NAÇÕES,
PORTUGAL.

24 DE JUNHO DE 2019



É aos jovens que cabe decidir o futuro que pretendem. Como refere o Diretor-Geral da OIT: O futuro não é inevitável. Não é a tecnologia que vai decidir. Não é a demografia que decidirá o nosso futuro. O facto é que estamos aqui para construir o nosso futuro. O futuro que queremos está lá para nós criarmos.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), através do seu Secretariado Executivo, a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), através do seu Escritório em Portugal, e a Organização Internacional do Trabalho para Portugal (OIT-Lisboa) associaram-se para refletir sobre o futuro do trabalho e promoção dos ODS 4 e 8 da Agenda 2030.

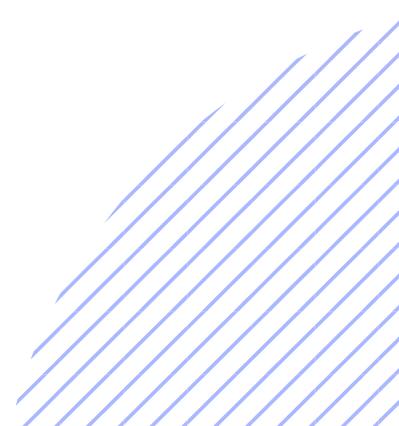
Nesse sentido, decidiram organizar a Conferência de Jovens sobre o Futuro do Trabalho, com vista a dar voz e conhecer as aspirações e necessidades dos jovens da CPLP e da OEI.

Assim, dado o interesse suscitado pelo recente relatório sobre o Futuro do Trabalho, foram escolhidos, entre a diversidade de temas possíveis, três que serão analisados e discutidos nesta conferência, são eles:

1. Tecnologia, inovação, desenvolvimento de competências e requalificação para o mercado de trabalho;
2. Empreendedorismo, mecanismos fiscais e empreendedorismo social;
3. Proteção social.

Importa referir que esta conferência realiza-se no âmbito das atividades do Ano da CPLP para a Juventude, das comemorações do 100º Aniversário da Organização Internacional de Trabalho, bem como dos 70 anos da Organização dos Estados Ibero-americanos

Esta iniciativa conta com o apoio da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto de Portugal, do Fórum da Juventude da CPLP, a Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP) e a Confederação Empresarial da CPLP.



Recursos digitais sugeridos



Relatório da Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho “Trabalhar para um Futuro Melhor” (2019) | PT

Informe de la Comisión Mundial sobre el Futuro del Trabajo “Trabajar para un futuro más prometedor” | ES



O trabalho digno e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2016) | PT

Trabajo decente y la agenda 2030 de desarrollo sostenible | ES

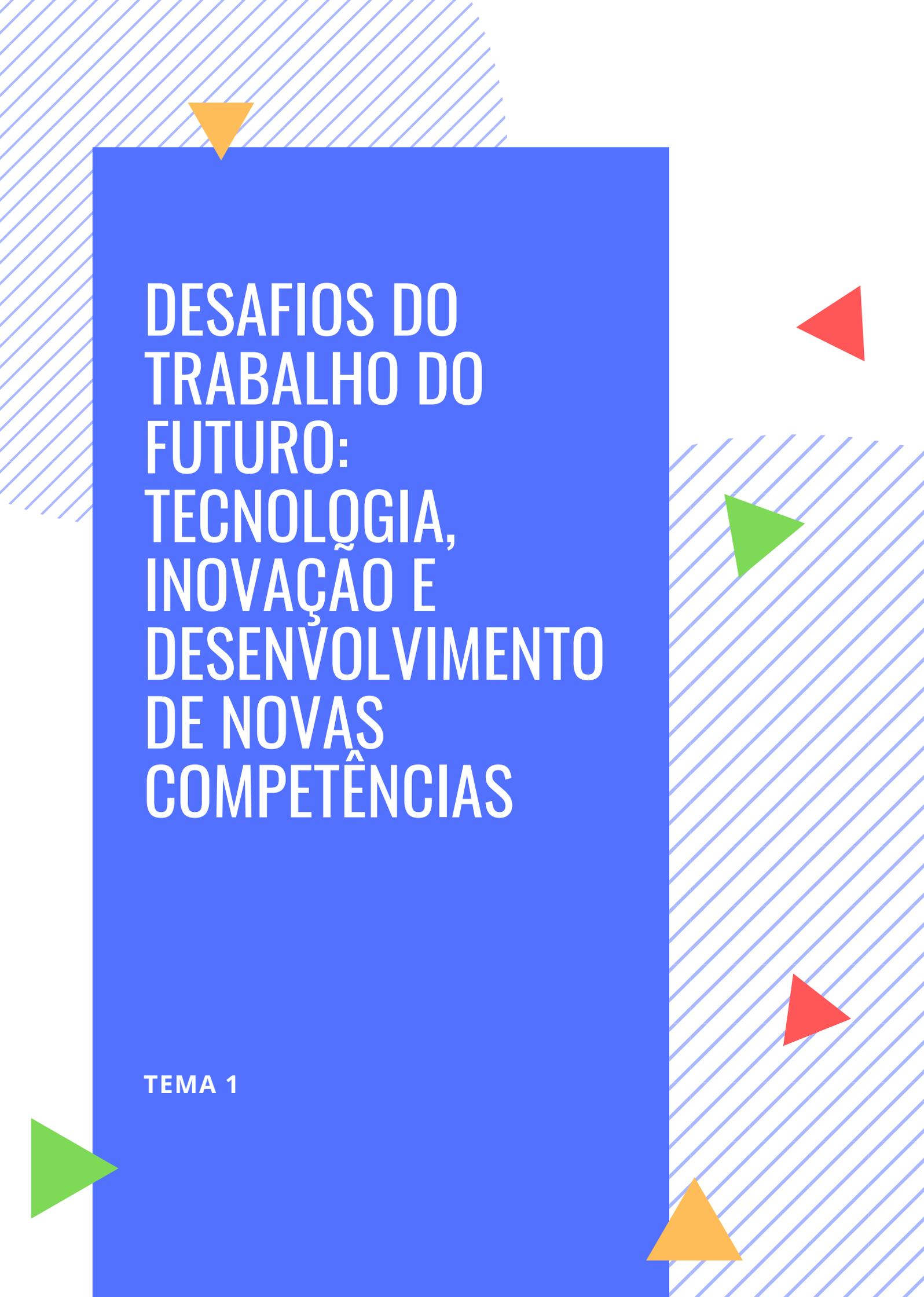


Diálogo Social Nacional Tripartido: um guia da OIT para uma melhor governação (2015) | PT

Dialogo social tripartito de ambito nacional, una guía de la OIT para una mejor gobernanza (2017) | ES

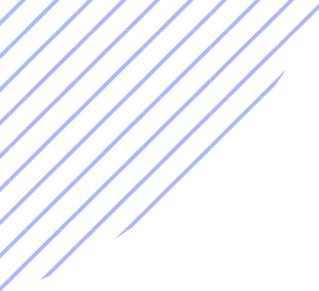


Declaração Final XI Reunião da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP (São Tomé e Príncipe, São Tomé, 18-20 de julho de 2018)



DESAFIOS DO
TRABALHO DO
FUTURO:
TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO
DE NOVAS
COMPETÊNCIAS

TEMA 1



Estamos em plena quarta revolução industrial. Alguns alertam para a destruição massiva de empregos. Outros apostam no contrário. Se olharmos para as três revoluções anteriores verificamos que geraram mais empregos do que os que destruíram. Será novamente assim? E que tipo de empregos serão gerados? Como será organizado o trabalho? Qual o papel que opções sociais e políticas podem desempenhar? Poderão assegurar a criação de mais empregos e de empregos de qualidade? A que alterações económicas e sociais estaremos testemunhando? Como se fará a redistribuição dos ganhos de produtividade? Agravar-se-á a atual tendência de aumento da desigualdade de rendimentos? São de facto muitas as questões em torno da chamada Revolução 4.0 e do seu impacto no mundo do trabalho.

O relatório sobre o [Futuro do Trabalho](#) identifica vários estudos que debatem e estimam esse impacto e destaca a relevância dos sistemas educativos e formativos de cada país na resposta às necessidades e no apoio às transições, em particular dos mais jovens. Por essa razão, propõem a Comissão Mundial Independente um direito universal a uma aprendizagem ao longo da vida, que permita às pessoas adquirir competências, a reconversão e a requalificação profissional.

Parece consensual a constatação de que os sistemas de ensino e formação enfrentam desafios importantes quanto à necessidade de garantir competências flexíveis, portáteis e altamente qualificadas (não só ao nível técnico mas também no que diz respeito à criatividade, imaginação, abertura, comunicação... entre outras competências de base).

Propostas para reflexão

- Estão os jovens, rapazes e raparigas, enquanto "*digital natives*", melhor preparados para se adaptarem à mudança?
- Qual o papel de uma oferta escolar e formativa de boa qualidade na resposta à crescente procura de trabalhadores altamente qualificados? Que características deve essa oferta assegurar?
- Atendendo a que um número crescente de jovens à procura de emprego e de jovens empreendedores recorre a plataformas digitais onde encontram novas e atípicas formas de emprego (que poderão caracterizar-se por baixos rendimentos, inexistência de proteção social e de qualquer garantia de continuidade), pode a presente revolução tecnológica revelar-se uma armadilha para os jovens?
- Esperam-se maiores desigualdades regionais no acesso às oportunidades? Pode esta revolução tecnológica acentuar os efeitos de uma globalização pouco justa?
- Que políticas deveriam ser definidas, a nível global, regional e nacional no sentido nortear esta mudança no sentido de um mundo com mais e melhores oportunidades para os jovens?

Recursos digitais sugeridos



O emprego atípico no mundo: Desafios e perspetivas [Visão geral] (2018) | PT

El empleo atípico en el mundo. Retos y perspectivas | ES



Direitos no trabalho para os Jovens (2014) | PT

Derechos de los jóvenes en el trabajo: Guia del Facilitador (2012) | ES



Pesquisar o mercado de trabalho: técnicas de procura de emprego para os jovens (2014) | PT

Exploración del mercado laboral: Habilidades de los jóvenes para buscar empleo (2012) | ES



O Futuro do Trabalho Iniciativa do Centenário, Série Notas Temáticas n.º 1 (2018) – Mudanças Tecnológicas e o Trabalho no Futuro | PT



Pequenas e médias empresas e a criação de emprego digno e produtivo (2015) | PT

Pequeñas y medianas empresas y creación de empleo decente y productivo | ES



Programas de Investimento Intensivo em Emprego que Promovem a Igualdade de Género (2019) | PT



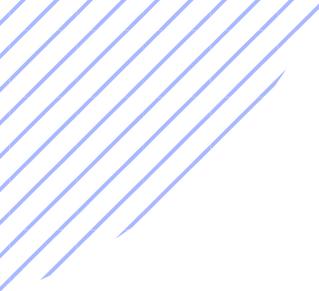
Impacto de las mujeres en la ciencia: Efecto del género en el desarrollo y la práctica científica | ES



EMPREENDEDORISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



TEMA 2



O empreendedorismo tem sido um catalisador de desenvolvimento humano, social, económico, assegurando a sustentabilidade de muitas famílias e comunidades e contribuindo ao mesmo tempo para a inovação social e tecnológica. Porém, para que o empreendedorismo tenha um impacto positivo e amplo é necessário que o seu incentivo seja acompanhado de políticas públicas concretas, articuladas com programas e mecanismos de apoio adequados para que o seu fomento não se traduza em instabilidade, informalidade ou fraca proteção social daqueles que implementam novos negócios ou novos projetos.

Num mundo com grandes desafios impostos ao trabalho, as regiões com uma crescente população jovem debatem-se com desafios em várias áreas: a inovação tecnológica, as alterações climáticas, o incentivo ao empreendedorismo jovem, a implementação de políticas e programas que fomentem a criação do próprio emprego e o desenvolvimento social das comunidades, principalmente quando aliados à promoção da sustentabilidade ambiental.

Estas áreas apresentam-se como apostas fortes que podem contribuir para a criação de novos empregos, para a redução do impacto das alterações climáticas nas populações, para um maior desenvolvimento humano e social nas comunidades e para a redução da vulnerabilidade dos jovens perante o mercado de trabalho do futuro. A chamada economia verde ou a própria economia social têm dado mostras de serem alternativas sustentáveis às mudanças no mercado de trabalho quer em termos de oferta, de competências, quer em termos de relações laborais.

Propostas para reflexão

- De que forma o empreendedorismo verde e o empreendedorismo social contribuem para uma maior integração dos jovens no mercado de trabalho do futuro?
- Quais deverão ser os principais eixos de qualquer política ou programa de incentivo ao empreendedorismo jovem no futuro?
- Que políticas devem ser implementadas para impulsionar o empreendedorismo jovem de forma sustentável e com real impacto na vida dos jovens?

Recursos digitais sugeridos



Emprego e trabalho digno em situações de fragilidade, conflito e desastre (2019) | PT



Transição da economia informal para a economia formal (2014) | PT

La transición de la economía informal a la economía formal | ES



Microfinanças para o Trabalho Digno (2015) | PT

Microfinanzas para el Trabajo Decente | ES



Um Passo em Frente: Mulheres e Empreendedorismo - Manual de Formação e Guia de Recursos (2013) | PT



Competências e Empreendedorismo: reduzir o fosso tecnológico e a desigualdade de género (2010) | PT

Competencias y emprendimiento: Reducir la brecha tecnológica y las desigualdades de género | ES



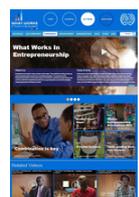
Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes (2013) | PT

El desarrollo sostenible, el trabajo decente y los empleos verdes | ES

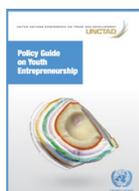


World Employment and Social Outlook 2018: Greening with jobs (chapters 2 e 5) (2018) | EN

Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo 2018: Sostenibilidad medioambiental con empleo (capítulos 2 e 5) | ES



What Works in Youth Employment | EN

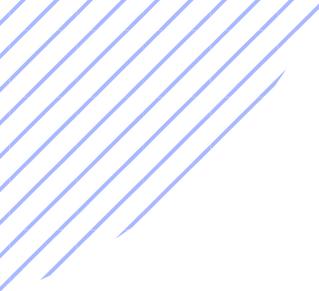


Guia para o Empreendedorismo Jovem da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (2015) | EN



PROTEÇÃO SOCIAL

TEMA 3



A Proteção Social constitui um dos objetivos estratégicos que integram a agenda do trabalho digno. Nesse contexto, a Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008) apela ao desenvolvimento e reforço de “medidas de proteção social sustentáveis e adaptadas às circunstâncias nacionais, nomeadamente: extensão da segurança social a todos; condições de trabalho saudáveis e seguras; e políticas em matéria de salários e rendimentos, duração de trabalho e outras condições de trabalho...”.

Nesta linha, defende o relatório [Trabalhar para um Futuro melhor](#) que o futuro do trabalho requer um sistema de proteção social forte e com capacidade de resposta, assente nos princípios da solidariedade e da partilha de risco e apoiando as necessidades das pessoas ao longo do ciclo de vida. Tal exige um patamar de proteção social que garanta um nível básico de proteção a todas as pessoas vulneráveis, complementado por regimes contributivos de segurança social que proporcionam níveis mais altos de proteção.

O relatório sublinha o facto de nos encontrarmos perante desafios potenciadores de exclusão, com consequências sociais graves. De facto, perto de dois terços dos cerca de 3 mil milhões de trabalhadores encontram-se no setor informal. E aproximadamente 10% dos trabalhadores (i.e. 300 milhões) estão em situação de pobreza extrema. Ou seja, apesar de terem uma atividade laboral auferem rendimentos inferiores a 1,90 US dólares/dia.

E, de acordo com os dados da OIT, apesar dos esforços dos países de baixo e médio rendimento, 71% da população mundial, ou seja 5.200 milhões de pessoas não beneficiam de qualquer tipo de proteção ou estão apenas parcialmente protegidas. Atualmente menos de metade da população mundial é efetivamente coberta por pelo menos uma prestação social. Apenas 35% das crianças em todo o mundo beneficia de acesso efetivo à proteção social, e quase 1,3 biliões não estão protegidas.

Por outro lado, as tendências demográficas mundiais acarretam desafios acrescidos aos sistemas de proteção social. Se por um lado o envelhecimento das sociedades dos países desenvolvidos colocam em causa a sustentabilidade das pensões; por outro lado, nos países onde se verificam os crescimentos populacionais mais expressivos, com um número elevado de jovens (e.g. em África), são predominantemente marcados por contextos de informalidade ou por sistemas de segurança social ainda incipientes.

Propostas para reflexão

- As chamadas formas atípicas de emprego constituem cada vez mais a realidade laboral dos jovens (trabalho por conta própria ou novas formas contratuais flexíveis e a tempo parcial na *gig economy*). Esta nova realidade coloca os sistemas de proteção social face a novos desafios. Que propostas concretas podem ser apresentadas com vista à reformulação e reestruturação desses sistemas de forma a garantir o acesso à proteção social para estes trabalhadores e trabalhadoras?
- Nos países em desenvolvimento podemos constatar um padrão recorrente: um peso extremamente significativo da economia informal e o acesso à proteção social limitado à limitada franja da população que trabalha no setor formal. O que pode ser feito para estender a cobertura de proteção social e melhorar as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras presos à informalidade?
- Existe alguma ligação entre um forte e abrangente sistema de proteção social e o desenvolvimento socioeconómico?
- A cobertura universal de proteção social constitui uma utopia ou é uma meta que pode ser alcançada com políticas e investimentos específicos e significativos? Porquê?

Recursos digitais sugeridos



Relatório Mundial sobre Proteção Social 2017-2019 (2017) | PT

Informe Mundial sobre la Protección Social 2017-2019 | ES



Políticas para a extensão da Proteção Social ao Trabalho Doméstico na CPLP (2018) | PT



Piso de Proteção Social para uma globalização equitativa e inclusiva (2011) | PT



A Economia Informal e o Trabalho Digno: Guia de Recursos sobre as Políticas (2014) | PT

La economía informal y el trabajo decente: una guía de recursos sobre políticas, apoyando la transición hacia la formalidad (2012) | ES



Proteção dos trabalhadores num mundo do trabalho em transformação (2015) | PT

Protección de los trabajadores en un mundo del trabajo en transformación | ES



Segurança social para a justiça social e uma globalização justa (2011) | PT

Seguridad social para la justicia social y una globalización equitativa | ES



COMISSÃO
ORGANIZADORA



A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A CPLP, criada em 17 de julho de 1996, é uma Organização que tem como objetivos gerais:

- A concertação político-diplomática entre Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência, e tecnologia, trabalho e assuntos sociais, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, juventude, desporto e comunicação social;
- A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- Igualdade soberana dos Estados membros;
- Não-ingerncia nos assuntos internos de cada estado;
- Respeito pela sua identidade nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
- Respeito pela sua integridade territorial;
- Promoção do desenvolvimento;
- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

No ato de criação da CPLP, foram estabelecidas como órgãos da Comunidade as seguintes instâncias:

- A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- O Conselho de Ministros;
- O Comité de Concertação Permanente;
- O Secretariado Executivo.

Posteriormente, os Estatutos revistos na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Brasília, 2002) estabeleceram como órgãos adicionais da CPLP:

- As Reuniões Ministeriais Sectoriais;
- A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação.



Em Luanda, o X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional:

- O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

O XII Conselho de Ministros, decorrido em Lisboa, em Novembro de 2007, decidiu dar um cariz parlamentar à CPLP, estabelecendo:

- A Assembleia Parlamentar.



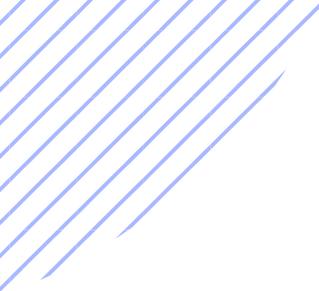
A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência especializada das Nações Unidas. Composta por 187 Estados-membros, esta instituição foi criada no final da Primeira Guerra Mundial como forma de garantir a Justiça Social e por essa via contribuir para a paz no mundo.

A natureza tripartida da OIT afirma-se como uma particularidade distintiva face às demais organizações multilaterais. Em 1919, foi fundada pelos principais atores-chave do mundo do trabalho, i.e. Governos, Trabalhadores e Empregadores. Esta articulação, que se mantém desde a sua génese até aos nossos dias tem por base os quatro pilares fundamentais da OIT, que são: i) o respeito pelos princípios e direitos fundamentais, através de normas internacionais; ii) o pleno emprego e o trabalho produtivo; iii) a extensão da cobertura da Proteção Social; iv) a promoção do Diálogo Social.

O diálogo social, ou seja do envolvimento dos três grupos que constituem a OIT (Governos, Trabalhadores e Empregadores), tem permitido assegurar a melhoria das condições de trabalho e de bem-estar individual e coletivo. A evolução é igualmente positiva no que diz respeito aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

Persistem, contudo, muitos problemas e estamos hoje confrontados com novas forças que estão a mudar o mundo do trabalho. De facto, encontra-se este em "mudança transformativa", para usar as palavras do diretor-geral da OIT. Mudança sem precedentes em termos de ritmo, escala ou profundidade. Baseada na chamada quarta revolução industrial assente na tecnologia. Assiste-se igualmente a tendências demográficas divergentes (de acordo com a região do globo), alterações climáticas significativas e uma globalização que continua incerta quanto aos seus resultados. Estamos perante uma mudança cujos contornos e implicações temos de conhecer melhor.

Foi neste contexto que, na Conferência Internacional do Trabalho (CIT) de 2015, Guy Ryder apresentou o seu relatório "O futuro do trabalho – iniciativa do centenário", que antecipa a comemoração dos 100 anos da Organização em 2019. Com um forte apoio tripartido a esta iniciativa, a OIT lançou um debate sobre as transformações no mundo do trabalho que se concentrou em quatro áreas: trabalho e sociedade; empregos dignos; a organização do trabalho e da produção; e a governação do trabalho.



A iniciativa sobre o Futuro do Trabalho tem assentado fortemente no debate e investigação. O relatório Trabalhar para um Futuro melhor insere-se nesta iniciativa e propõe uma agenda centrada no Ser Humano, colocando as pessoas e o trabalho por elas desenvolvido no centro das políticas sociais e económicas e das práticas empresariais, de modo a fortalecer o contrato social.

As propostas da Comissão Global revelam a urgência das mudanças e constituem uma importante recomendação para a ação futura dos atores-chave do mundo do trabalho e para a forma como a OIT prosseguirá a sua missão nos próximos cem anos. Uma missão que deverá assentar numa cooperação multilateral reforçada, num diálogo social fortalecido e gerador de soluções para os desafios com que nos confrontamos e numa maior coerência de políticas a nível internacional.

Uma missão também coerente com os desígnios da comunidade internacional plasmados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dos 17 objetivos é o ODS 8 que prossegue o objetivo do Trabalho Digno e Crescimento Económico. Este objetivo assenta, fundamentalmente, no conceito tão caro à OIT do Trabalho Digno e que se traduz na prioridade ao acesso a empregos de qualidade e com garantias de dignidade, igualdade, rendimento justo (trabalho adequadamente remunerado), condições de trabalho seguras, direitos que protejam da exploração (trabalho exercido em condições de liberdade).

O escritório da OIT para Portugal (OIT-Lisboa) assume o interface com a CPLP e a língua portuguesa como uma das suas funções estratégicas.

A Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), criada em 1949, promove a cooperação entre os países ibero-americanos (IA) nas áreas da educação (de qualidade, inclusiva, equitativa e ao longo da vida), da ciência e tecnologia e da cultura, no contexto do desenvolvimento sustentável, da democracia e da integração regional. A OEI é o organismo intergovernamental decano do espaço ibero-americano e o primeiro a promover a cooperação multilateral na região, atividade que tem desempenhado ininterruptamente ao longo de seus 70 anos de vida. Atualmente, 23 Estados-membros e sete países observadores fazem parte da OEI, os quais compõem a maior rede ibero-americana de criação e intercâmbio de conhecimento, projetos e programas nas áreas da educação, ciência e cultura.

A atividade da OEI é sustentada em parcerias inclusivas, baseadas na partilha de boas práticas e no trabalho em rede, apostando na inovação e no reforço das capacidades institucionais. A Organização desenvolve a sua ação promovendo a articulação com a Agenda 2030 das Nações Unidas, integrando o Conselho Diretivo do ODS4, junto da UNESCO.

Portugal é Estado-membro da OEI desde 2002 e o Escritório da OEI em Portugal iniciou atividade em 1 de novembro 2017.

De entre prioridades da Organização destacam-se: i) na educação - a primeira infância, as competências para o século XXI, a melhoria da governação da educação e a formação em direitos humanos, valores democráticos e cidadania Ibero-americana; ii) na ciência, através do Observatório Ibero-americano de Ciência e Tecnologia o fornecimento e partilha de indicadores do ensino superior e de capacidades científicas e tecnológicas e a disseminação do conhecimento; iii) no ensino superior, a promoção de Programa de Mobilidades Paulo Freire e a definição das bases de um verdadeiro Espaço Ibero-americano do Conhecimento; iv) na cultura – o desenvolvimento da Carta Cultural Ibero-americana, eixo vertebral que agrega valor, visibilidade e coesão na Ibero-América.

Ligações úteis:

- [OEI Portugal](#)
- [Plano de Ação e Orçamento 2019-2020](#)
- [Instituto Ibero-Americano de TIC e Educação \(IBERTIC\) | Argentina](#)
- [Centro de Formação e Inovação em Políticas Públicas \(CEFIPP\) | Paraguai](#)
- [Instituto de Educação em Direitos Humanos \(IDEDH\) | Colômbia](#)
- [Programa Ibero-americano de Alfabetização e Aprendizagem ao Longo da Vida \(PIALV\)](#)
- [Revista Ibero-americana de Educação](#)
- [Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Ibero-américa](#)
- [Organização Ibero-americana para a Juventude](#)
- [Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas](#)
- [Comissão Económica para a América-Latina e o Caribe](#)
- [Americas Society-Council of the Americas \(AS/COA\)](#)
- [Relatório El Cano “Porque importa a América-Latina”](#)

O Fórum de Juventude da CPLP (FJCPLP) é um fórum multilateral que congrega as plataformas representativas das organizações de juventude dos Estados Membros da CPLP, tendo neste momento oito membros: o Conselho Nacional de Juventude de Angola, o CONJUVE (Brasil), a Federação Cabo-verdiana de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude da Guiné-Bissau, o Conselho Nacional de Juventude de Moçambique, o Conselho Nacional de Juventude de Portugal, o Conselho Nacional de Juventude de São Tomé e Príncipe e o Conselho Nacional de Juventude de Timor-Leste.

O Fórum de juventude da CPLP pretende ser um espaço de diálogo e cooperação em matéria de políticas de juventude na CPLP, trabalhando para o envolvimento dos jovens nos processos de tomada de decisão, para a promoção dos direitos humanos e para o diálogo intercultural. Assim sendo, é missão do FJCPLP:

- Fomentar a participação democrática dos jovens da CPLP através de espaços de diálogo permanente entre as organizações de Juventude da CPLP;
- Desenvolver atividades e projetos que promovam a partilha de boas práticas e a capacitação dos jovens e das organizações de juventude no espaço da CPLP;
- Assumir-se como principal interlocutor dos jovens dos países da CPLP em matéria de políticas de juventude junto das instituições da CPLP, nomeadamente a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a Conferência de Ministros de Juventude e Desporto da CPLP, bem como perante o Secretariado Executivo da CPLP;
- Constituir uma plataforma de diálogo entre a juventude dos países da CPLP e outras estruturas internacionais congéneres.

Principais iniciativas e projetos

Escola Jovens Líderes da CPLP

Projeto de capacitação de jovens líderes dos países da CPLP implementado entre 2009 e 2014 e que decorria durante a Universidade Africana de Juventude e Desenvolvimento, evento promovido pelo Centro Norte-Sul do Conselho de Europa e pelas plataformas de juventude europeias e africanas que decorria anualmente em Cabo Verde. Esta Escola pretendia, por um lado, capacitar jovens líderes da Comunidade e, por outro lado, promover a cooperação e a partilha de boas práticas entre o FJCPLP e as organizações de juventude europeias e africanas. Infelizmente, com a interrupção da Universidade Africana em Cabo Verde, a Escola de Jovens Líderes não acontece desde 2014, estando, no entanto, prevista a sua retoma no quadro Plano de Ação para a Juventude da CPLP 2018-2022.

Semana de Juventude da CPLP

A iniciativa rotativa pelos Estados Membros pretende ser um espaço de partilha de boas práticas, de promoção do conhecimento mútuo, de auscultação e capacitação de jovens e organizações de juventude, bem como de reflexão sobre o papel da cooperação no setor da juventude e na construção da comunidade dos países de Língua Portuguesa.

A primeira edição decorreu em 2015 na Guiné-Bissau e a edição de 2017 em Portugal.

Ação Estruturada para a Juventude da CPLP

Este projeto do Fórum de Juventude da CPLP, em parceria com a Conferência de Ministros de Juventude e Desporto da CPLP e a CPLP, visou a implementação de diferentes ações previstas no plano de ação para a juventude 2015-2017 dirigidas a jovens, especialistas do setor da juventude e decisores políticos.

A “Ação Estruturada para a Juventude da CPLP” englobou assim as seguintes Ações do Plano de Ação para a Juventude da CPLP:

- Processo Ágora;
- Seminário sobre Saúde Juvenil e Hábitos de Vida Saudáveis;
- Sessão de Formação sobre Informação e Comunicação para Jovens;
- Conferência «Mobilidade na CPLP»;
- Encontro Diretores Gerais de Juventude.

Este projeto foi um marco em matéria de políticas de juventude da CPLP, uma vez que permitiu que as plataformas representativas da juventude da CPLP, através de um processo de diálogo estruturado entre jovens e decisores políticos, contribuíssem diretamente para aquele que viria a ser o atual Plano de Ação para a Juventude da CPLP 2018-2022.



**GRELHA DAS DELIBERAÇÕES
DA
XXXIX REUNIÃO DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA CPLP**

Mindelo, 15 e 16 de julho de 2019

Ponto da Agenda	Deliberações
3 - Breve informação sobre as Atividades em execução nos Estados-Membros	<ul style="list-style-type: none">Os Pontos Focais de Cooperação que ainda não o fizeram deverão remeter ao SECPLP os nomes e contactos dos Pontos Focais setoriais, até dia 6 de setembro de 2019.
4 - Seguimento do Plano de Trabalho sobre o Reforço do Enquadramento Estratégico da Cooperação da CPLP	<ul style="list-style-type: none">Foram aprovados os documentos:<ul style="list-style-type: none">Regimento Interno da RPFCDocumento Estratégico de Cooperação 2020-2026Manual da Cooperação da CPLP
4.6 - Cronograma para revisão de documentação até à XL RPFC	<ul style="list-style-type: none">Foi aprovado o novo Cronograma de revisão da documentação até à XL RPFC, conforme documento anexo.
6.3 - Quadro de Execução de Atividades no âmbito do Fundo Especial	<ul style="list-style-type: none">A versão revista das propostas de projeto, referentes às Fases II das Atividades PR49LIS12: “Projeto Capoeira: Formação técnica-profissional e cidadania” e PR52MAP12 “Redes de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)” será remetida pelo Brasil ao SECPLP. Após revisão pelo SECPLP e consolidação dos documentos, os projetos deverão circular para conhecimento e aprovação eletrónica dos Pontos Focais de Cooperação, até 30 de agosto de 2019.
6.4 - Proposta de reafectação de recursos de Atividades do Fundo Especial	<ul style="list-style-type: none">Foi aprovada a reafectação dos seguintes saldos remanescentes para Recursos Livres da CPLP:<ul style="list-style-type: none">AP45/LIS17 “Seminário reflexão RPFC”: 2.695,96€AP49/LIS18 “Ação Formação Direito Humanitário”: 2.284,22€JV200901 “VI Semana Cultural”: 702,80€I20141 “Livros comemorativos 18 anos”: 123,17€Foram identificados os valores remanescentes dos projetos já concluídos da Campanha Juntos contra a Fome. O SECPLP deverá averiguar, no âmbito de decisões das RPFC anteriores, o montante que deverá ser alocado a Recursos Livres e o montante que poderá ser reinvestido diretamente a projetos da Campanha Juntos contra a Fome.



7.4 - Deliberação sobre Propostas de Atividade	<ul style="list-style-type: none">• A XXXIX RPFC apurou o montante total de Recursos Livres de 59.326,49€, a ser alocado aos projetos listados de seguida:<ul style="list-style-type: none">○ Aprovada com Categoria de Decisão 2 a Ação Pontual apresentado no ponto 7.3.1. “Apoio para o Fórum “Clima/Variabilidade e Alterações Climáticas - Impactos na Economia na CPLP e em Africa”. A RPFC mandata o SECPLP para contactar a Entidade Executora para rever o orçamento, de forma a que incorpore os valores das Ajudas de custo praticadas pelo SECPLP e se acerte os valores dos imprevistos.○ Aprovado o financiamento da AP53SAL18 “Oficina de Capacitação para Boas Prática de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da CPLP”, aprovada com categoria de decisão 4 na XXXVII RPFC. A RPFC mandata o SECPLP para contactar a Entidade Executora para rever o orçamento do projeto, de forma a integrar eventuais contribuições em espécie por parte do país que acolhe o evento.• As propostas de Atividades com orçamentos revistos deverão circular para conhecimento e aprovação eletrónica dos Pontos Focais de Cooperação, até ao final de julho de 2019.• As atividades no ponto 7 que não foram alvo de deliberação na presente reunião deverão ser reapresentadas à XL RPFC.
10. Diversos	<ul style="list-style-type: none">• As Atas das RPFC deverão ser doravante elaboradas em formato simplificado.